

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE – PGDRA**

SILVERIO DOS SANTOS OLIVEIRA

**ECOTURISMO E TURISMO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE
PIMENTEIRAS DO OESTE – RO: POTENCIALIDADES,
OBSTÁCULOS E AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PORTO VELHO - RO
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

INTRODUÇÃO

Desde o final da década de 60 do século XX as discussões sobre a problemática ambiental evoluíram bastante no cenário mundial, culminando por impulsionar a adoção de posturas mais responsáveis no desenvolvimento das atividades econômicas, ao passo que o próprio consumidor passou a assumir uma postura pró-ativa em relação à exigência de cuidados das organizações e pessoas no trato com o meio ambiente. Entende-se que o desenvolvimento sustentável é condição racional de utilização dos recursos, bens materiais ou imateriais, susceptíveis de valoração econômico-financeira, com a finalidade de geração de emprego, renda e a conseqüente promoção do bem-estar do indivíduo e da coletividade.

De fato, o sistema capitalista busca incansavelmente nichos de mercado para desenvolver atividades econômicas passíveis de exploração e/ou utilização de bens de consumo e serviços, onde possa agregar valores de toda ordem, seja no setor produtivo primário, secundário ou terciário, e cujo resultado almejado é o lucro. Como não poderia ser diferente, em uma sociedade de consumo, entre a oferta de bens e serviços de primeira necessidade está o lazer, atividade esta que apresenta uma crescente evolução da consciência no homem pós-moderno.

Neste ambiente, a manifesta preocupação com o desenvolvimento e a sustentabilidade tem acarretado inúmeras discussões quanto à necessidade de implantação de políticas públicas condizentes com a realidade local e que possibilitem sua efetiva aplicação, bem como a promoção do bem-estar da população mediante a ampliação de serviços públicos e o incentivo à geração de emprego e renda. Na atividade turística voltada para a utilização dos recursos naturais tais

questionamentos vêm galgando espaço cada vez maior, haja vista a importância desta para a população local onde a atividade é desenvolvida.

Assim, a compreensão da atividade turística como meio de investimento público e privado voltado para o crescimento sustentável é uma realidade a ser considerada na busca de garantia de melhor qualidade de vida. Logo, o estudo voltado para a análise da viabilidade da atividade turística apresenta-se como uma das formas de se buscar subsídios para viabilizar ações e projetos com vistas à utilização sustentável das belezas cênicas e características culturais de determinada região, impulsionando seu desenvolvimento, uma vez que um dos principais desafios da humanidade reside em conciliar o desenvolvimento com a proteção, conservação e a preservação ambiental.

Neste ambiente, busca-se na verificação das potencialidades turísticas e condições estruturais existentes no Município de Pimenteiras do Oeste, no Sul do Estado de Rondônia, identificar a importância atribuída pela comunidade local à atividade turística e sua percepção quanto aos impactos da atividade no meio ambiente, além de identificar a receptividade do turista quanto às opções oferecidas no município em cujo ambiente predomina o turismo de eventos, mas que apresenta características propícias ao desenvolvimento do ecoturismo, o qual constitui uma opção plausível de geração de emprego e renda no município, conforme se constata ao longo da pesquisa.

Em face da necessidade de fortalecimento da atividade, aborda-se inicialmente a importância das parcerias para o fortalecimento de atividades como as voltadas ao turismo, no caso, mais especificamente o ecoturismo e o turismo de eventos, mediante a apresentação de algumas formas de parcerias passíveis de serem adotadas pelos atores locais que atuam na atividade turística, das quais se destaca ao final do estudo a possibilidade de formação de uma “rede estratégica de ação”, haja vista que a necessidade de fortalecimento é uma constante em todas as atividades humanas, econômicas ou não, estendendo-se assim, no caso do turismo, a todos os componentes do setor, os quais sofrem com a falta de parâmetros de ações e de objetivos comuns.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

1.1 O PROBLEMA

A importância da identificação da realidade local quer no tocante às potencialidades e infra-estrutura, quer seja relativa à percepção e o engajamento da população nas ações voltadas para a atividade turística se apresenta como ponto importante da pesquisa. Por outro lado, têm-se a crescente preocupação com a necessidade de se buscar meios de minimização das dificuldades existentes e fortalecimento da atividade e, desta forma, a problematização do presente estudo reside em responder a questionamentos como:

- a. Qual a percepção da população acerca da atividade turística e de sua contribuição para a preservação ambiental e o desenvolvimento local?
- b. As condições de infra-estrutura e os atrativos naturais do município são condizentes com as expectativas do turista em Pimenteiras do Oeste?
- c. As políticas públicas voltadas para o turismo vigentes no Estado de Rondônia viabilizam o desenvolvimento do ecoturismo no município de Pimenteiras do Oeste?
- d. O estabelecimento de ações conjuntas pelos atores locais podem contribuir para com o desenvolvimento da atividade turística no Município?

As respostas a tais questionamentos visam contribuir para com o estabelecimento de ações em prol do desenvolvimento e consolidação da atividade turística no Município de Pimenteiras do Oeste, onde percebe-se em um primeiro momento, que além das potencialidades naturais, existe uma certa convergência de interesses entre os diversos atores locais para que as atividades ganhem espaço e se fortaleçam.

1.2 JUSTIFICATIVA

O ecoturismo e o turismo de eventos representam segmentos da atividade turística que tem por objetivo utilizar de forma sustentável o patrimônio

natural e cultural, além de incentivar a conservação e a busca da formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. Nesse ambiente, o desenvolvimento da atividade turística sustentável apresenta-se como tema de suma importância no ambiente contemporâneo, haja vista a necessidade latente de se conciliar atividades econômicas com a preservação do ambiente natural.

Para a análise ora proposta, um fator a ser considerado é o contexto sócio-econômico do município, cuja base da economia é a pesca e o turismo, não havendo indústrias ou empresas de médio e grande porte ali instaladas. Sendo assim, atualmente, o turismo de eventos é visto principalmente pelo poder público local como mais uma opção de renda para os munícipes e como tal é incentivado pela Prefeitura Municipal. Por outro lado, o ecoturismo vem despontando mediante a atuação dos denominados “barcos hotéis”, que recebem turistas de diversos estados brasileiros e do exterior, na considerada alta temporada do setor, que vai do mês de julho a setembro.

Tais argumentos justificam a relevância do presente estudo, haja vista que o mesmo visa apresentar informações que possam contribuir para com o incremento da atividade turística em Pimenteiras do Oeste, como forma de estimular a geração de emprego e renda, de maneira sustentável, por meio da conjunção de esforços dos atores locais.

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos a seguir elencados caracterizam propostas que, se executadas de acordo com as recomendações pertinentes, culminarão por contribuir significativamente para com o desenvolvimento sustentável do ecoturismo no Município, bem como para a alavancagem do turismo de eventos, já desenvolvido.

1.3.1 Geral

Identificar as características locais que contribuem para o desenvolvimento da atividade turística em Pimenteiras do Oeste, no Estado de Rondônia.

1.3.2 Específicos

- I. Pesquisar as bases teóricas de algumas formas de ações associativistas existentes, no intuito de identificar uma passível de ser adotada no município para o fortalecimento da atividade turística;
- II. Abordar particularidades inerentes à atividade turística, com destaque para o ecoturismo e o turismo de eventos;
- III. Identificar as potencialidades turísticas de Pimenteiras do Oeste que o caracterizam como um município onde atividades voltadas ao ecoturismo e ao turismo de eventos podem ser desenvolvidas com vistas a geração de emprego e renda de maneira sustentável.

1.4 METODOLOGIA

A pesquisa constitui um estudo de natureza aplicada e envolve verdades e interesses locais. Foi desenvolvida mediante a adoção da abordagem qualitativa, e tem um delineamento classificado quanto a seus objetivos em “pesquisa exploratória”, complementada pela “pesquisa descritiva”. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema objeto de estudo, enquanto Furasté (2005, p. 38) atribui à pesquisa descritiva a prerrogativa de possibilitar a observação, descrição, análise, classificação e registro dos fatos sem qualquer interferência.

O presente estudo foi dividido em dois momentos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, por meio da qual, conforme Medeiros (2000, p. 76) “[...] a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.” Neste intuito, a pesquisa de campo consiste na coleta direta de informação no local em que acontecem os fenômenos. Foram aplicados questionários junto à população residente e à população flutuante, sendo a última representada pelos visitantes ou turistas que se encontravam no município durante o período de realização da pesquisa.

Os questionários aplicados baseiam-se em uma proposta apresentada por Beni (1998) para a realização de uma análise estrutural do turismo. Além dos questionários foram realizadas entrevistas e/ou conversas informais com

representantes de órgãos públicos, da população local e alguns turistas, o que propiciou maior interação com a população integrante da amostra.

Por seu aspecto qualitativo, a pesquisa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, ao passo que a amostragem obtida possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. Desta feita, foram aplicados questionários junto a 95 componentes da população residente, assim como foram colhidas informações junto a 252 representantes da população flutuante, sendo 170 durante a realização do “Festival de Praia” e 82 quando da ocorrência do “I Campeonato de Pesca”. Os questionários adotados para a pesquisa de campo encontram-se nos Apêndices A e B e para se aferir os percentuais de cada resposta obtida utilizou-se o Microsoft Office Excel 2003.

Assim, a pesquisa se desenvolveu em etapas, contemplando a realização de: a) revisão da literatura e pesquisa documental; b) definição dos instrumentos de coleta de dados; c) aplicação dos instrumentos de coleta e o levantamento dos dados da pesquisa; d) análise dos dados e elaboração dos relatórios de consolidação; e) redação da versão final da dissertação.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Com vistas a atingir os objetivos da pesquisa, após a parte introdutória o trabalho foi dividido em cinco capítulos, seguido das considerações finais e demais partes pós-textuais. No primeiro deles, procede-se a contextualização da pesquisa, com especificação do problema, apresentação da justificativa, dos objetivos concernentes e da metodologia, além desta parte, que trata da estrutura em si.

No capítulo dois é feita uma abordagem da evolução das ações coletivas e parcerias, com vistas a contextualizar as ações passíveis de serem adotadas pelos atores locais para fortalecer a atividade turística e, na seqüência são explorados termos como turismo e suas formas, impactos da atividade turística, sustentabilidade, turismo no Brasil, ecoturismo, turismo de eventos e outros, de forma transdisciplinar, recolhendo-se da antropologia, do direito e da área ambiental os conceitos mais importantes. Tais áreas das ciências são privilegiadas frente a outras que também se ocupam do tema (como, por ex., a economia, a administração

etc.) por guardarem íntima relação com o tema específico deste estudo. Partir-se-á do amplo universo do turismo e do meio ambiente para então chegar-se ao ecoturismo e ao turismo de eventos.

O terceiro capítulo apresenta o Município de Pimenteiras do Oeste, com especificações de sua localização; meios de acesso; o contexto histórico do município; com destaque para sua origem, evolução e emancipação. Ainda, são apresentadas informações acerca de aspectos urbanos e serviços públicos, enfatizando a estrutura político-administrativa do município, além de aspectos relativos à saúde e educação. Considerações acerca da população residente e o comércio local também mereceram ênfase neste capítulo.

Questões relativas ao desenvolvimento do turismo em Pimenteiras são igualmente tratadas na seqüência, enfatizando a estrutura do Centro de Atendimento ao Turista e os eventos que são realizados. Finalizando, são apresentadas particularidades relativas ao Parque Estadual Corumbiara.

O quarto capítulo aborda a pesquisa de campo, apresentando os trabalhos desenvolvidos e sua conseqüente análise e tratamento dos dados, enquanto no 5º capítulo é apresentada uma forma alternativa para o desenvolvimento da atividade no município. Na seqüência, têm-se as considerações finais com as conseqüentes sugestões para trabalhos futuros, encerrando com as referências bibliográficas, apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo contextualiza inicialmente ações coletivas que resultam da convergência de interesses entre empresas e demais atores envolvidos em um determinado segmento econômico, independente de qual seja. Ações associativistas vivenciadas ao longo do tempo são apresentadas ao passo que se busca resgatar elementos de ordem teórica levantados por algumas visões, não necessariamente convergentes, sobre o tema. Em um segundo momento, o capítulo abarca questões relativas à atividade turística, com vistas a subsidiar a análise relativa ao município de Pimenteiras do Oeste e sua vocação para o turismo.

2.1 AÇÕES COLETIVAS E FORTALECIMENTO

Os benefícios das ações coletivas são conhecidos desde os primórdios da humanidade. Os homens sempre tentaram, em diversas fases de seus processos civilizatórios e em diversas culturas, com maior ou menor ênfase, somar esforços para enfrentar e superar as dificuldades comuns.

Ainda que não houvesse normatização ou denominação específica, os homens praticavam de certa forma o associativismo ou cooperativismo, por meio da junção de forças em busca de objetivos comuns, que no caso, poderia ser a caça para subsistência ou a própria garantia da segurança da tribo (SANTINI et al., 1995).

Por que se diz, então, que parcerias, alianças estratégicas e associativismo são idéias modernas, formas avançadas de administrar problemas ou explorar oportunidades? Penna (2001) aborda esta questão ao focar as resistências à cooperação devido ao sentimento de ameaças vivenciado pelos homens. Segundo o mesmo, desde a antiguidade os homens resistem em cooperarem uns com os outros, ainda que seja para competir com terceiros.

Isto ocorre, ainda que de maneira inconsciente, devido a uma certa dose de egoísmo humano. Putnam (*apud* DORIA, 2007) enfatiza que, “em situações de ação coletiva, em que é necessária a cooperação e confiança mútua, também para benefício mútuo, a cooperação voluntária depende do capital social desta comunidade.” Entende-se por capital social a capacidade dos membros de determinada sociedade para se envolverem em atividades conjuntas que

possibilitem ganhos mútuos, além do conhecimento individual, compartilhado para o bem da coletividade.

Conclui-se, pelos resultados destes estudos que os homens cooperam principalmente em busca de seus próprios interesses, teoria da qual originou inclusive o Estado, de acordo com Penna (*op. cit.*). Santini et al. (*op. cit.*) por sua vez, mencionam que toda a idéia de empresa moderna baseia-se na ação isolada para sobreviver num ambiente comum. O sistema de economia de mercado fundamenta-se, desde as suas origens, na idéia de obtenção de lucro. Todas as empresas, em última análise, perseguem o mesmo objetivo, ou seja, todas competem com todas. Então por que e como cooperar? Paradoxalmente, a resposta seria: pelo próprio crescimento em níveis incalculáveis de competição.

2.1.1 Alianças estratégicas e parcerias

De acordo com Amato Neto (2000) alianças e parcerias são normalmente realizadas por um pequeno número de componentes. No âmbito empresarial caracterizam-se pela associação de duas ou mais empresas com conotação econômica. O autor enfatiza que nos anos 90 as alianças estratégicas já despontavam como uma arma competitiva vista por muitos, por possibilitar maior acesso a recursos do que qualquer ação isolada possui ou pode obter.

Valarelli (1999) menciona que por meio deste instrumento, pode-se expandir a capacidade de uma entidade, quer pessoa física ou jurídica, para criar produtos, reduzir custos, incorporar novas tecnologias, antecipar-se aos concorrentes, atingir a escala necessária à sobrevivência nos mercados mundiais e gerar mais recursos para investir em suas competências básicas.

Idéia esta igualmente defendida por Barreira (2002) ao mencionar que por meio de parcerias e de alianças estratégicas as organizações podem desenvolver novas atividades, iniciar novos projetos, abrir frentes de atuação, fortalecer projetos em andamento, ampliar o leque de conhecimentos, captar recursos, minimizar custos e ampliar sua capacidade de intervenção. Com a adoção de alianças e parcerias uma organização pode superar suas deficiências e preencher lacunas importantes onde não é tão forte. Como exemplos, destaca-se os sistemas de franquia, sub contratação, facção, consórcios ou os sistemas integrados

de produção muito usados no sul do país por corporações agro-industriais como a Sadia, Perdigão e Ceval (SEBRAE-RO, 2006).

Os sistemas integrados são formados por grupos econômicos que integram um grande complexo produtivo de base agrícola ou rural composto por milhares de produtores. As referidas parcerias ou alianças podem às vezes tomar a forma de uma terceira empresa que passa a explorar uma atividade comum aos parceiros, como exemplo, para promover a distribuição comum de produtos.

2.1.2 Ação entre empresas

Segundo Amato Neto (2000, p. 20) o atual ambiente competitivo é caracterizado pela crescente preocupação das empresas em ganhar flexibilidade, aprimorar sua capacitação tecnológica e gerencial, manter o acesso ao mercado e estar em sintonia com as mudanças internacionais. Para o autor, “Uma das mais notáveis características dessas mudanças é a crescente importância de relações interfirmas ou interinstitucionais.”

Isto se deve à enorme pressão sofrida pelas empresas, que precisam responder rapidamente e acompanhar as inovações tecnológicas e as exigências do mercado, haja vista que ante a globalização de mercados as empresas já não podem agir isoladamente. Ainda que pese a importância das ações conjuntas, se faz necessário enfatizar que deve ser mantida a liberdade econômica das empresas envolvidas, sendo esta condição fundamental para o crescimento material de uma sociedade e para seu pleno desenvolvimento. Em qualquer situação o binômio “concorrência” e “cooperação” devem ser considerados a fim de que a liberdade não seja afetada.

Dentre as vantagens normalmente obtidas com a união de empresas e demais atores em prol do desenvolvimento de um setor destacam-se: redução dos custos (por ex., de transporte, de divulgação e de capacitação de mão-de-obra); aumento no poder de barganha com fornecedores; maior credibilidade junto aos consumidores; aumento do grau de satisfação dos envolvidos; *marketing* mais eficiente; diversidade de produtos, dentre outros.

Considera-se o apregoado por Amato Neto (*op. cit.*) que defende que a cooperação ou união entre pessoas ou organizações tem se mostrado bastante

eficaz, à medida que dinamiza as relações e potencializa o poder de barganha no mercado como um todo. Nessa concepção entende-se que itens como “cooperação” e “parceria” podem ser vistos tanto como uma necessidade, quanto como um modo de atuação e, ainda, como um valor em si mesmo. Tão valorizada e ao mesmo tempo tão difícil de construir. Dentre os fatores imprescindíveis para o êxito de ações voltadas ao desenvolvimento local e bem-estar da coletividade encontra-se o papel do Estado enquanto regulamentador e promotor de ações de incentivo, segundo abordagens a seguir.

2.1.3 A ação regulamentadora do Estado

No atual contexto da economia globalizada, as decisões de investimentos estão cada vez mais condicionadas por vantagens competitivas dinâmicas como a existência de uma infra-estrutura local adequada, a proximidade com centros de pesquisa e desenvolvimento, a oferta de mão-de-obra qualificada, ou ainda a facilidade de acesso a modernos meios de transporte e comunicação, dentre outras variáveis.

É relevante examinar as oportunidades que as associações e cooperativas gerariam para a formação de economias internas e externas. O Estado não deve atuar como mero agente subsidiário e sim, posicionar-se no sentido de criar mecanismos eficientes que visem incentivar a sustentabilidade dos produtores, empresas ou setores principalmente pela sua solidificação via cooperação entre os diversos agentes envolvidos (AMATO NETO, 2000; IGLIORI, 2001; HADDAD, 2001 e POMIER, 2001).

Compete ao poder público desenvolver mecanismos coerentes de apoio técnico e gerencial que viabilizem o desenvolvimento das atividades propostas em sua área de atuação, como forma de garantir a sustentabilidade dos recursos naturais envolvidos, além de propiciar o incremento na geração de emprego e renda para a população local.

Observa-se que as trajetórias tecnológicas são fortemente influenciadas por fatores de ordem econômica (estruturas e condições específicas do mercado, fases do ciclo econômico, etc.) e por elementos de ordem político-institucional, principalmente no tocante ao aspecto da atuação do Estado na

promoção ou inibição do desenvolvimento de determinadas trajetórias (HADDAD, *op. cit.*).

Neste contexto, é essencial a participação do Estado na condução das políticas voltadas a determinado segmento econômico, sendo que a intervenção pode ocorrer por meio de ações que envolvam a participação, a indução e o controle, dependendo da forma como o Estado está inserido em determinada situação, conforme evidenciado na Figura 1, a seguir.

MODALIDADE	FUNÇÃO/PARTICIPAÇÃO DO ESTADO
Participação	Exerce alguma atividade econômica dentro do conjunto de atividades que definem certo segmento da economia. No caso do turismo, poderia ser explorando uma companhia aérea ou um hotel, por exemplo; atualmente, a participação do Estado no segmento do turismo ocorre somente na administração de alguns centros de convenções.
Indução	Atua como orientador do comportamento dos agentes de mercado, em geral pela concessão de incentivos fiscais e financeiros para certos investimentos ou, ainda, pela criação de uma infra-estrutura capaz de promover o desenvolvimento da atividade. Nesse caso, pode-se citar como exemplo o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.
Controle	Atua como regulador, estabelecendo as regras a serem seguidas pela iniciativa privada na condução de determinada atividade econômica. Isto se dá por meio do estabelecimento de regras por parte de órgãos gestores e/ou fiscalizadores da atividade; por meio de legislações específicas que disciplinam a exploração do turismo, principalmente no tocante à atividades que envolvam área de proteção ambiental.

Figura 1: Atuação do Estado nas políticas públicas

Fonte: Adaptado de Cassimiro Filho (2002, p. 25)

Compete ao poder público desenvolver mecanismos coerentes de apoio técnico e gerencial que viabilizem o desenvolvimento das atividades propostas em sua área de atuação, como forma de garantir a sustentabilidade dos recursos naturais envolvidos. Outro item importante diz respeito a propiciar o incremento na geração de emprego e renda para a população local, ao passo que as trajetórias tecnológicas são fortemente influenciadas por fatores de ordem econômica (estruturas e condições específicas do mercado, fases do ciclo econômico, etc.) e por elementos de ordem político-institucional, principalmente no tocante ao aspecto da atuação do Estado na promoção ou inibição do desenvolvimento de determinadas trajetórias (HADDAD, *op. cit.*). Visando a melhoria da competitividade de produtores e empresas locais, o Estado deve desempenhar a função de

incentivador e facilitador nas ações coletivas já constituídas ou mesmo as idealizadas, com vistas ao fortalecimento da economia como um todo.

2.2 PRINCIPAIS FORMAS DE AÇÕES COLETIVAS

Essencialmente, as palavras associativismo, cooperativismo, sindicalismo, parcerias, redes flexíveis e alianças possuem o mesmo sentido, qual seja, “congregar atores de um setor da economia em prol do alcance de objetivos comuns”. Apesar de não existirem, em sua grande parte, definições formalizadas dessas ações, a prática vem constituindo-se e caracterizando-as. Os tópicos a seguir visam abordar as diversas formas de ações associativistas vivenciadas e registradas até então.

2.2.1 Associativismo

O associativismo caracteriza-se pelo ato de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas associarem-se para algum fim comum. Para Santini et al. (1995, p. 7), o associativismo “Destina-se a desenvolver entre as micro e pequenas empresas a filosofia do trabalho em parceria, gerando benefícios comuns através de ações coletivas.” Os princípios que regem as atividades em parceria não se restringem à empresas, estendendo-se a todos os componentes de determinado ramo de atividade.

No caso do turismo voltado para a natureza pode envolver, por exemplo, os guias turísticos, os roteiros de barcos, os artesanato, entre outros. No que tange as empresas, a atuação isolada nos negócios normalmente faz com que trabalhem com poucos recursos, com pouca informação e baixa tecnologia, o que pode resultar em equívoco nas decisões e perda de dinamismo e competitividade. Na prática observa-se a existência de alguns princípios norteadores das ações coletivas, dentre os quais destacam-se:

- a) Adesão espontânea: nenhuma pessoa ou empresa é obrigada a participar de grupos associativistas, a não ser de livre e espontânea vontade.
- b) Participação democrática: cada associado tem livre direito de expressão e

- voto, independente de sua quota-parte de capital Associativo, quando houver.
- c) Aquisição e transmissão conjunta de novas informações: todo associado tem a obrigação e o dever de dar e adquirir informações novas.
 - d) Troca de experiências: a vivência de cada membro é fundamental para o aperfeiçoamento e solidificação do processo Associativo.

Além desses princípios o associado deverá conhecer o que é o grupo, saber relacionar-se com os demais, contribuir e buscar cada vez mais o seu fortalecimento, uma vez que no atual ambiente competitivo, se sozinha uma empresa (ou um produtor) não vai muito longe, a união com outros que compartilhem os mesmos problemas permite encontrar soluções para uma série de dificuldades comuns. Esse constitui o princípio fundamental do Associativismo.

Para as micro e pequenas empresas, assim como para os produtores se unirem em processos associativistas, devem primeiramente definir o tipo de associativismo que mais se enquadre nas necessidades e carências do grupo, avaliando os seus objetivos e perspectivas futuras, assim como os fatores locacionais existentes. Como exemplos de ações associativistas Santini et al. (1995) relacionam:

- a) Associações (de artesãos, de guias turísticos, de agricultores, de ceramistas, etc.);
- b) Consórcios (de exportação e/ou importação de móveis, de peixes ornamentais, de produtos agrícolas, etc.);
- c) Centrais de compras (de insumos, de matéria-prima específica para a produção, etc.);
- d) Cooperativas (agropecuária, de produção, de crédito, de consumo, etc.);
- e) Centrais de serviços (serviços múltiplos de uso comum dos associados);
- f) Centrais de venda (exposição e venda de produtos dos associados).

Na literatura especializada encontra-se ainda outras formas derivativas de denominação de associações como: Associativismo Empresarial (todo tipo de associação que pode existir entre duas ou mais empresas); Associativismo de Representação Empresarial (constituídas pela associação de empresa que tem

como objetivo principal a defesa de sua representatividade e de outros interesses comuns. Nessa categoria inclui-se as chamadas Associações Comerciais, industriais, Agrícolas e Agropecuárias; Associativismo Empresarial de Interesse Econômico (associações e/ou parcerias entre duas ou mais entidades que têm como objetivo final resultados ou ganhos econômicos).

2.2.2 Cooperativismo

Termo utilizado para designar uma forma de associativismo restrita a pessoas físicas. De acordo com De Mari (2002) o cooperativismo nasceu na Inglaterra em 1844, como uma resposta dos trabalhadores à revolução industrial, sendo que a primeira cooperativa registrada oficialmente no mundo reunia um grupo de 20 tecelões. O autor, com base em dados do Comitê Europeu de Trabalhadores de Cooperativas (CECOP) destaca que atualmente mais de um milhão de pessoas estão vinculadas a cerca de cinqüenta mil entidades.

Segundo Ricciardi & Lemos (2000) o cooperativismo consolidou-se ao longo do século XX como um sistema de organização da produção efetivamente democrático, conseqüência natural do fato de os titulares do capital serem, ao mesmo tempo, titulares do trabalho e, por conseguinte, os beneficiários dos resultados. De Mari (2002) destaca que no Brasil o cooperativismo teve seu apogeu no setor rural entre as décadas de 1950 e 1980, com o incentivo do governo federal e que, a partir da década de 1980, com o processo de globalização de mercados e a adoção da terceirização das atividades o escopo do cooperativismo sofreu alterações significativas, passando a ser adotado como forma alternativa de união em prol do fortalecimento e desenvolvimento nas mais diversas áreas.

Por suas características democráticas, o cooperativismo vem se consolidando, tanto em países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, sendo que em cada um, sua principal finalidade é a de absorver uma parcela da população economicamente ativa e com poucas alternativas de inserção no mercado (IGLIORI, 2001).

O cooperativismo vem galgando espaço e atraindo adeptos principalmente por sua natureza basear-se na solidariedade entre as pessoas, razão pela qual representa um instrumento de promoção humana e não apenas um

mecanismo para se buscar resultados econômicos. Ricciardi e Lemos (2000), defendem que a idéia do cooperativismo advém da constatação de que a cooperação representa a melhor maneira para solucionar problemas comuns a determinado grupo de indivíduos.

Neste contexto, pelas idéias e ações que caracterizam o cooperativismo, observa-se que o mesmo não defende a extinção da propriedade privada nem a liberdade individual. Sua natureza voltada para o social objetiva motivar as pessoas a buscarem atender suas necessidades em solidariedade com os demais, uma vez que estas constituem condições básicas para a existência e manutenção de uma entidade cooperativa itens como: a clareza de objetivos, o amadurecimento dos indivíduos e a concordância acerca das metas, o que faz com que dentre os aspectos fundamentais que norteiam o trabalho cooperativo se destaquem aspectos como a solidariedade, a participação ativa e o comprometimento dos membros com os resultados almejados pelo grupo.

2.3 REDES DE COOPERAÇÃO

Este tópico apresenta aspectos teóricos concernentes a critérios de formação e desenvolvimento de redes de cooperação, reforçando as considerações teóricas quanto aos modos de cooperação abordadas nos itens anteriores, bem como as estratégias competitivas que se apresentam.

2.3.1 Delimitação do sistema

Ao se definir um sistema busca-se contextualizá-lo sob dois aspectos: o funcional e o geográfico. No âmbito funcional, Zaleski (2000) menciona que a delimitação dos atores que formam uma rede constitui questão básica a ser considerada, assim como os princípios da similaridade e complementaridade. Conforme suas palavras, a similaridade de características organizacionais forma a base para a identificação de uma população. Em relação ao princípio da complementaridade o autor atesta estar ligado à escassez de recursos. Nessa modalidade, a rede conta com elos verticais onde os produtos de uma empresa são

insumos de outra. A cooperação entre empresas, de acordo com Amato Neto (2000, p. 41) pode ser descrito como um sistema:

[...] composto geralmente de pequenas empresas independentes, organizado em um local ou região como base, pertencendo ao mesmo setor [...], empresas individuais a especializar-se em uma fase em particular do processo produtivo, organizadas juntas, e se fazem valer das instituições locais, através de relacionamentos de competição e cooperação.

Quanto ao aspecto geográfico, Iglioni (2001, p. 28) cita a relevância da concentração espacial para o desempenho econômico, mencionando Marshal, que, ao examinar as vantagens derivadas da localização as relaciona com a permanência de uma indústria em determinada região, enfatiza que “[...] merecem atenção não apenas as economias derivadas de um maior volume de produção, mas também os ganhos na organização e desenvolvimento técnico, resultantes da maior integração existente entre os agentes.”

Como fator relevante para a busca de fortalecimento de concentrações de unidades produtivas em uma determinada região destaca-se a necessidade de geração de emprego e aumento da renda. Destaca-se ainda que a despeito das vantagens que a concentração geográfica pode trazer as unidades produtivas, estas podem não ser suficientes para recomendar a produção de um único bem. Tal fato conduz à reflexão da viabilidade de se processar sub-produtos decorrentes da atividade principal, como forma de ampliar as alternativas de geração de emprego.

2.3.2 *Redes flexíveis*

As redes têm sido apresentadas, nas três últimas décadas como a mais significativa inovação humana no campo da organização da sociedade. Caracterizam-se pela união de agentes que produzem e oferecem produtos similares, pertencentes a um mesmo setor ou ramo de atuação, objetivando o fortalecimento mútuo.

As redes são estruturas organizacionais que reúnem indivíduos e organizações empresarias numa estrutura horizontal, sem hierarquia, de modo que passem a trabalhar de forma colaborativa, com eficácia, em função de objetivos comuns (ZALESKI, 2000). Tais redes podem operar em nível local, regional, nacional ou internacional, buscando principalmente articulações políticas para o

setor de atuação ou a adoção de ações conjuntas. Este tipo de organização colaborativa apresenta-se como um grupo de agentes envolvidos em um processo no qual não existe chefes, sem, contudo, abrir mão de liderança. Assim, funciona de forma fluída, elástica, dinâmica, com sustentação justamente em sua aparente fragilidade que na realidade constitui-se em sua maior força, haja vista ser movida pela vontade e comprometimento de seus integrantes.

2.3.3 *Relacionamento cooperativo e a atividade turística*

Em face às abordagens apresentadas, observa-se que o enfoque principal dos estudos recentes acerca das parcerias ou relacionamento cooperativo/colaborativo entre os diversos componentes ou elos de determinada atividade econômica reside justamente nas perspectivas que surgem para o aumento da competitividade de pequenas e médias empresas e nos reflexos da atuação destas em determinada localidade. Apesar da ocorrência de redes estratégicas ou parcerias não representar garantias diretas de ganhos econômicos (crescimento e competitividade, por ex., são almejados, mas não necessariamente obtidos a curto e médio prazo), sua existência facilita o aparecimento de características que habilitam tais ganhos. Neste quesito, Schmitz (*apud* IGLIORI, 2001, p. 100) destaca itens como:

- a) A divisão do trabalho e a especialização entre empresas;
- b) O surgimento de novos fornecedores de bens e mercadorias utilizadas no desenvolvimento da atividade;
- c) O surgimento de agentes comerciais que levam os produtos para mercados distantes (nacionais e internacionais);
- d) O surgimento de fornecedores de serviços especializados (técnicos, financeiros e contábeis, dentre outros);
- e) O surgimento ou qualificação de trabalhadores com habilidades específicas para o setor; e
- f) O estabelecimento de ações conjuntas entre os componentes do setor em seu local de atuação, que pode ocorrer, por exemplo, de duas formas:

cooperação entre indivíduos, firmas individuais ou cooperação entre grupos de firmas por meio de associações, consórcios ou redes estratégicas.

Qualquer que seja a forma de ação escolhida ou entendida como a melhor para determinada atividade ou localidade, destaca-se que o estabelecimento de parcerias tende a contribuir significativamente para com o desenvolvimento do setor sob análise. No caso, o turismo voltado para a utilização dos recursos naturais (ecoturismo) e o turismo de eventos, os quais são abordados nos tópicos seguintes, no intuito de contextualizar as atividades desenvolvidas em Pimenteiras do Oeste, conforme segue.

2.4 ATIVIDADE TURÍSTICA

2.4.1 O turismo em suas variadas formas

O turismo, em suas diversas formas, é reconhecido como o setor da economia que mais cresce na atualidade, já tendo atingido, segundo Dias (2003), o *status* de principal atividade econômica no mundo. A atividade turística envolve, segundo Dória (2007, p. 49) “[...] toda e qualquer atividade temporária que o indivíduo faça fora de seu horizonte geográfico normal (de trabalho e moradia).” Os vários tipos de turismo praticados no mundo tornam essa atividade uma grande opção de desenvolvimento e, de acordo com Oliveira (2002, p. 77), “É preciso que cada local defina em que tipo ou tipos de turismo suas características se enquadram, de acordo com o potencial da região.”

A definição clara da vocação turística de uma região é importante, não somente para fins de divulgação de seus atrativos a potenciais visitantes, mas também como forma de se obter subsídios para orientar possíveis investidores do setor e atrair investimentos para a localidade, impulsionando seu desenvolvimento.

Partindo desta premissa, é necessário identificar, *a priori*, os diversos tipos de turismo praticados no mundo, os quais devem ser planejados de acordo com as peculiaridades de cada região, uma vez que tal conhecimento é desejável para se entender o setor, bem como para se estabelecer as bases de um bom

planejamento turístico. Objetivamente, a Figura a seguir apresenta alguns tipos de turismo que movimentam a economia planetária.

TIPO / FORMA	CARACTERÍSTICAS
Turismo de lazer	Praticado por pessoas que viajam por prazer, sem muitas pretensões. Desejam apenas conhecer novos locais, mudar de ambiente, descansar, rever amigos, visitar parentes, curtir paisagens, sair em férias com a família.
Turismo de eventos Compreende: congressos; convenções; seminários; mesas redondas; simpósios; painel; conferências; fórum; colóquio; palestra; exposições, salões e feiras; mostras; encontros; festas temáticas, festivais e shows; wokshop.	Os praticantes desejam participar de acontecimentos promovidos com o objetivo de discutir assuntos de interesses comuns (profissionais, entidades associativas, culturais, desportivas), ou para expor ou lançar novos artigos no mercado. São divididos nas categorias regional, nacional e internacional. Representa cerca de 40% do turismo internacional e é bastante disputado por diversos países, devido a forte influência que exerce sobre a economia. Abrange ainda a realização de eventos voltados à públicos interessados exclusivamente no lazer, com destaque para festivais, campeonatos e atividades correlatas.
Turismo de negócios	É o turismo praticado por executivos que viajam para participar de reuniões com seus pares, para visitar os fornecedores dos produtos que comercializam e fechar negócios. Bastante exigente, trata-se de uma clientela importante, que viaja durante o ano todo e tem alto poder aquisitivo.
Turismo desportivo	Praticado por pessoas que vão participar ou assistir a eventos desportivos. É o tipo de turismo que movimenta a economia local não só com a presença dos atletas e da assistência, mas também com as obras necessárias para sua realização.
Turismo religioso	Praticado por pessoas interessadas em visitar locais sagrados. Movimenta grandes massas de fiéis e representa importante fonte de renda em algumas regiões ou países.
Turismo cultural	Praticado por professores, técnicos, pesquisadores, arqueólogos, cientistas, estudantes em busca de novos conhecimentos.
Turismo de saúde	Pessoas interessados em benefícios à saúde propiciados por fontes de águas termais, por ex., ou então em busca de tratamentos médicos especializados movimentam este setor da economia, que encontra-se em franca expansão diante da globalização econômica e dos avanços da medicina.
Turismo ecológico (ecoturismo) Compreende: caminhada, cavalgada, ciclismo, escalada, exploração de cavernas, mergulho, observação de animais, passeios de barcos, de jipe, <i>rafting</i> (canoagem), <i>rapel</i> (descida de obstáculos com corda), safári fotográfico, acampamento, etc.	Praticado por pessoas que apreciam a natureza. Algumas, por residirem em países muito industrializados, onde a natureza já desapareceu das grandes cidades, buscam locais onde, preferencialmente, a natureza permanece intacta, como as regiões do Pantanal e da Amazônia. O principal objetivo destes visitantes é respirar ar puro, apreciar a beleza do ambiente e registrar em fotos e filmes os elementos da fauna e da flora.

Figura 2: Tipos ou formas de turismo

Fonte: Adaptado de OMT (2001)

Existem ainda outras formas ou subdivisões da atividade turística, as quais são classificadas de acordo com suas especificidades, com destaque para: turismo de juventude; turismo social; turismo de compras; turismo gastronômico; turismo de incentivo; turismo da terceira idade; turismo rural; turismo de cruzeiros marítimos; turismo de intercâmbio, entre outros. No entanto, considerando-se que a literatura acerca do turismo em suas diversas formas é ampla, se fez necessária a delimitação do escopo da pesquisa, atendo-se ao denominado “turismo ecológico” ou, “ecoturismo” e ao “turismo de eventos”.

Desta feita, após uma breve abordagem histórica e conceitual da atividade turística como um todo, passa-se à abordagem específica dos aspectos relacionados a tais atividades, com vistas a contextualizar o seu desenvolvimento no Brasil e suas perspectivas para o município objeto de estudo.

2.5 ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL DO TURISMO

2.5.1 Origem da palavra turismo e evolução da atividade

A palavra *tour* quer dizer volta e tem seu equivalente *turn*, no inglês, do latim *tornare* (giro, volta, movimento de sair e retornar ao local de origem). As palavras *tourism* e *tourist*, de origem inglesa, já aparecem documentadas em 1760, na Inglaterra, conforme atesta Oliveira (2002, p. 17), ao passo que enfatiza:

[...] os estudiosos do setor, como o suíço Arthur Haulot, na busca de suas origens, apresentam a possibilidade de origem hebréia, da palavra *tur*, quando a Bíblia – Êxodo, Capítulo XII, versículo 17 – cita que “Moisés enviou um grupo de representantes ao país de Canaã para visitá-lo e informar-se a respeito de suas condições topográficas, demográficas e agrícolas”. *Tur* é hebreu antigo e corresponde ao conceito de “viagem de descoberta, de exploração, de reconhecimento”.

Dentre os povos que mais contribuíram para com as viagens destacam-se os fenícios, que revolucionaram o comércio ao substituir o ouro, a prata e demais pedras preciosas pela moeda, tornando as viagens mais práticas e seguras. Os romanos, por sua vez, construíram muitas estradas, viabilizando suas muitas viagens em busca de lazer, ampliação do comércio e conquista de novas

terras, sendo que os romanos parecem ter sido os primeiros viajantes em busca de prazer.

Para Dias (2003), o turismo, em sua versão moderna, despontou na segunda metade do século XIX quando, em 1.841, *Thomas Cook* organizou uma viagem para levar um grupo de 570 passageiros para participar de um congresso em *Longborouh*, Inglaterra. O autor entende que referido acontecimento praticamente marca o início da época moderna do turismo e o surgimento dos grupos organizados com fins lucrativos, sendo que no restante do século XIX, esses deslocamentos acentuaram-se, primeiramente dentro de seus próprios países (turismo interno); impulsionando, posteriormente, o crescimento do turismo internacional.

Banducci Jr. (2001, p. 23), ao discorrer sobre o turismo na antropologia, destaca:

A partir da segunda metade do século XIX, as viagens motivadas por descanso e lazer, e não mais por trabalho e negócios, deixam de ser privilégio das elites para se tornarem, em alguns países da Europa e na América do Norte, atividades comuns a um número crescente de trabalhadores.

Ítens como o processo de urbanização, a regularização do trabalho (que culminou com a conquista gradativa do tempo livre para lazer), e a melhoria dos meios de transporte impulsionaram o desenvolvimento do turismo, o qual tornou-se fenômeno de massa ao abranger um número cada vez maior de adeptos. Com base nesta ascensão da atividade, destaca-se a contextualização do turismo feita pela Organização Mundial do Turismo (OMT):

Ao longo das décadas, o turismo tem registrado um crescimento contínuo com aprofundamento e diversificação a ponto de se tornar um dos setores econômicos de crescimento mais rápido no mundo. O turismo moderno está estreitamente ligado ao desenvolvimento e engloba um número crescente de novos destinos. Estas dinâmicas transformaram o turismo em um motor de progresso sócio-econômico. Hoje, o volume de negócios do turismo iguala-se ou até supera as exportações de petróleo, produtos alimentares ou automóveis. O turismo tornou-se um dos principais intervenientes no comércio internacional, e representa, ao mesmo tempo uma das principais fontes de renda para muitos países em desenvolvimento. Este crescimento acompanha uma crescente diversificação e a concorrência entre destinos (OMT, 2004, não paginado).

Neste cenário, a OMT projeta para 2010 mais de 1 bilhão de pessoas viajando entre países, e para 2020 a projeção é de 1,5 bilhão de viajantes

internacionais. O impacto deste enorme fluxo de pessoas é extraordinário e difícil de ser dimensionado, uma vez que o turismo produz efeitos nos mais diferentes setores produtivos.

2.5.2 Turismo: conceitos e componentes

Em virtude da característica multifacetada do turismo, conceituá-lo não representa tarefa fácil, pois cada área do conhecimento que tem relações com o setor turístico tende a defini-lo de acordo com seus interesses e aspirações. Ao passo que algumas áreas acentuam os aspectos sociais; outras, os econômicos, os antropológicos, os geográficos, e assim por diante.

Ruschmann (1997) atesta que encontram-se referências ao turismo na literatura desde o século XIX, mas que foi só a partir da Segunda Guerra Mundial que se desenvolveu o seu conhecimento de um ponto de vista científico. De acordo com o autor, esse desenvolvimento acompanhou o surgimento e crescimento do turismo de massa, caracterizado pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano.

Wahab (1991, p. 23), ao enveredar por esta seara argumenta que a primeira definição de turismo foi possivelmente a apresentada pelo economista austríaco *Herman Von Schullard*, em 1910, segundo o qual turismo é “[...] a soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”. Saindo da conotação puramente econômica, Wahab (*op. cit.*, p. 22) define tradicionalmente turismo como sendo a:

[...] atividade humana intencional, que serve como meio de comunicação e ligação entre povos, tanto dentro de um país como fora dos seus limites geográficos. É visto como o deslocamento temporário de pessoas (...), visando à satisfação de necessidades outras que o exercício de uma função remunerada.

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT):

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem

nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas interrelações de importância social, econômica e cultural (OMT, 2004, não paginado).

Têm-se nesta definição a importância sócio-cultural e econômica da atividade turística, afirmando-se que esta, se bem desenvolvida, é capaz de gerar benefícios para todos os envolvidos, ou seja, podendo ser uma das ferramentas para o desenvolvimento de localidades com potencial para tal. Por sua vez, Oliveira (2002, p. 36), apresenta um dos conceitos, a nosso ver, mais completo do turismo, a saber:

Denomina-se turismo o conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural produzidos numa localidade, decorrentes do relacionamento entre os visitantes com os locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos.

Enfim, o turismo atua como uma migração temporária acompanhada de transferência de renda. Envolve consumo efetuado fora do local de domicílio. De um lado, está a procura, que é o conjunto de pessoas com renda disponível para viajar. De outro, encontra-se a oferta, representado por um núcleo receptor dotado de infra-estrutura de equipamentos, bens e de serviços.

Pressupõe a existência de um mercado turístico. Os componentes desta atividade podem ser visualizados na Figura 3, que apresenta o conjunto de elementos interrelacionados que evoluem de forma dinâmica na atividade turística.

ELEMENTO	CARACTERÍSTICAS
DEMANDA	Formada por um conjunto de consumidores – ou prováveis consumidores – de bens e serviços.
OFERTA	Composta pelo conjunto de produtos, serviços e organizações envolvidos ativamente na atividade turística.
ESPAÇO GEOGRÁFICO	É a base física na qual se dá o encontro ou contato entre a oferta e a demanda e em que se situa a população residente, que, se não é em si mesma um elemento turístico, é considerada importante fator de coesão ou desagregação, dependendo de ser ou não levada em conta quando do planejamento da atividade turística.
OPERADORES DO MERCADO	São as empresas ou organismos cuja principal função é facilitar a interação entre a oferta e a demanda. Podem ser: agências de viagem, companhias de transporte regular e órgãos públicos e privados que organizam e promovem o turismo.

Figura 3: Elementos componentes do turismo

Fonte: Baseado em Dias (2003, p. 11)

Independente dos diversos conceitos atribuídos ao turismo ao longo do tempo, nas últimas décadas, o mesmo tem passado por tantas tranformações que chegaram a atingir inclusive os próprios conceitos. Deve-se, no entanto, compreender que o turismo é uma atividade humana, não apenas econômica, e que ele se realiza em um contexto histórico cultural.

Tais conotações, por si só justificam a necessidade de se adotar um planejamento adequado e condizente com as peculiaridades locais, além de contínuo monitoramento do espaço geográfico, haja vista que, como qualquer outra atividade, apresenta aspectos positivos e negativos, que devem ser avaliados freqüentemente devido a sua intensa dinâmica e sua capacidade de estar em constante mutação. Na seqüência, aborda-se alguns potenciais impactos do turismo.

2.6 POSSÍVEIS IMPACTOS DO TURISMO

O turismo, como qualquer outra atividade desenvolvida pelo ser humano, acarreta impactos positivos e negativos, os quais precisam ser identificados e adequadamente trabalhados, com vistas ao seu fortalecimento ou minimização, conforme o caso. Outra questão a ser considerada diz respeito ao crescimento rápido da atividade, que dificulta o dimensionamento dos impactos por parte do poder público.

2.6.1 Impactos ambientais

Dias (2003, p. 77) enfatiza que por “[...] muito tempo o turismo foi considerado uma atividade econômica limpa, não poluente, geradora de amplo leque de oportunidades e composta por empresas que não lançam fumaça na atmosfera, como as fábricas características da Revolução Industrial.” Nesta concepção, o turismo seria considerado uma atividade potencialmente não degradante do meio ambiente. Ainda que pese esta afirmação, o autor destaca:

No entanto, há muitos aspectos negativos nos impactos do turismo no meio ambiente. Esses impactos surgem, por exemplo, no desenvolvimento da infra-estrutura para o turismo, num incorreto manejo dos resíduos gerados pela atividade, nas cicatrizes na paisagem geradas pelo

crescimento da infra-estrutura nas áreas naturais e pelo volume de visitantes que afeta os ecossistemas mais frágeis (DIAS, op. cit., p. 78).

Machado (2005) corrobora o apregoado por Dias, ao enfatizar que os cenários naturais têm sofrido algumas alterações em face à expansão acelerada e desordenada da atividade turística em muitas regiões. Isto deve-se sobretudo à ausência de políticas públicas e de planejamento concebido com vistas ao desenvolvimento sustentável. Porém, nem todo impacto é negativo neste segmento haja vista que a atividade turística apresenta uma importante contribuição potencial e, em alguns locais, efetiva, para o gerenciamento do meio ambiente onde é desenvolvida de maneira consciente, planejada e condizente com as peculiaridades locais.

Nesta linha, o Ministério do Turismo (MTur), enfatizando a importância da atividade turística, por meio do “Programa de Regionalização do Turismo” elenca alguns dos impactos ambientais decorrentes de sua exploração, dividindo-os em Positivos e Negativos, conforme evidenciado na Figura 4.

POSITIVOS	NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização das áreas naturais do destino turístico. ▪ Ampliação e preservação de áreas protegidas. ▪ Criação de planos e programas de preservação e recuperação de áreas naturais. ▪ Maior investimento nas ações voltadas para a preservação ambiental. ▪ Melhoria dos padrões de uso e ocupação do solo. ▪ Aumento da conscientização ambiental. ▪ Redução da poluição ambiental. ▪ Melhoria da coleta e destinação do lixo e dos resíduos sólidos. ▪ Utilização de tecnologias limpas na adequação e estruturação da oferta turística diferencial. ▪ Redução de consumo de energia. ▪ Tratamento e destinação do esgoto. ▪ Redução do uso e tratamento de água. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arquitetura não integrada à paisagem. ▪ Problemas com tratamento de resíduos sólidos. ▪ Poluição sonora, do ar e da água. ▪ Erosão de vertentes e perda de solo. ▪ Desequilíbrio hidrológico. ▪ Uso intensivo da terra. ▪ Ocupação de áreas agrícolas. ▪ Urbanização descontrolada. ▪ Redução das áreas verdes. ▪ Assoreamento de corpos d'água.

Figura 4: Impactos ambientais do turismo

Fonte: Adaptado de BRASIL - MT (2004)

Diante deste quadro cumpre observar que os impactos ambientais tendem a ser bastante significativos neste segmento, tanto positiva quanto negativamente. Assim, as ações desenvolvidas com o intuito de fomentar a atividade turística devem ser planejadas no intuito de potencializar os impactos positivos e minimizar os negativos, sob pena de comprometer a sua continuidade e a sustentabilidade dos recursos envolvidos.

2.6.2 Impactos econômicos

Em qualquer lugar onde o turismo é desenvolvido, ocorre uma variedade de impactos econômicos, que se classificam como impactos diretos e impactos indiretos ou induzidos. Nessa perspectiva, o valor dos gastos realizados pelos turistas representa somente parte dos impactos econômicos. Desta feita, para uma análise completa dos impactos da atividade turística, outros aspectos precisam ser considerados, como por exemplo: a) efeitos indiretos e induzidos, como compras efetuadas pelos turistas e novos negócios abertos em função da renda do turismo; b) “vazamento” dos gastos locais, como a compra de produtos importados para suprir a necessidade dos turistas; c) deslocamento de mão-de-obra e custos de oportunidade, como a atração de empregados de outros setores para trabalhar com o turismo (BARBOSA, 2002, p. 2). Não obstante, o autor destaca ainda que:

Do ponto de vista econômico, a atividade turística se torna importante não pelo fato da ‘viagem a trabalho ou lazer’, mas, sim, pelas conseqüências não-intencionadas deste ato. Quando o turista viaja a lazer, ele não trabalha, o que afeta diretamente a oferta de mão-de-obra, pois possibilita a abertura de novas vagas no mercado. [...]. Quando o turista viaja para o exterior, participa de um amplo desenvolvimento internacional de capital, gerando demanda adicional e transferindo divisas para o país escolhido (idem, ibidem).

Os gastos turísticos têm efeito cascata sobre a economia, haja vista que este começa com os turistas gastando nos chamados “*front line*”, como transporte, hotéis, e restaurantes, e cujos recursos são posteriormente drenados para o resto da economia. Este dinheiro é visto como uma injeção de recursos, via aumento da demanda na economia local, que não existiria sem esta atividade. Uma vez que a canalização de recursos para potencializar o turismo em determinada localidade implica na necessidade de contratação de mão-de-obra e adequação das

condições de infra-estrutura adicional (educação, saúde, segurança, sistema viário, comunicação), com vistas a atender ao acréscimo populacional da mesma, é de se considerar os possíveis impactos econômicos negativos da atividade, dentre os quais destaca-se, nas palavras de Oliveira (2002, p. 186):

Se a localidade não possuir mão-de-obra suficiente para atender às necessidades na prestação de serviço vai, obrigatoriamente, ter que importar mão-de-obra de outras regiões ou de outras atividades econômicas. Podem ser pessoas que deixam as fábricas, trabalhadores rurais que abandonam o campo. Muitas vezes tem, até que buscar força de trabalho no exterior. É uma dinâmica com uma série de problemas. Ao deixarem os postos de trabalho originais, os trabalhadores abrem espaços que precisam ser preenchidos.

Os novos ocupantes desses espaços nem sempre estão treinados e prontos para o serviço turístico. Precisam de treinamento e de tempo para ficarem aptos às funções. Isso é negativo, pois novos investimentos com a preparação da mão-de-obra terão que ser feitos. Quando ocorre a importação de mão-de-obra estrangeira, certamente haverá transferências de dinheiro para o exterior. Após a prestação dos serviços, o estrangeiro retorna para a sua pátria levando aquilo que ganhou e que economizou.

Além dos impactos negativos citados há outros a serem considerados, dentre os quais pode-se destacar: a sazonalidade do fluxo, trabalhos temporários, falsa sensação de empregabilidade, inflação, e ainda o aumento da demanda por recursos como a energia, água, os alimentos e outros produtos que abastecem a população local e que podem sofrer baixa devido ao aumento da demanda (BARBOSA, 2002; OLIVEIRA, 2002).

2.6.3 Impactos sócio-culturais

Tão relevante quanto o aspecto econômico e o ambiental da atividade turística é a dimensão social e cultural que a abriga. Os impactos sócio-culturais podem ser definidos como as mudanças provocadas nas comunidades receptoras do turismo, as quais podem estar relacionada tanto a aspectos sociais quanto aos de preservação e manutenção dos patrimônios culturais e naturais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 215 estabelece que a cultura constitui um fenômeno social e fator de emancipação humana e como tal deve ser protegida. No que tange o patrimônio cultural, o *caput* do art. 216 da referida Constituição conceitua como sendo “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Grunewald (2001, p. 127), em sua análise do resgate da cultura em uma comunidade indígena onde o turismo é explorado, observa a ambiguidade da questão ao argumentar:

A questão da mudança cultural é uma preocupação presente nos estudos em antropologia do turismo desde o surgimento desse campo de pesquisa, particularmente a mudança processada na sociedade hospedeira. Contudo, isso não deve necessariamente ser recebido apenas pelo ângulo do paradigma da aculturação, pois o inverso pode se sobressair com o surgimento de vários novos elementos culturais de caráter tradicional entre a população hospedeira.

Ainda, por tratar-se de atividade que envolve diretamente o contato entre as pessoas Oliveira (2002, p. 186) destaca que o comércio do turismo difere de outras formas de comerciar, uma vez que na atividade comercial tradicional o cliente não precisa necessariamente deslocar-se de seu local de origem para adquirir ou consumir um produto, enquanto que para se efetivar a transação na atividade turística esta apresenta-se como condição essencial. Logo, no turismo, quem se desloca ao local onde se encontra o produto a consumir é o cliente.

Como resultado desta relação tem-se o encontro do turista com a população visitada, a qual, desde que consciente da importância de preservar sua cultura para manter-se atraente, tende a preservar suas tradições artesanais, folclóricas, gastronômicas, históricas e arquitetônicas, o que caracteriza um impacto positivo no tocante à questões socioculturais. Outro impacto positivo diz respeito à população residente ter a possibilidade de aprender outras línguas no contato com visitantes de outros países, o que faz com que tenham acesso à informações publicadas em outros idiomas.

Nestas circunstâncias, a linha que separa o positivo do negativo é muito tênue pois trata-se de uma experiência em que os visitantes adquirem conhecimentos sobre a vida dos povos visitados e os visitados trocam experiências

com os visitantes. Referida troca fica evidente se considerarmos que o turista, ao chegar no local de destino tem na bagagem uma referência cultural, ao passo que leva consigo todos os seus hábitos e comportamentos de consumo, independente de qual seja a destinação escolhida. Isto ocorre mesmo no caso do Turismo Cultural, onde o que motiva a viagem é justamente o interesse pela cultura do outro.

Neste ambiente, se a população visitada não envidar esforços no sentido de manter suas tradições, ocorrerá, inevitavelmente, o efeito negativo do turismo, ao passo que para atender à demanda as manifestações folclóricas, as artes e as demais tradições podem sofrer uma comercialização tão intensa que pode culminar por deturpar a originalidade da sua cultura e, conseqüentemente, tende a deixar de ser atrativo para os visitantes.

2.7 TURISMO NO BRASIL: algumas considerações

Conforme abordagem anterior, a expansão da atividade turística nas últimas décadas responde por significativa geração de divisas e por impulsionar o desenvolvimento de localidades e países. Este tópico aborda aspectos relativos ao desenvolvimento da atividade turística no Brasil, sem, no entanto, ater-se exaustivamente a particularidades do setor por não ser este o objeto do estudo.

2.7.1 O turismo e seus reflexos na economia nacional

Merigue ([2.007], p. 1) argumenta que escrever sobre turismo no Brasil parece ser tarefa fácil, devido ao grande potencial natural e cultural que o país contempla. No entanto, o autor alerta que “[...] ao analisarmos o turismo como um fenômeno sócio-cultural, econômico, ambiental e científico, deparamo-nos com uma atividade complexa, que não depende somente de belos lugares, mas sim de profissionalismo, estudos e pesquisas.”

É sob esta óptica que se propõe a contextualização da atividade turística em âmbito nacional, sendo que o Brasil, por suas peculiaridades apresenta-se como um dos principais destinos de visitantes de outros países, ávidos por desfrutar das inúmeras opções oferecidas em suas diversas regiões, com destaque para o imenso e belo litoral da costa brasileira, a exuberância da Amazônia, o

patrimônio histórico de cidades como Tiradentes (MG), a arquitetura de Brasília ou mesmo as características cosmopolitas e comerciais de São Paulo. Autores como Dias (2003, p. 24), atribuem o início estruturado da atividade turística no Brasil, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, ao uso generalizado dos meios de transporte, particularmente do automóvel, bem como a “[...] uma profunda modificação da forma de vida do homem nas grandes cidades”.

O turismo no Brasil se caracteriza por oferecer tanto ao turista brasileiro quanto ao estrangeiro uma gama de opções, ao passo que os empresários do setor procuram desenvolver negócios em segmentos específicos de mercado, tais como turismo de lazer, de compras, de eventos, de negócios, cultural, ecoturismo, entre outros. Referidos negócios demandam investimentos em infraestrutura e também na formação de mão-de-obra qualificada.

A época de evolução do turismo no país ficou marcada também pelo aumento da busca de maior contato do homem com a natureza, sendo que essa busca do natural traduziu-se, nos grandes centros, na intensificação de deslocamentos nos finais de semana e nos feriados prolongados para sítios, chácaras, fazendas, e outros locais em áreas rurais.

Não obstante, o turismo movimenta setores como: hotelaria, gastronomia e entretenimento, os quais geram volume considerável de empregos diretos e indiretos no país. Segundo a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), seu efeito multiplicador repercute em, pelo menos, 52 ramos de atividade. No que tange os dados da atividade turística no Brasil, tem-se números expressivos como os divulgados pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), no sítio BRASIL TURISMO.COM (2008), dentre os quais destaca-se:

25.700 - É o número de meios de hospedagem no Brasil em 2007, dos quais aproximadamente 18.000 são hotéis e pousadas e 7.500 outros meios de hospedagem como residenciais, flats, alojamentos, albergues, clubes, representando uma oferta de 1,1 milhão de apartamentos – unidades hoteleiras (UHs) – e gerando cerca de 500 mil empregos diretos e mais de 1.500 indiretos. [...]. Estima-se que, até o final de 2010, a indústria hoteleira do Brasil receberá investimentos da ordem de R\$ 5,3 bilhões na construção de novos meios de hospedagem, não incluindo o montante que deverá ser aplicado na ampliação e renovação das unidades já existentes, valor que deverá ultrapassar os R\$ 4 bilhões.

Tais informações nos dão uma noção da importância do fluxo turístico para a economia nacional, ao passo que os esforços no sentido de desenvolver o turismo no Brasil têm surtido o resultado esperado.

2.7.2 *Amparo legal e fomento à atividade*

O desenvolvimento da atividade turística no Brasil conta com políticas e programas de incentivo, sendo estas relativamente recentes, além de serem insuficientes para impulsionar a atividade de maneira equitativa entre os diversos estados da Federação. Neste cenário, na região Norte, que não tem tradição de atuação no setor, os mecanismos de incentivo e fomento disponíveis estão muito aquém das necessidades. De maneira geral, até meados da década de 1960 havia somente políticas resultantes de leis e decretos desconexos e restritos a aspectos parciais da atividade, cujo conteúdo, em sua maioria, regulamentava o funcionamento das agências de viagens e turismo. Ainda há muito que melhorar neste sentido, mas, a partir de 2003, quando da criação do Ministério do Turismo (MTur) por meio da Lei 10.683/2003, o setor passou a merecer uma atenção maior por parte do governo federal.

Notadamente, a partir da década 60 do século XX a participação do Estado como agente de *controle* das atividades turísticas passou a ser mais evidente, mediante a publicação de diversos instrumentos normativos, além da implementação de Programas voltados para o setor. Mediante esta participação, o Estado busca alavancar o desenvolvimento do turismo, sendo que em 1966 inicia-se um novo período para o segmento turístico com a promulgação do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro, que cria organismos oficiais, como o Conselho Nacional do Turismo (CNTur) e demais normas que especifica.

Os instrumentos legais desempenharam importante papel no processo de evolução e consolidação da atividade turística em âmbito nacional e, com o Decreto-Lei nº 55/66 o Governo Federal estabeleceu uma política de incentivos fiscais com vistas a promover o desenvolvimento regional e setorial no Brasil. Logo, somente em meados da década de 1960 se iniciou a adoção de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento do turismo no país, com a implantação da primeira Política Nacional de Turismo.

Referida política contempla o fomento à atividade turística, inicialmente, por meio de dois fundos, criados a partir do Decreto-Lei nº 55/66, quais sejam: o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) e os Fundos de Investimento Setoriais (FISSET). Tais fundos originaram-se da necessidade de implementação de políticas setoriais de incentivo, ao passo que as políticas setoriais têm como principal estratégia a geração de recursos para o desenvolvimento das atividades econômicas, sendo esses recursos os responsáveis, na maioria das vezes, pelos sucessos das referidas políticas. Fundos de Investimentos Setoriais tinham como meta, além do fomento ao turismo, também o setor de pesca e o setor florestal, os quais eram supervisionados por diferentes órgãos; sendo que o FISSET/Turismo ficava a cargo da EMBRATUR, ao passo que as principais fontes de recursos para o desenvolvimento do turismo no Brasil são os incentivos fiscais e financeiros que vêm sendo dados a esse segmento ao longo de sua história.

No tocante a Lei nº 8.181/1991, apesar de ter sido regulamentada em 1992, pelo Decreto nº 448, sua implementação ocorreu somente a partir de 1996, com o início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, haja vista que no período de 1991 e 1992, quando sancionados estes instrumentos legais, o país atravessava momentos difíceis no cenário político, o que culminou com o *impeachment* de um presidente, acompanhada de acentuada instabilidade econômica com reflexos em todos os segmentos econômicos do país, inclusive no turismo. Dentre o estabelecido na Lei nº 8.181/1991, destaca-se o art. 3º, que estabelece as competências da EMBRATUR enquanto órgão responsável pela promoção do turismo em âmbito nacional, dentre os quais:

- a) Propor ao Governo Federal normas e medidas necessárias à execução da Política Nacional de Turismo e executar as decisões que, para esse fim, lhe sejam recomendadas;
- b) Estimular as iniciativas públicas e privadas, tendentes a desenvolver o turismo interno e do exterior para o Brasil;
- c) Promover e divulgar o turismo nacional, no País e no Exterior, de modo a ampliar o ingresso e a circulação de fluxos turísticos, no território brasileiro;

- d) Analisar o mercado turístico e planejar o seu desenvolvimento, definindo as áreas, empreendimentos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas;
- e) Fomentar e financiar, direta ou indiretamente, as iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria de turismo.

O estabelecimento de tais atribuições à EMBRATUR fez com que algumas ações fossem canalizadas no sentido de incentivar e desenvolver o turismo nacional, o qual vem galgando um espaço cada vez maior no cenário internacional. Qualquer que seja a política ou programa em pauta, é imprescindível que o mesmo contemple uma maior parceria entre o setor público e o setor privado como forma de fortalecimento do segmento turístico. Os incentivos e investimentos no setor turístico brasileiro foi impulsionado pela criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, sendo que entre 2003 e 2006 o governo federal aplicou R\$ 2,6 bilhões em políticas para o desenvolvimento do setor. Em 2007 foram aplicados R\$ 1,8 bilhão. Desta feita, novas ações têm impulsionado, ano a ano, a quebra de recordes do setor.

Em 2006, por exemplo, 46,3 milhões de passageiros viajaram dentro do país, um número 7,4% superior ao de 2005 e quase três vezes acima dos 16,8 milhões de 1995. Nesse ambiente, em toda a cadeia produtiva do turismo foram gerados cerca de dois milhões de empregos e ocupações, no período.

Desde junho de 2007 o MTur trabalha com metas previstas no segundo Plano Nacional do Turismo (PNT 2007-2010), cujos destaques são o fortalecimento do turismo interno e geração de mais empregos e renda (BRASIL,2007). Segundo o MTur, as principais metas do PNT são: chegar a 2010 com um total de 217 milhões de viagens internas pelo país e estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional, gerando, assim, ao longo dos quatro anos, 1,7 milhão de novos empregos e ocupações. Tais metas são bastante significativas. Resta saber, no entanto, se a região amazônica será contemplada com o fomento necessário para impulsionar a atividade, uma vez que dos programas em desenvolvimento ou a serem implementados no Brasil, a região Amazônica, ou melhor, a “Amazônia Legal” será contemplada com recursos a serem investidos em quinze destinos identificados como indutores do turismo por meio de uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo eles: Rio Branco, no Acre; Barcelos, Parintins e

Manaus, no Amazonas; Macapá, no Amapá; Belém e Santarém (Tapajós), no Pará; Porto Velho, em Rondônia; Boa Vista, em Roraima e Mateiros (Jalapão) e Palmas, no Tocantins. Além disso, na região Centro-Oeste, mas na Amazônia legal, estão Cuiabá e Cáceres, no Mato Grosso, e São Luís e Barreirinhas, no Maranhão.

Uma vez que dentre os critérios adotados para identificar os municípios a serem beneficiados pelo programa itens como a infra-estrutura, o turismo já desenvolvido, as políticas públicas existentes, a economia e a sustentabilidade tiveram um peso significativo o que, por si só limita o benefício àqueles municípios que se encontram mais estruturados, eliminando as possibilidades de acesso dos demais. No caso de Rondônia, a capital Porto Velho será a única contemplada com este programa. É de se considerar ainda que:

Para alcançar as metas propostas, o Ministério do Turismo estrutura seu trabalho dentro do país por meio das ações das secretarias nacionais de Políticas de Turismo e a de Programas de Desenvolvimento do Turismo. A primeira, entre outras atividades, responde pelo Programa de Regionalização do Turismo, [...]. A outra secretaria se preocupa com o desenvolvimento desses roteiros, investimentos em qualificação e infra-estrutura. Na atração de turistas estrangeiros, promoção do Brasil como destino turístico no exterior, o trabalho é desenvolvido pela Embratur – Instituto Brasileiro do Turismo (BRASIL, 2007).

Observa-se que as políticas públicas voltadas à atividade turística em território nacional são bastante modestas, não atendendo às necessidades do setor. Em face às dificuldades enfrentadas, deve-se considerar que, além dos governos federal e estadual, o município com potencialidade turística precisa assumir esta condição, quer seja com a adoção de políticas públicas condizentes para fomentar a atividade, quer seja incentivando a ampliação das opções turísticas buscando parcerias com as demais esferas governamentais e o setor privado.

2.8 ECOTURISMO E TURISMO DE EVENTOS

2.8.1 Ecoturismo ou turismo ecológico

O ecoturismo integra o denominado turismo alternativo, assim compreendido aquele desenvolvido inicialmente na Europa com o intuito de satisfazer as necessidades de uma clientela com aspirações e motivações

decorrentes de uma nova realidade contemporânea, bem como de tentar atender às exigências do meio ambiente (MAGALHÃES, 2002). Alguns o apresentam ainda como “turismo sustentável”, devido a suas características, ao passo que o reconhecimento da importância de manutenção dos recursos naturais faz com que aumente a demanda neste segmento, que pode ser traduzida na crescente busca de maior contato com a natureza (MACHADO, 2005; BENI, 2004).

Complementarmente, observa-se que como parte dos resultados das atividades desenvolvidas por um Grupo de Trabalho organizado pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo¹ (MICT) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), constituído por técnicos da EMBRATUR, por especialistas e empresários do setor, têm-se uma conceituação para o ecoturismo, o qual está inserido nas denominadas “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, a saber:

ECOTURISMO - Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a informação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (BRASIL, 1994, p. 19).

Da mesma forma, Machado (2005, p. 14) identifica o ecoturismo ou turismo ecológico com sendo:

Atividade que busca o encontro do homem com o ambiente natural e a cultura local, através de conceitos de controle de impactos e desenvolvimento sustentável, frutos de um planejamento resultante da integração entre comunidade e promotores da atividade turística.

Ruschmann (1997) atesta que o ecoturismo surgiu da necessidade dos moradores das grandes cidades reencontrarem-se com a natureza, além de enfatizar a importância da discussão das bases para uma convivência harmoniosa entre o desenvolvimento do turismo e a sustentabilidade das reservas naturais. Corroborando o arrazoado por Meirelles Filho (2005, p. 42) ao definir objetivamente ecoturismo como sendo “[...] o retorno à natureza de uma forma segura e planejada.” Machado (2005, p. 19), ao discorrer sobre a turismo voltado para a área ambiental enfatiza:

¹ O Ministério do Turismo era assim denominado à época.

Há, no ambiente natural, um valor *econômico* difícil de ser medido pelos conceitos preservacionistas. É fácil identificá-lo no uso direto dos recursos. Derrubar uma árvore de grande porte, que irá gerar determinado valor de venda, é uma equação simples. Porém, se mantida viva, pelo conjunto de onde está inserida, essa mesma árvore poderá gerar valores originados de sua simples existência – valores que serão pagos pelo visitante que quer ter o prazer da contemplação. O certo é que a utilização dos ambientes naturais como fator de atração de olhares curiosos pode resultar em nova possibilidade econômica, capaz de justificar ações diretas de manutenção desses espaços.

A atividade turística com a utilização dos recursos ambientais é algo recente enquanto atividade econômica. Dias (2003) enfatiza que o turismo se desenvolveu de forma bastante rápida e na mesma perspectiva dos demais segmentos da economia, com a utilização intensiva dos recursos naturais e sem uma preocupação preservacionista em relação ao meio no qual a atividade é desenvolvida.

Nesta perspectiva, o ecoturismo representa hoje bem mais que uma opção técnica de como se pode explorar turisticamente os recursos naturais, sendo que em alguns casos, presentes pelo mundo todo, passou a ser visto como um estilo de vida, e não apenas como uma boa forma de “ganhar a vida”, conforme preceituam Mendonça & Neimam (2005, p. 3). Assim, a atividade turística voltada para os atrativos naturais tende a se consolidar como uma atividade do século XXI, pela sua atualidade e relevância no cenário globalizado e cada vez mais ávido pela vivência harmoniosa com o meio ambiente e em constante busca por soluções para a mitigação dos impactos causados a este pelo homem. Corrobora o defendido por Machado (2005, p. 19) ao arrazoar:

Um dos grandes desafios do turismo ecológico é estimular um novo comportamento do turista diante do espaço natural, que impeça a destruição dos locais de visitação. Em contrapartida, é extremamente importante não entender o turista como um ser intrinsecamente destruidor. Trata-se de uma pessoa em busca de emoção, de realização, de novos horizontes. É, antes de tudo, um ser capaz de incrementar o desenvolvimento, mover a economia, proporcionar novas possibilidades de emprego e geração de renda.

A utilização de áreas naturais para vivenciar experiências deve estar inserida em uma preocupação de incremento da conscientização ambiental, proporcionando ao visitante a possibilidade de envolvimento com as questões ecológicas do local, conhecimento dos sistemas naturais e das culturas envolvidas

no processo. A questão central surge da necessidade de buscarmos a forma correta de proporcionar essa vivência ao visitante (MACHADO, *op. cit.*, p. 104). Em suma, o turismo ecológico, ecoturismo ou turismo sustentável tem a missão de formar ecoturistas, que são na verdade visitantes conscientizados e habilitados a freqüentar áreas sensíveis e que necessitam ser orientados de maneira adequada para o perfeito aproveitamento de sua viagem, haja vista que a atividade turística enseja a adoção de medidas de educação ambiental nas localidades onde é desenvolvida, com vistas à sustentabilidade.

Partindo da premissa que a educação ambiental nasce com a tarefa de ajudar a resolver os problemas ambientais, preparando os indivíduos para uma atuação mais compreensiva e responsável em relação ao ecossistema do qual faz parte ou com os quais interage durante sua estada em determinada localidade, destaca-se que a educação ambiental no ecoturismo deve ser trabalhada com todos os atores envolvidos, desde a comunidade receptora até o visitante. Projetos de educação ambiental devem ser concebidos no intuito de atingir toda a população local, não limitando-se ao âmbito escolar (MENDONÇA, 2005).

No que tange ao visitante, Machado (2005), aborda a necessidade de ações que o tornem co-responsável pela manutenção das condições ambientais adequadas no local onde visita, com vistas a sustentabilidade. Nesta seara, vale o bom senso, uma vez que não se pode esperar que o visitante venha a assistir longas explanações sobre o tema. Longe disto, a educação para o turista deve ser canalizada para ações simples e objetivas, como a demarcação de áreas passíveis de caminhadas (trilhas ecológicas); a fixação de placas de alerta quanto a não perturbação da fauna e não retirada de espécies da flora local; a distribuição estratégica de recipientes para coleta de resíduos, dentre outras julgadas necessárias e plausíveis na área.

2.8.2 Sustentabilidade no ecoturismo

No ecoturismo, assim como em qualquer outra atividade econômica ou de subsistência, a sustentabilidade – que pode ser entendida como a utilização racional dos recursos ambientais – assume papel importante no desenvolvimento e é vista como condição *sine quo non* para a garantia e proteção à sadia qualidade de

vida presente e futura, conforme abordagem de autores como Oseki et. al. (2004), Cavedon (2003), Almeida (2002), Silva (2001), Hawken & Lovins (2000) e Ferreira (1998). Não obstante, há de se considerar que a sustentabilidade engloba uma gama maior de fatores, os quais devem ser considerados em uma análise da atividade turística ou em seu planejamento. Desta feita, Machado (2005, p. 24) assevera que:

O turismo a ser pensado e desenvolvido deve, obrigatoriamente, focalizar a integração de valores ambientais, culturais, sociais e econômicos, considerando o bem-estar das pessoas envolvidas no processo. Deve buscar a cidadania ecológica inserida na expectativa de uma qualidade de vida melhor, para o hoje e para o amanhã.

Dada a importância da sustentabilidade para o ecoturismo, convém apresentar o apregoado por Beni (2004, p. 1), que pondera:

O equilíbrio pretendido entre a atividade humana e o desenvolvimento e a proteção do ambiente exige uma repartição de responsabilidades eqüitativas e claramente definidas com relação ao consumo e ao comportamento face aos recursos naturais. Isto implica a integração de considerações ambientais na formulação e implementação das políticas econômicas e setoriais, nas decisões das autoridades públicas, na operação e desenvolvimento dos processos de produção e nos comportamentos e escolhas individuais.

De acordo com tal abordagem, caracterizada está a necessidade de se conciliar as atividades voltadas ao ecoturismo, nas quais devem ser priorizadas ações de cunho sustentável, assim como a importância da parceria entre o setor público e o setor privado para a alavancagem do segmento e a manutenção dos recursos ambientais.

Almeida (2002), ao discorrer sobre o “desenvolvimento sustentável” enfatiza que no início da década de 1930 tal expressão não era conhecida, assim como “meio ambiente”. Segundo o autor, em 1933, um grupo formado por cientistas, jornalistas e políticos organizou no Rio de Janeiro a primeira reunião para discutir políticas de proteção ao patrimônio natural, em âmbito nacional.

A partir de então, itens como o próprio desenvolvimento sustentável, meio ambiente e a defesa dos recursos ambientais passaram a fazer parte das discussões e ações voltadas para o crescimento econômico. Aliado a esta nova percepção da temática, o ecoturismo desponta como uma atividade reconhecida

pela sociedade como sustentável e recebe esta denominação por estar embasada em conceitos objetivos amplamente discutidos (MENDONÇA & NEIMAN, 2005).

O debate acerca da atividade turística por muito tempo orientou-se pela questão dos efeitos da atividade sobre o meio em que esta se realiza. Banducci Jr. (2001, p. 27) defende que “O dilema que o norteou, e ainda hoje é a base de grande parte das discussões sobre o tema, diz respeito aos benefícios e prejuízos da atividade para as comunidades receptoras do turismo e para o ambiente natural em que ocorre”. O autor afirma a importância de se fomentar a atividade turística como meio de geração de renda, sem comprometer, além da identidade étnica, a sustentabilidade ambiental no entorno da área onde é desenvolvida.

O desenvolvimento sustentável é uma necessidade preeminente da sociedade contemporânea, e assim o é do sistema econômico capitalista, uma vez que é sabido que a partir da segunda metade do século XX o homem passou a explorar as riquezas da natureza sem a necessária preocupação com sua preservação. Porém, no limiar do século XXI a exploração ou utilização dos bens naturais disponíveis exige do homem capitalista um novo modelo de comportamento, ou seja, um comportamento ético diante da utilização dos recursos naturais. Pois, só assim, pode-se firmar a possibilidade de garantir o presente e futuro das gerações quanto à manutenção da qualidade de vida.

A promoção e utilização sustentável dos recursos ambientais², a qual implica, por definição, que devemos transformar nossos hábitos e fazê-los sustentáveis, e envolve desde o ponto de vista econômico, social ao cultural, este compreendendo a identidade étnica, assunto que contempla itens pertinentes ao meio ambiente; desenvolvimento; sustentabilidade e ecoturismo.

A sustentabilidade dos recursos naturais, frente ao desenvolvimento sócio-econômico, é condição de sobrevivência do próprio homem e das demais espécies de seres vivos. É preciso entender que a ação do homem deve ser limitada, sob pena de comprometer o meio físico, material e imaterial, bens susceptíveis de sensibilidade, em razão da própria natureza.

² Definidos pela Lei 6.938/81 como sendo: “a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera”.

2.8.3 Particularidades do turismo de eventos

Este segmento caracteriza-se pelo deslocamento de pessoas para locais diversos de sua residência, no intuito de participar de atividades que agreguem valor à seu conhecimento e/ou área de atuação. Assim como o ecoturismo, tem elevada importância para uma cidade ou região, para o país como um todo, com vasto campo ainda a ser explorado, ao passo que incentiva o desenvolvimento socioeconômico local, contribuindo para geração de empregos, renda e criação de infra-estrutura que beneficia não só o turista, como a população da cidade. O turismo de eventos quando voltado à utilização de recursos naturais visa promover o contato do homem com a natureza sem interferir na mesma. De acordo com Silva (2003), “Em um momento que é necessário contornar os efeitos da ‘alta e baixa estação’, visando fomentar o turismo em diferentes épocas do ano, para existir um maior equilíbrio da demanda, o Turismo de Eventos apresenta-se como uma solução ideal para os destinos turísticos.”

Neste ambiente, observa-se forte conotação às atividades voltadas para congressos e eventos similares, quando se aborda este segmento da atividade turística. No entanto, pode-se caracterizar também como turismo de evento aquele que se destina a oferecer atividades de lazer e recreação mediante a promoção de festas populares, festivais e outros do gênero. Como exemplo de eventos tradicionais no Brasil tem-se as festas juninas do Nordeste (com destaque para as cidades de Campina Grande, na Paraíba, e Caruaru, em Pernambuco).

Trata-se de megafestas e no Nordeste, por exemplo, elas costumam ser tão grandes quanto o Carnaval carioca, atraindo milhares de pessoas, lembrando até as festas de peão, no interior paulista. Na região Amazônica há uma forte tradição em eventos realizados em Parintins, no Amazonas, o denominado “Festival Folclórico de Parintins”, que a cada ano conquista adeptos das mais longínquas regiões e tornou-se referência de cultura regional. Em Rondônia desponta esta modalidade de exploração do turismo, mediante a realização de algumas festas que tem se tornado referência regional, como é o caso do “Festival de Praia de Pimenteiras”, que constitui um dos objetos do presente estudo.

OLIVEIRA, Silvério dos Santos
Ecoturismo e turismo de eventos no município de Pimenteiras do Oeste
- RO: pontencialidades, obstáculos e ações para o fortalecimento/ Silvério
dos Santos Oliveira – Porto Velho, 2008.
152 f.

Dissertação (Mestrado) – PGDRA , Universidade Federal de Rondônia

1. Políticas públicas 2. Desenvolvimento regional I. Título

CDD 338.91

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE – PGDRA

SILVERIO DOS SANTOS OLIVEIRA

ECOTURISMO E TURISMO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE
PIMENTEIRAS DO OESTE – RO: POTENCIALIDADES,
OBSTÁCULOS E AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PORTO VELHO, RO
2008

SILVERIO DOS SANTOS OLIVEIRA

**ECOTURISMO E TURISMO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE
PIMENTEIRAS DO OESTE – RO: POTENCIALIDADES,
OBSTÁCULOS E AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, na área de concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Santos.

**PORTO VELHO, RO
2008**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE – PGDRA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ECOTURISMO E TURISMO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE
PIMENTEIRAS DO OESTE – RO: POTENCIALIDADES,
OBSTÁCULOS E AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO.**

BANCA EXAMINADORA

Porto Velho, 27 de junho de 2008.

Prof. Dr. Carlos Santos – Orientador

Profª. Drª Carolina Rodrigues da Costa Doria

Prof. Dr. Manuel Antonio Valdés Borrero

À
Eleonice, Camila
e Mateus, com amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela capacitação e perseverança, tão necessárias à superação das inúmeras dificuldades que se apresentaram ao longo deste período.

À Universidade Federal de Rondônia, de maneira especial ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e aos professores do PGDRA.

Ao Prof. Dr. Carlos Santos, pela dedicação e competência na orientação, ao Prof. Dr. Josué da Costa Silva, por sua contribuição como orientador no início dos trabalhos e ao Prof. Dr. Dorisvalder Dias Nunes pelas valiosas sugestões que nortearam o início da pesquisa.

Aos membros das Bancas de Qualificação e de Defesa, pelas valorosas observações e sugestões.

Ao grande amigo Prof. Ms. Carlos Vinícius da Costa Ramos, pelo indispensável suporte no tratamento dos dados e à Prof^a. Ms. Eleonice Dal Magro, pelo incentivo, críticas e sugestões que em muito contribuíram para com o desenvolvimento do trabalho.

Ao Sr. Carlos Rogério Rodrigues, Prefeito de Pimenteiras do Oeste, assim como ao Sr. Rubert Estenssoro Ronssendy, Diretor do Departamento de Turismo e Meio Ambiente daquele Município, pelas horas de conversa e valiosos dados fornecidos, além do suporte logístico no desenvolvimento das atividades de campo.

Ao Sr. Renato Aparecido Pereira e à Paula Renata Gerlach, do Barco Hotel Rei, pelas preciosas informações e apoio logístico em trabalhos de campo, assim como à bibliotecária Rosângela de Araújo Bueno Reis, pela confecção da ficha catalográfica.

À todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, **meu muito obrigado.**

“Estamos todos neste planeta, por assim dizer, como turistas. Nenhum de nós pode morar aqui para sempre. O maior tempo que podemos ficar são aproximadamente cem anos. Sendo assim, enquanto estamos aqui, deveríamos procurar ter um bom coração e fazer de nossas vidas algo de positivo e útil. Quer vivamos poucos anos ou um século inteiro, seria lamentável e triste passar este tempo agravando os problemas que afligem as outras pessoas, os animais e o ambiente.”

Dalai-Lama.

RESUMO

Questões como desenvolvimento, sustentabilidade, qualidade de vida e meio ambiente ocupam um espaço cada vez maior nas discussões e definições de políticas públicas voltadas ao incentivo e fomento de atividades econômicas como um todo. Neste ambiente, o turismo que tem como base de atuação ou sustentação os recursos naturais demanda a análise criteriosa das variáveis que o compõem, com vistas a possibilitar aos tomadores de decisão ter uma visão mais próxima da realidade que se apresenta na localidade objeto de estudo e análise. Em qualquer processo de planejamento e controle de atividade as informações desempenham papel de suma importância e, no intuito de dotar os atores locais de informações condizentes com a realidade local, o presente estudo aborda itens inerentes às potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de eventos em Pimenteiras do Oeste, município localizado na região Cone Sul do Estado de Rondônia e que tem na riqueza do Rio Guaporé um de seus maiores trunfos para a atividade turística. Uma vez identificadas as características que credenciam o desenvolvimento da atividade no município, apresenta-se a proposta de formação de uma “rede estratégica de ação” que contempla a participação de atores locais ligados à atividade, com vistas ao fortalecimento mútuo. Assim, com base em uma revisão bibliográfica e em dados obtidos na realização de pesquisa de campo junto à população residente e flutuante, é feita uma abordagem do tema, com vistas a subsidiar ações locais que possibilitem a melhoria das condições de vida da população, sem, contudo comprometer a sustentabilidade dos recursos naturais e a diversidade étnico-cultural predominante na região, haja vista que as peculiaridades locais tendem a valorizar a atividade turística e gerar divisas para o município.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento sustentável. Rede. Estratégia.

RESUMEN

Cuestiones como desenvolvimiento , sustentabilidad, cualidad de vida y medio ambiente ocupan un espacio cada vez mayor en las discusiones y definiciones de políticas públicas dirigidas al incentivo y fomento de actividades económicas como un todo. En este ambiente, el turismo que tiene como base de actuación o sustentación los recursos naturales, demanda un análisis criterioso de las variables que lo componen, con vistas a posibilitar a los tomadores de decisión tener una visión más próxima de la realidad que se presenta en la localidad objeto de estudio y análisis. En cualquier proceso de planeamiento y control de actividad, las informaciones desempeñan papel de suma importância y no intuito de dotar los actores locales de información condicente con la realidad local, el presente estudio aborda items inherentes a las potencialidades y obstáculos al desenvolvimiento del ecoturismo y del turismo de eventos en Pimenteiras do Oeste, municipio localizado en la región Cono Sur del estado de Rondônia e que tiene en la riqueza del Río Guaporé uno de sus mayores triunfos para la actividad turística. Una vez identificadas las características que acreditan el desenvolvimiento de la actividad en el municipio, se presenta la propuesta de formación de una “ red estratégica de acción” que contempla la participación de actores locales ligados a la actividad, con vistas al fortalecimiento mutuo. Así, con base en una revisión bibliográfica y en datos obtenidos en la realización de pesquisa de campo junto a la población residente y fluctuante, se hsce un abordaje del tema , con vistas a subsidiar acciones locales que posibiliten la mejoría de las condiciones de vida de la población, sin, con todo comprometer la sustentabilidad de los recursos naturales y la diversidad étnico-cultural predominante en la región, haya vista que las peculiaridades locales tienden a valorizar la actividad turística e generar divisas para el municipio.

Palabras – Llave: Turismo. Desenvolvimiento Sustentable. Red. Estrategia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Atuação do Estado e políticas públicas	28
Figura 2	Tipos ou formas de turismo	36
Figura 3	Elementos componentes do turismo	40
Figura 4	Impactos ambientais do turismo	42
Figura 5	Localização do Município de Pimenteiras do Oeste	58
Figura 6	Vista aérea da área urbana de Pimenteiras do Oeste	59
Figura 7	Acesso a Pimenteiras via RO-399 (Cerejeiras)	60
Figura 8	RO-399 e Portal de entrada de Pimenteiras	60
Figura 9	Igreja Matriz de Pimenteiras e Cruz de Bronze	62
Figura 10	Alagamento de ruas e avenidas de Pimenteiras	66
Figura 11	Panorama da educação em Pimenteiras	67
Figura 12	Instalações do Centro de Atendimento ao Turista – CAT	72
Figura 13	Área de <i>camping</i> do Festival de Praia	73
Figura 14	Vista parcial da Pousada Canoa Velha	74
Figura 15	Barco Hotel Rei	75
Figura 16	Opções de lazer no Festival de Praia	77
Figura 17	Sanitários químicos e faixa de conscientização	78
Figura 18	Campeonato de Pesca – 2006	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Classificação da população de Pimenteiras quanto ao sexo	86
Gráfico 2	Classificação da população de Pimenteiras quanto ao estado civil....	86
Gráfico 3	Classificação da população de Pimenteiras quanto à faixa etária	87
Gráfico 4	Classificação da população de Pimenteiras quanto à escolaridade ...	87
Gráfico 5	Classificação da população de Pimenteiras quanto à renda familiar...	88
Gráfico 6	Ocupação principal dos munícipes de Pimenteiras	88
Gráfico 7	Tempo de residência no município de Pimenteiras	89
Gráfico 8	Contribuição do turismo para o desenvolvimento do município	90
Gráfico 9	Obstáculos ao desenvolvimento do turismo	90
Gráfico 10	Interferências ou impactos do turismo	91
Gráfico 11	Contribuição dos eventos para o desenvolvimento	92
Gráfico 12	Preocupação quanto aos impactos de eventos no meio ambiente ...	93
Gráfico 13	Ações voltadas à preservação ambiental	93
Gráfico 14	Importância das políticas públicas para o turismo	94
Gráfico 15	Atividades passíveis de serem desenvolvidas	95
Gráfico 16	Classificação do visitante quanto à procedência	97
Gráfico 17	Identificação do meio de transporte utilizado pelo turista	98
Gráfico 18	Número de visitas do turista ao município	99
Gráfico 19	Meses em que costuma visitar o município	99
Gráfico 20	Meio de hospedagem utilizado pelo turista	100
Gráfico 21	Locais utilizados pelo turista para refeição	101
Gráfico 22	Motivação para a viagem a Pimenteiras	102
Gráfico 23	Satisfação quanto aos atrativos oferecidos	103

Gráfico 24	Insatisfações apontadas pelos visitantes	103
Gráfico 25	Opinião do turista sobre os meios de acesso	104
Gráfico 26	Opinião do turista sobre administração e urbanismo	105
Gráfico 27	Opinião do turista quanto às instalações de lazer e recreação	106
Gráfico 28	Opinião do turista quanto aos serviços de informações e proteção .	107
Gráfico 29	Equipamentos sociais e serviços auxiliares	107
Gráfico 30	Classificação da população flutuante quanto ao sexo	108
Gráfico 31	Classificação do turista por faixa etária	108
Gráfico 32	Classificação do turista por escolaridade	109
Gráfico 33	Classificação do turista do Festival de Praia quanto à ocupação	109
Gráfico 34	Origem do turista do Campeonato de Pesca	110
Gráfico 35	Meio de transporte utilizado pelos turistas	110
Gráfico 36	Número de visitas ao município	111
Gráfico 37	Meses em que visita o município	111
Gráfico 38	Meio de hospedagem utilizado.....	112
Gráfico 39	Local das refeições	112
Gráfico 40	Motivo da viagem	113
Gráfico 41	Atratividade da área do evento	114
Gráfico 42	Existência de algo que desagrade o turista	114
Gráfico 43	Acesso a Pimenteiras	115
Gráfico 44	Administração e urbanismo	116
Gráfico 45	Instalações de lazer e recreação	116
Gráfico 46	Serviços de informação e proteção	117
Gráfico 47	Equipamentos e serviços auxiliares	117
Gráfico 48	Classificação do turista quanto ao sexo	118
Gráfico 49	Classificação do turista quanto à faixa etária	118
Gráfico 50	Classificação do turista quanto à escolaridade	119
Gráfico 51	Ocupação principal do turista	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Plano Plurianual de Pimenteiras do Oeste (PPA) – 2006 a 2009	71
Tabela 2	Gastos com viagem e estadia – Festival de Praia	101
Tabela 3	Gastos com viagem e estadia – Campeonato de Pesca	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
CAERD – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
CAT – Centro de Atendimento ao Turista
CERON – Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CECOP – Comitê Europeu de Trabalhadores de Cooperativas
CNTur – Conselho Nacional de Turismo
CPCVs – Contrato de promessa de compra e venda
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde
FISET – Fundos de Investimento Setoriais
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MTur – Ministério do Turismo
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG's – Organizações Não Governamentais
PEC – Parque Estadual Corumbiara
PNT – Plano Nacional do Turismo
PPA – Plano Plurianual
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAM – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental
SETUR – Superintendência Estadual de Turismo
UC – Unidade de Conservação
UHs – Unidades Hoteleiras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	19
1.1 O PROBLEMA	19
1.2 JUSTIFICATIVA	19
1.3 OBJETIVOS	20
1.3.1 Geral	20
1.3.2 Específicos	21
1.4 METODOLOGIA	21
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 AÇÕES COLETIVAS E FORTALECIMENTO	24
2.1.1 Alianças estratégicas e parcerias	25
2.1.2 Ação entre empresas	26
2.1.3 A ação regulamentadora do Estado	27
2.2 PRINCIPAIS FORMAS DE AÇÕES COLETIVAS	29
2.2.1 Associativismo	29
2.2.2 Cooperativismo	31
2.3 REDES DE COOPERAÇÃO	32
2.3.1 Delimitação do sistema	32
2.3.2 Redes flexíveis	33
2.3.3 Relacionamento cooperativo e a atividade turística	34
2.4 A ATIVIDADE TURÍSTICA	35
2.4.1 O turismo em suas variadas formas	35
2.5 ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL DO TURISMO	37

2.5.1 Origem da palavra turismo e evolução da atividade	37
2.5.2 Turismo: conceitos e componentes	39
2.6 POSSÍVEIS IMPACTOS DO TURISMO	41
2.6.1 Impactos ambientais	41
2.6.2 Impactos econômicos	43
2.6.3 Impactos sócio-culturais	44
2.7 TURISMO NO BRASIL	46
2.7.1 O turismo e seus reflexos na economia nacional	46
2.7.2 Amparo legal e fomento à atividade	48
2.8 ECOTURISMO E TURISMO DE EVENTOS	51
2.8.1 Ecoturismo ou turismo ecológico	51
2.8.2 Sustentabilidade no ecoturismo	54
2.8.3 Particularidades do turismo de eventos	56
3 O MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE	58
3.1 LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	58
3.1.1 O Município e sua localização	58
3.1.2 O acesso ao Município de Pimenteiras do Oeste	60
3.1.3 Contexto histórico do Município: origem, evolução e emancipação	61
3.2 ASPECTOS URBANOS E POPULACIONAIS	63
3.2.1 A estrutura político-administrativa e os serviços públicos	63
3.2.2 Aspectos relacionados à educação e saúde	67
3.2.3 População residente	68
3.2.4 A economia local, alocação de mão-de-obra e a arrecadação municipal..	68
3.3 O TURISMO EM PIMENTEIRAS: contextualização e perspectivas	70
3.3.1 O Departamento de Turismo e Meio Ambiente	70
3.3.2 Centro de Atendimento ao Turista – CAT	72
3.3.3 Opções e limitações durante a estadia no município	73
3.4 O TURISMO DE EVENTOS EM PIMENTEIRAS	76
3.4.1 Festival de Praia	76
3.4.2 Campeonato de Pesca	78
3.4.3 Festa do Divino e demais eventos realizados	79
3.5 O PARQUE ESTADUAL CORUMBIARA E SEU POTENCIAL PARA O	

ECOTURISMO	80
3.5.1 Caracterização e particularidades do Parque	81
4 PESQUISA DE CAMPO E RESULTADOS	85
4.1 TRABALHOS DESENVOLVIDOS	85
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E PERCEPÇÃO DO TURISMO	86
4.2.1 Características sócio-econômicas da população residente	86
4.2.2 Percepção da população local acerca do turismo	89
4.2.3 Síntese dos resultados da pesquisa junto à população residente	95
4.3 ORIGEM, PERCEPÇÃO E PERFIL DO TURISTA - FESTIVAL DE PRAIA	97
4.3.1 Do local de origem, transporte e frequência de visitas ao município	97
4.3.2 Da hospedagem, alimentação e gastos do turista do Festival de Praia .	100
4.3.3 Motivação, atrativos e insatisfações apontados pelo turista	102
4.3.4 Percepção e grau de satisfação do turista em relação à infra-estrutura de apoio	104
4.3.5 Características sócio-econômicas turista do Festival de Praia	108
4.4 ORIGEM, PERCEPÇÃO E PERFIL DO TURISTA DO CAMPEONATO DE PESCA	109
4.4.1 Da origem, meio de transporte e frequência de visitas ao município	110
4.4.2 Da hospedagem, alimentação e gastos do turista	112
4.4.3 Motivação, atrativos e desgostos apontados pelo turista	113
4.4.4 Percepção e grau de satisfação do turista em relação à infra-estrutura de apoio	114
4.4.5 Características sócio-econômicas do turista	118
4.4.6 Considerações finais concernentes ao turista presente nos dois eventos	120
5 PROPOSTA ALTERNATIVA DE AÇÃO	122
5.1 RECONHECIMENTO DO CAMPO DE POTENCIAL	124
5.2 PROBLEMAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES	125
5.3 PARCERIAS, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE	126
5.4 AÇÃO PROPOSTA: FORMAÇÃO DA “REDE DE ECOTURISMO COMUNITÁRIO E CONSERVAÇÃO DE PIMENTEIRAS DO OESTE”	128

CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	132
REFERÊNCIAS	134
OBRAS CONSULTADAS	141
APÊNDICE A Formulário de Pesquisa de campo: população residente	142
APÊNDICE B Formulário de Pesquisa de campo: população flutuante	144
ANEXO A Governo anuncia pavimentação no acesso ao Guaporé	147
ANEXO B Estado regulariza setor turístico	148
ANEXO C Festa do Divino	149
ANEXO D Orçamento do turismo em Pimenteiras do Oeste – PPA	151

3 O MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE*

Objetivando contextualizar a área de estudo, com base no levantamento de dados junto a publicações, documentos e informações verbais obtidas junto a atores locais, além das constatações *in loco*, este capítulo apresenta, de maneira descritiva, particularidades do Município de Pimenteiras do Oeste, no intuito maior de identificar possíveis características que o credenciem ao desenvolvimento do ecoturismo, além de abordar o desenvolvimento do turismo de eventos, o qual constitui uma realidade no município há longa data.

3.1 LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

3.1.1 O Município e sua localização

O Município de Pimenteiras do Oeste foi criado pela Lei nº 645, de 27 de dezembro de 1995, com sede na cidade do mesmo nome, situada às margens do Rio Guaporé no sudeste do Estado de Rondônia. Com 6.015 km², foi desmembrado da área territorial dos Municípios de Cerejeiras e Cabixi. Localiza-se a uma latitude 13°28'57" sul e a uma longitude 61°02'48" oeste e, sua altitude é de 185 metros.

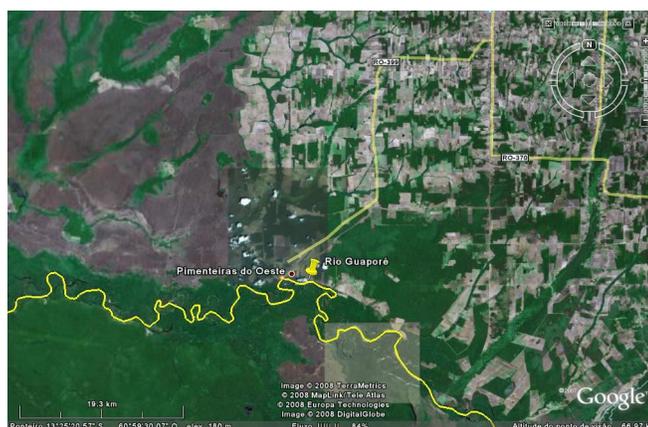


Figura 5: Localização do Município de Pimenteiras do Oeste
Fonte: Google Earth (2008)

* Quanto as fotos que ilustram o capítulo, quando não declinada a fonte, fazem parte de acervo pessoal, haja vista terem sido feitas quando das viagens ao município para realização de trabalho de campo.

Pimenteiras do Oeste situa-se no Vale do Guaporé, faz divisa ao norte com o Município de Parecis e Cerejeiras; ao sul com a República Federal da Bolívia, onde o Rio Guaporé destaca-se como importante limite natural e constitui meio de ligação entre os municípios e o poder público de Pimenteiras e seus pares da região limítrofe da Bolívia; a leste com Cabixi e Corumbiara; a oeste com Alto Alegre dos Parecis.

Destaca-se a existência de um povoado no município, denominado de Laranjeiras. Na Figura 6 têm-se uma visão aérea da zona urbana municipal, a qual objetiva visualizar a posição estratégica de Pimenteiras do Oeste em relação ao Rio Guaporé, importante afluente do Rio Madeira. Ainda que pese a questão ambiental pelo fato de estar justamente às margens do Guaporé, o que fez com que a mata ciliar fosse totalmente extraída ao longo do trecho urbano, a localização privilegia o contato com o rio, facilitando o acesso ao mesmo e contribuindo sobremaneira para com a beleza e atratividade do município no que tange a atividade turística.



Figura 6: Vista aérea da área urbana de Pimenteiras do Oeste
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Pimenteiras

Fica na conhecida como região Cone Sul do Estado de Rondônia, que é composta ainda pelos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras, Chupinguaia e Cabixi, sendo que referida região recebeu nas décadas de 1970 e 1980 um expressivo contingente de imigrantes (TEIXEIRA; FONSECA, 2001; SANTOS, 2007).

3.1.2 O acesso ao Município de Pimenteiras do Oeste

O acesso pode ser fluvial, bastante utilizado por ribeirinhos, ou por terra. Pimenteiras do Oeste, que fica a 880 km de Porto Velho, capital de Rondônia, apesar de não contar com aeroporto recebe turistas que chegam por via aérea em vôos regionais até Vilhena, Porto Velho ou Ji-Paraná. A partir daí pode-se optar por vôos fretados ou por via terrestre, que conta com a infra-estrutura de uma Rodovia Federal (BR-364) e outra Estadual (RO-399), cujas opções de transporte vão desde linhas comerciais regulares de ônibus, táxis e vans. A Figura 7 evidencia o acesso a Pimenteiras do Oeste pela RO-399 via Município de Cerejeiras, onde encerra o trecho asfaltado e, na seqüência tem-se a RO-399 somente cascalhada, além do portal de entrada de Pimenteiras (Figura 8).



Figura 7: Acesso a Pimenteiras – via RO-399 – Cerejeiras



Figura 8: RO-399 e Portal de entrada – Pimenteiras do Oeste

Estas constituem as principais vias de acesso, sendo que a RO-399, saindo da BR-364 em Vilhena, passa por Colorado do Oeste e Cerejeiras e conta com asfalto em bom estado de conservação, apesar de pouco sinalizada. No entanto, os 51 km que ligam Cerejeiras a Pimenteiras são de estrada não pavimentada. Porém, o cascalho garante facilidade de acesso no período de seca (de junho a novembro) e nos demais meses do ano, apesar de permanecer transitável, costuma gerar alguns transtornos por constituir-se em região potencialmente alagadiça no período das chuvas em decorrência de variados riachos e lagoas perenes ali localizadas.

Em janeiro de 2008 o governo do Estado anunciou que tem como uma de suas metas para a região a pavimentação asfáltica neste trecho ainda em 2008, conforme divulgação em jornal de circulação estadual (Anexo A). No entanto, até meados de junho não se tem notícia da efetivação do referido projeto. Ainda, os visitantes oriundos de municípios como Corumbiara e Cabixi contam com outras vias de acesso, sem pavimentação asfáltica, mas igualmente em condições de tráfego na maioria dos meses do ano.

3.1.3 Contexto histórico do Município: origem, evolução e emancipação.

A região onde está localizado o Município de Pimenteiras do Oeste começou a ser povoada com a chegada de bandeirantes no século XVIII. A partir do século seguinte, com a vinda de seringueiros, pescadores e ex-escravos, ela se desenvolveu (TEIXEIRA; FONSECA, 2001). Localizado no Vale do Rio Guaporé, o Município de Pimenteiras do Oeste ocupa a área que era a sede da ex-fazenda de Santa Cruz, que constituía uma colônia Alemã. Antigamente toda essa região pertencia ao Estado do Mato Grosso. Naquela época o único meio de subsistência das famílias era a exploração do látex, devido à existência da seringa, o que fazia com que mudassem constantemente em busca de melhores condições para a coleta e transporte deste.

O acesso por terra era inexistente e os seringueiros dependiam exclusivamente do transporte fluvial. O isolamento da região era fator limitante para o progresso. Neste cenário, com o declínio do Ciclo da Borracha, Pimenteiras passou a viver basicamente da pesca nos rios Guaporé e Cabixi (PINTO, 1993;

OLIVEIRA, 2003). Atualmente, permanece a pesca de subsistência como uma das principais atividades no município, além de o turismo vir galgando espaço.

A área onde hoje é Pimenteiras do Oeste pertenceu a um senhor chamado Ernesto Kelly, que, por intercessão de Dom Francisco Xavier Rey, então Bispo de Guajará Mirim, trocou-a por outra, possibilitando que as famílias dos seringueiros se fixassem no local. Em 13 de setembro de 1943 foi criado o Território Federal do Guaporé, em terras desmembradas do Mato Grosso e Amazonas. O lote Pimenteiras, que pertencia ao Estado do Mato Grosso passou a integrar o Território Federal do Guaporé, posteriormente denominado Rondônia (MATIAS, [S.d.]; TEIXEIRA; FONSECA, 2001; SANTOS, 2007).

Marco desta época, no centro de Pimenteiras destaca-se a Cruz de Bronze que se encontra em frente à Igreja Matriz, com as inscrições: “*JASPER VON OERTZZEN* geb. 18/11/1875, u leppin in Meckl-Strelitz, gest. 3 Jan. 1907, zu Pimenteira – MT ewiger gnade will ichmich dein erbarmen Spritch der herr dein Erloser, jes. 54,8.” A cruz foi encontrada em um cemitério no meio da mata pela comissão da operação Guaporé-2, na antiga fazenda Santa Cruz, e foi implantada em Pimenteiras como marco histórico. A mesma não passa despercebida no local devido à suas características marcantes que evidenciam remontar há época inicial do então povoado, sendo que a mesma pode ser visualizada na Figura 9.



Figura 9: Igreja Matriz de Pimenteiras e Cruz de Bronze

Em conversa com moradores constata-se que a mesma tem um valor sentimental significativo, principalmente entre os mais antigos residentes no município. Faz parte da história, do contexto cultural e como tal é preservada, ocupando lugar de destaque em frente à igreja e próximo à Prefeitura Municipal.

No início da década de 1980 o governo do Território Federal de Rondônia iniciou a construção da rodovia RO-399, no intuito de ligar o município de Vilhena a Colorado do Oeste. No entanto, ela foi mais além, chegando até Pimenteiras do Oeste. Foi inaugurada no dia 24 de outubro de 1980, pelo então governador Jorge Teixeira de Oliveira. O objetivo do governo era integrar a localidade ao sistema nacional e promover o desenvolvimento da região, modificando-lhe a atividade econômica, até então restrita ao extrativismo e à pesca, para a agricultura, a pecuária e o turismo ecológico (OLIVEIRA, 2003).

Ainda, Oliveira (*op. cit.*), enfatiza que em 10 de agosto de 1983, quando da criação do Município de Cerejeiras a localidade de Pimenteiras foi elevada a Distrito do referido município, por meio do Decreto nº 1396/83, posteriormente ratificada pela Lei nº 005, de 21 de novembro de 1983. Desmembrada dos municípios de Cerejeiras e Cabixi, foi elevada à categoria de município em 27 de dezembro de 1995, por meio da Lei Complementar nº 645, aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo então governador Valdir Raupp de Matos, sendo que as primeiras eleições para escolha de prefeito, vice-prefeito e vereadores ocorreram em 1996.

3.2 ASPECTOS URBANOS E POPULACIONAIS

3.2.1 A estrutura político-administrativa e os serviços públicos

Quando da análise de documentos obtidos junto à Prefeitura Municipal de Pimenteiras do Oeste e com base em informações verbais fornecidas por membros do poder público, a estrutura da Prefeitura Municipal é composta por cinco secretarias, sendo: Secretaria de Administração e Fazenda, Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a qual dispõe do suporte institucional de um Departamento Municipal de Turismo e Meio Ambiente.

As secretarias funcionam nas instalações da Prefeitura Municipal, em sede própria na Avenida Brasil, via de acesso e principal avenida da cidade. A exceção é feita ao Departamento de Turismo e Meio Ambiente, que em meados de abril de 2008 teve suas instalações transferidas para o Centro de Atendimento ao Turista (CAT), estrategicamente construído próximo ao portal de entrada da cidade e cujas atividades são apresentadas no item 3.3.

O Poder Judiciário se faz presente no Município por meio de um Posto Avançado, que atua sob a jurisdição da Comarca de Cerejeiras do Oeste, distante 51 km de sua sede. Não há cartórios (civil, de imóveis, de títulos e documentos), estando os munícipes atrelados igualmente a Cerejeiras. Quanto ao Poder Legislativo, é composto por nove vereadores e a Câmara funciona em prédio próprio.

No quesito segurança pública, há um posto da Polícia Militar, instalado em imóvel de alvenaria na entrada da cidade. Conta com duas viaturas e onze policiais, sendo o contingente reforçado no período do Festival de Praia e de outros eventos. Nestas épocas específicas o município recebe o reforço da Corporação de Bombeiros, que desloca pessoal do município de Vilhena, distante 177 km, para dar o suporte necessário.

Ainda, no período de realização do Campeonato de Pesca o município conta com a colaboração do lado boliviano, mediante a participação da polícia ambiental e dos guarda-parques, que auxiliam na fiscalização durante o evento. Há ainda uma viatura da polícia ambiental, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, que, com seu efetivo, contribuem para com a manutenção da ordem no município, no que tange à área ambiental. Referido evento conta com regulamento próprio, no qual são declinadas as parcerias efetivas neste sentido.

Quanto ao sistema de comunicação, os habitantes contam com telefones públicos e linhas residenciais. O município não dispõe de antena para captação de sinal de celular. No entanto, há previsão de que a partir de setembro de 2008 o Município passe a ter referido serviço, mediante a instalação de uma antena, segundo informações do Departamento de Turismo e Meio Ambiente. O serviço de internet banda larga funciona de maneira satisfatória (há *lan house*) e os munícipes e visitantes podem utilizar-se ainda dos serviços de uma agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Não existem meios de comunicação locais, como rádios ou jornais.

Conforme informações da Prefeitura Municipal, no tocante à energia elétrica, sua distribuição é efetuada pelas Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (CERON), que atende os municípios e visitantes de Pimenteiras do Oeste por meio de um linhão, ao qual está interligado à maioria dos municípios de Rondônia. Observa-se que no Cone-Sul, a partir de Vilhena, o linhão atende também os municípios de Colorado do Oeste e Cerejeiras. Desta feita, a área urbana é atendida regularmente. Por este sistema, os problemas relacionados à energia não são freqüentes, porém, são passíveis de acontecer, haja vista Pimenteiras ficar no extremo final do linhão, o que faz com que possíveis problemas ocorridos ao longo de seu percurso tenham repercussão em seu final.

O sistema de abastecimento de água, sob a responsabilidade da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD), segundo informações verbais do Sr. José de Souza Cartacho (Gerente de Unidade), atende regularmente cerca de 400 residências, sendo que a fonte de abastecimento é subterrânea (poço artesiano). Há a possibilidade de ampliação, sendo que a CAERD já chegou a registrar em torno de 450 ligações. A oscilação no número de ligações decorre do fato de alguns municípios, por opção ou para fugir de um valor relativamente alto da conta de água, utilizar-se alternativamente do poço amazônico, como é conhecido o poço raso.

No que tange ao tratamento da água fornecida pela CAERD, segundo informações do próprio órgão, não há nenhum procedimento específico, sendo que a esta é adicionado tão somente o percentual recomendado de flúor, segundo informações do órgão. De acordo com a representação local da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), na pessoa da Sr^a. Maria Aparecida Pereira, a qualidade da mesma atende ao estabelecido pelas Resoluções pertinentes. No entanto, quando da análise das Portarias 1469/2000 e da 518/2004, da própria FUNASA, observa-se que as mesmas estabelecem normas mais específicas quanto ao “controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade”, conforme especificam.

Desta feita, a vigilância da qualidade da água potável, mesmo a oriunda de manancial subterrâneo, demanda a análise de quesitos que vão além dos coliformes (termotolerantes ou totais) e da turbidez. Envolve ainda a análise do padrão de potabilidade para substâncias químicas que representam risco à saúde

(inorgânicos, orgânicos, agrotóxicos, ciotoxinas, desinfetantes e produtos secundários de desinfecção) além dos padrões de radioatividade.

Os serviços de coleta de lixo são realizados duas vezes por semana pela Prefeitura Municipal, sendo que não há sistema de coleta seletiva nem usina de reciclagem dos resíduos sólidos gerados, os quais são depositados em um lixão nos arredores da cidade. Como não há rede coletora de esgotos domésticos, a utilização de fossas sépticas é uma realidade, o que faz com que aumente a preocupação da representação local da FUNASA quanto à qualidade da água proveniente dos referidos poços amazônicos.

Pimenteiras do Oeste convive com problemas que não diferem muito dos enfrentados por outros pequenos municípios da região amazônica, com destaque para um que normalmente ocorre no período das chuvas, em virtude do assoreamento e obstrução do leito de um riacho que corta a cidade, sendo que suas duas nascentes ficam igualmente em perímetro urbano e não fora preservada a mata ciliar.

Como o Município não dispõe de galerias pluviais para captação e canalização das águas das chuvas, ocorrem sérios transtornos à população. Neste cenário, não raro a cidade é inundada, ficando com ruas e avenidas alagadas, em média, por dois ou três dias (o que ocorre entre os meses de março e maio).

A Figura 10 ilustra a situação registrada em abril de 2008, fato este também ocorrido em maio de 2006.



Figura 10: Alagamento de ruas e avenidas de Pimenteiras
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Pimenteiras do Oeste

Este constitui um ponto crítico e que demanda ação urgente por parte do poder público, uma vez que atinge a população urbana quase que integralmente. Não causa transtorno maior em relação a visitantes por ocorrer em período diverso do normalmente freqüentado por turistas, mas, nem por isto deixa de ser preocupante.

3.2.2 Aspectos relacionados à educação e saúde

Na área educacional o Município conta com a infra-estrutura de duas escolas na área urbana, sendo uma estadual e a outra municipal, além de três escolas municipais de ensino fundamental na zona rural. As escolas apresentam instalações adequadas e atendem juntas, 655 estudantes, conforme se constata no quadro a seguir, com dados do IBGE relativos à rede escolar, em 2006. Dos 655 alunos matriculados, 79% estão no ensino fundamental, 13% no ensino médio e 8% na pré-escola, conforme se observa na Figura 11.

INDICADOR	ESCOLA ESTADUAL			ESCOLAS MUNICIPAIS		
	E. Fund.	E. Médio	Pré-esc.	E. Fund.	E. Médio	Pré-esc.
Nº de Alunos matriculados	228	84	-	287	-	56
Nº de Professores	17	12	-	15	-	02

Figura 11: Panorama da educação em Pimenteiras

Fonte: IBGE (2006)

Em relação à saúde, obteve-se junto à Secretaria Municipal de Saúde as informações ora apresentadas, sendo que referida Secretaria desenvolve suas atividades com o suporte de um Centro de Saúde na área urbana, que dispõem de um médico, um dentista, um enfermeiro e cinco técnicos de enfermagem. Há ainda um Posto de Saúde que atende o povoado de Laranjeiras e região circunvizinha e dispõe de um técnico em enfermagem permanentemente no local, além do suporte de uma ambulância, para transporte de pacientes em casos de emergência.

A Secretaria mantém uma farmácia básica e desenvolve o Programa de Saúde da Família, contando com o trabalho de doze agentes comunitários de saúde, contratados em regime temporário. Há ainda os trabalhos desenvolvidos pela Vigilância Sanitária e pela Gerência de Endemias e Controle de Doenças. O Centro de Saúde atende em média trinta pessoas por dia e as doenças mais

comuns registradas são as típicas de verão e inverno, com destaque para resfriados e desidratação, que são tratadas no próprio local.

No Centro de Saúde funciona um Laboratório de Análises Clínicas, onde são realizados exames de rotina, havendo um Bioquímico no local. Em se tratando de exames mais apurados procede-se à coleta de material que é encaminhado ao Município de Vilhena ou Porto Velho, quando o caso assim o requer. A Secretaria da Saúde conta ainda com a parceria da Secretaria de Ação Social, a qual disponibiliza os serviços de um Psicólogo, contratado por esta Secretaria, para atender pacientes encaminhados por aquela.

3.2.3 População residente

Conforme se verifica *in loco*, a população local é constituída por um reduzido número de nativos e de moradores procedentes de outras localidades do próprio Estado, além dos advindos da Bolívia e de outras Unidades da Federação e, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BGE), houve uma variação de apenas 0,34% nos números em 10 anos, haja vista que em 1996 o censo apontava 2.350 habitantes e, em 2007 este número passou a ser de 2.358, segundo estimativas do próprio IBGE. Fato este no mínimo curioso, uma vez que no período compreendido o Município assistiu a um crescimento considerável com a migração desencadeada pela demanda de profissionais para atuar em áreas como a saúde, a educação e na área administrativa da própria prefeitura, dentre outras.

Ocorre que, neste meio tempo muitos jovens também se deslocaram para centros maiores em busca de melhor formação, uma vez que o município não conta com instituições de ensino superior e o ensino médio é oferecido em apenas uma escola da rede estadual na qual o número de docentes para este nível é de apenas doze. Assim, dentre os que saem em busca de formação, muitos findam por encontrarem oportunidades profissionais, o que faz com que não haja o retorno ao local de origem, como acontece em outras localidades brasileiras.

3.2.4 A economia local, a alocação de mão-de-obra e a arrecadação municipal

A pecuária, a soja e a agricultura de subsistência contribuem para com a economia do município, ainda que modestamente. Segundo informações obtidas

junto à Secretaria Municipal da Fazenda, o município conta com apenas seis micro-empresas cadastradas e em funcionamento, haja vista que a maioria dos estabelecimentos é informal, o que faz com que a arrecadação seja irrisória. Isto é agravado pela ausência de órgão estadual de controle, no caso, a Secretaria Estadual de Fazenda. Outra ausência percebida e resultado desta malha de informalidade diz respeito a entidades representativas do comércio. Não há Associação Comercial ou algo do gênero, que congregue os comerciantes locais e que denote determinada organização associativa dos mesmos.

A atividade pesqueira destaca-se neste cenário, mediante a atuação da “Colônia de Pescadores e Aqüicultores Z-3”, originalmente denominada “Colônia de Pescadores Z-3” e cuja alteração de nome e ampliação de ramo de atuação ocorreu em 2007, quando passou a contemplar também a criação de jacarés e tartarugas, em face às dificuldades impostas aos associados com a aprovação da Lei Estadual nº 1729, em vigor desde 29 de maio de 2007, e que limita a pesca profissional nas bacias hidrográficas dos rios Guaporé e Mamoré, inviabilizando as atividades.

A Colônia, fundada em 1985, conta com o registro de 126 pescadores na ativa, sendo que o total de associados é 396. Viabiliza a comercialização do pescado dos associados, o que está limitado a 70 kg. por semana. A produção é absorvida principalmente pelos municípios da região central do Estado de Rondônia, chegando até Porto Velho. Como benefício aos pescadores associados, a Colônia mantém uma fábrica de gelo, cujo preço praticado para os associados é 50% abaixo do vendido aos demais interessados.

A mão-de-obra absorvida pelo comércio local é incipiente, sendo que a Prefeitura Municipal responde pela geração de aproximadamente 220 empregos diretos. Outra parte da população economicamente ativa é formada por servidores de órgãos/entidades como: Polícia Militar; CAERD; FUNASA e outros. Há ainda uma parcela de trabalhadores que contam com emprego sazonal, normalmente sem registro, nos Barcos Hotéis que vendem pacotes turísticos e percorrem o Rio Guaporé no período de julho a setembro, sendo que esta é considerada a alta temporada da atividade. Cada uma destas embarcações, em número de seis, contratam em torno de oito tripulantes nesta época, de ambos os sexos.

Passada a alta temporada, esses trabalhadores dedicam-se à pesca de subsistência, à pilotagem de barcos para turistas, aos afazeres domésticos, além

de dedicarem-se ao oferecimento de alimentos, bebidas e outros produtos aos visitantes que lotam o município durante os dias em que são promovidos eventos como o Festival de Praia, Campeonato de Pesca, Carnaval, Festa do Divino, Festa do Peão e outros. Sem indústrias instaladas e com apenas dois hotéis, uma pousada, um restaurante e algumas lanchonetes, os quais absorvem praticamente a mão-de-obra familiar, se a arrecadação municipal dependesse de divisas geradas por estes setores da economia, atualmente, não teria condições de manter o oferecimento mínimo de serviços públicos.

Diante deste quadro, os repasses do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), respondem por 55% e 45% da arrecadação municipal, respectivamente. Ambos garantem uma receita média mensal de R\$ 500.000,00, conforme informações do Sr. José Edenildo de Oliveira, Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

3.3 O TURISMO EM PIMENTEIRAS: contextualização e perspectivas

Considerando-se que o Município desenvolve atividades destinadas a atrair turistas há algum tempo, constituindo-se esta uma da atividade de geração de renda a uma parcela da população local, assim como a pesca, seguem alguns dados pertinentes.

3.3.1 O Departamento de Turismo e Meio Ambiente

Departamento criado em 2006 com a finalidade de impulsionar as atividades voltadas ao turismo e à manutenção das reservas naturais do Município. Sua estrutura administrativa é composta por três pessoas: Diretor, que coordena as atividades do Departamento e canaliza esforços para a realização dos eventos que visam impulsionar a economia local; uma bióloga, responsável pela elaboração de projetos e por ações de educação ambiental; além de uma assistente administrativa. Suas instalações foram transferidas para o prédio próprio do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), uma vez que este é composto pelas mesmas pessoas devido à inviabilidade de contratação de servidores específicos para tal finalidade.

Quando da realização dos eventos programados para o município e que constam de uma agenda da Superintendência Estadual de Turismo, a Prefeitura Municipal, por meio do Departamento, busca parcerias, no intuito de complementar os recursos e viabilizar as atividades programadas.

Alguns parceiros constantes nestas ocasiões são: a Superintendência Estadual de Turismo (SETUR), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Polícia Ambiental, dentre outros.

No que tange ao financiamento direto das atividades do Departamento, o Plano Plurianual (PPA), concebido e aprovado para o período de 2006 a 2009 prevê recursos da ordem de R\$ 1.371.266,00 para o funcionamento do mesmo. A seguir apresenta-se ações previstas no PPA seus respectivos valores, para se ter uma idéia das prioridades estabelecidas para o seu funcionamento ao longo dos quatro anos.

Tabela 1: Plano Plurianual 2006/2009 – Turismo e Meio Ambiente

AÇÃO	EXERCÍCIOS				SOMA
	2006	2007	2008	2009	
Manutenção e apoio a serviços administrativos	135.000,00	172.412,00	211.911,00	278.610,00	797.933,00
Manutenção praia artificial	45.000,00	57.474,00	70.641,00	92.874,00	265.989,00
Aquisição de barcos e motor de popa	16.000,00	20.435,00	25.111,00	33.013,00	94.559,00
Aquisição de kits para coleta de lixo	5.000,00	6.386,00	7.850,00	10.320,00	29.556,00
Aquisição combustíveis	4.000,00	5.108,00	6.278,00	8.253,00	23.639,00
Apoio a Festivais, Rodeios e demais eventos turísticos	27.000,00	34.484,00	42.384,00	55.722,00	159.590,00
TOTAL	232.000,00	296.299,00	364.175,00	478.792,00	1.371.266,00

Fonte: PPA da Prefeitura Municipal de Pimenteiras do Oeste (2005)

Considerando-se a necessidade de investimentos no setor, constata-se que os valores previstos estão muito aquém dos necessários para efetivamente impulsionar a atividade turística no município, sendo que o PPA contempla basicamente o aporte de recursos para os eventos realizados, não havendo

previsão orçamentária de ações voltadas ao ecoturismo e nem tampouco direcionado à educação ambiental. Observa-se ainda a ausência de previsão de recursos externos para incremento das atividades do Departamento, fato este atribuído à ausência de projetos específicos que subsidiem a busca de tais recursos junto a órgãos de fomento.

3.3.2 Centro de Atendimento ao Turista (CAT)

As novas e amplas instalações do Centro de Atendimento ao Turista foram viabilizadas por meio de um convênio com o Governo Estadual, o que possibilitou o aporte de recursos do Ministério do Turismo. O aporte de recursos para esta finalidade faz parte da política de incentivo ao turismo e visa contribuir para com a consolidação das iniciativas já implementadas no município, além de servir de incentivo a novas ações e investimentos. Isto denota que, em havendo interesse e conjunção de esforços, viabiliza-se a atividade. Ocorre que ações como esta que deveria ser regra, apresenta-se como uma exceção na região Amazônica.

Na Figura 12 visualiza-se o CAT, recém inaugurado e cuja implantação tende a contribuir para com o desenvolvimento do turismo no Município, marcando momento importante para a busca de fortalecimento do setor. Construído próximo ao portal de entrada da cidade, como forma de facilitar o atendimento ao turista e melhorar as condições de funcionamento do Departamento de Turismo e Meio Ambiente.



Figura 12: Instalações do Centro de Atendimento ao Turista (CAT)

3.3.3 Opções e limitações durante a estadia no município

Com a atual capacidade instalada o Município não apresenta condições de atender à demanda, caso esta venha a aumentar em um curto espaço de tempo. A pousada e os dois hotéis do município têm uma capacidade para atender 60 pessoas/dia, sendo que durante o Festival de Praia, por exemplo, o número de visitantes chega a 15.000 pessoas que por ali transitam nos quatro dias de Festival.

Neste período, o imenso contingente de visitantes instala-se, em sua maioria, em barracas armadas nas areias da praia, uma vez que a área é propícia ao *camping* e conta com policiamento contínuo, o que garante a segurança no local. Outra parte é absorvida pelas residências familiares, normalmente alugadas para a temporada, e alguns ainda se alojam em barracas nos quintais de algumas residências.

A Figura 13 evidencia a área destinada ao *camping*, onde o turista dispõe de infra-estrutura de apoio para instalação das barracas durante o período do Festival de Praia. Neste espaço, além de contarem com a segurança garantida pelo destacamento da Polícia Militar, eles têm fácil acesso a sanitários químicos, água e alimentação, oferecidos nas barracas situadas ao longo da praia.



Figura 13: Área de *camping* no Festival de Praia

Quanto aos dois hotéis do município, os mesmos contam com infra-estrutura modesta, posto que construídos por empreendedores locais e que não contaram com incentivos e/ou financiamentos. Tem capacidade instalada para

atender juntos, 40 pessoas. Porém, nem todos os quartos dispõem de banheiro privativo, por exemplo, além da ausência de outras comodidades. Como opção de hospedagem destaca-se a Pousada Canoa Velha (Figura 14), que conta com instalações confortáveis, café da manhã e possibilidade de almoço e jantar no próprio local. Trata-se de ambiente agradável, no centro da cidade e às margens do Rio Guaporé. Possui sete apartamentos com capacidade para vinte hóspedes bem acomodados, ambiente climatizado, frigobar e banheiros privativos.



Figura 14: Vista parcial da Pousada Canoa Velha

Em termos de alimentação, há um restaurante no centro da cidade, que atende no café da manhã, almoço e jantar. Serve comida caseira cujo destaque fica por conta do peixe, muito apreciado pelos turistas. Conta com instalações modestas, porém o tempero é bem apreciado e o atendimento bom. Ainda na Avenida Brasil, que margeia o Rio Guaporé, encontra-se instalados diversos bares, lanchonetes e algumas sorveterias. Algo que não se vê no município é a comercialização de artesanato ou qualquer item de produção local que seja oferecido ao visitante como uma possível lembrança a ser levada de Pimenteiras. Se considerarmos que o turista normalmente absorve bem os atrativos locais, seria interessante se houvesse a oferta de alguns denominados *souvenirs*. Possivelmente seriam lembranças bem-vindas por boa parte dos visitantes, que teriam algo para recordarem-se do local, além das fotos tiradas durante a estada.

Uma boa opção apresentada a visitantes e muito procurada por turistas de outros estados da Federação ou outros países são os passeios de barco,

cujas embarcações, denominadas de “Barco Hotel”, contam com excelentes acomodações. Os pacotes turísticos oferecidos variam de uma a duas semanas, dependendo do interesse dos visitantes e do tempo que dispõe. Registra-se a atuação de seis embarcações na região, as quais oferecem aos turistas uma bela imersão aos meandros do rio Guaporé, onde a riqueza da fauna e a exuberância da flora encantam a todos os visitantes. O rio Guaporé oferece além de suas belezas naturais, uma variedade de peixes. Entre elas as mais conhecidas são: surubim cachara, pirararas, pacus, tambaquis, jatuaranas, cachorras, barbado, corvinas e outras espécies. De acordo com Dória et. all. (2004), as espécies mais comercializadas nos mercados pesqueiros do Vale do Guaporé são o surubim, a caparari e a pirarara.

Referidos barcos contam com instalações condizentes e possibilidades de mergulhos e pescaria, além de contemplar outras atividades de lazer durante o passeio. No intuito de exemplificar o desenvolvimento da atividade e as condições em que os passeios são realizados, segue-se a algumas particularidades de uma destas embarcações, denominado de “Barco Hotel Rei”, que fica ancorado em um porto privado a 10 Km da cidade de Pimenteiras do Oeste. A Figura 15 nos dá uma idéia da embarcação em referência.



Figura 15: Barco Hotel Rei
Fonte: Gentileza de Paula Renata Gerlach

A embarcação tem com capacidade para atender até 16 hóspedes e possui uma ótima estrutura física composta por refeitório e camarotes

climatizado com banheiros privativos, *deck* superior panorâmico com churrasqueira e chuveirão e todo o conforto para pessoas que almejem um contato maior com a natureza e que queiram participar de uma pescaria de alto nível e alcançar assim os melhores pontos pesqueiros do vale do Guaporé. Durante estes trajetos, o contato com a natureza é o destaque. Conforme informações do Sr. Renato Aparecido Pereira, em pacotes menores, usando esses barcos como base e fazendo uso de pequenas embarcações de alumínio (voadeiras), são realizados passeios de um ou mais dias de duração para os ecoturistas interessados na observação de aves, para fotógrafos e ainda para as cachoeiras do Rio Pao Serna, no Parque Noel Kempff Mercado, que ficam em território Boliviano.

No entanto, para incursões na Bolívia há algumas restrições quanto ao número de visitantes (não pode exceder a cinco por grupo). Mais que isto é necessária a contratação de agente de turismo boliviano. Além destas possibilidades, há vários outros locais na região do Vale do Guaporé onde a fauna e flora são exuberantes e preservadas e para onde os turistas podem ser deslocados, dependendo do interesse destes.

3.4 O TURISMO DE EVENTOS EM PIMENTEIRAS

Este constitui um importante segmento de atividade que possibilita aos municípios a obtenção de alguma renda extra, ainda que esporadicamente. O Município de Pimenteiras conta com alguns eventos realizados há alguns anos, nos quais o poder público tem investido, com vistas a fomentar a economia local e atrair novos visitantes para o município. É de se considerar a possibilidade de referidos eventos funcionarem como atrativos pontuais. Porém, os visitantes atraídos pelos mesmos tendem a gostar da região e a retornar em outras ocasiões, conforme se constatou durante realização de pesquisa junto aos participantes de dois destes eventos. A seguir, são apresentadas sucintamente particularidades de algumas destas atividades que desencadeiam o chamado Turismo de Eventos no município.

3.4.1 Festival de praia

Em 2007 foi realizada a XVIII edição do Festival de Praia, no período de 06 a 09 de setembro. O evento vem ganhando força ao longo dos anos, ao

passo que atrai um número cada vez maior de visitantes que buscam o lazer nas areias brancas do rio Guaporé nesta época do ano. Estrategicamente, o feriado de sete de setembro facilita a adesão das pessoas ao evento, que conta com diversas atrações ao longo de seus quatro dias de duração. Em 2006, cerca de 12.000 pessoas estiveram em Pimenteiras durante o Festival. Em 2007 este número foi em torno de 15.000, segundo dados da comissão organizadora. Em 2008 o Festival será realizado entre os dias 01 e 07 de setembro, segundo programação do Departamento de Turismo e Meio Ambiente. A areia é propícia ainda para a prática de atividades esportivas, como o vôlei, com muitos adeptos.



Figura 16: Opções de lazer no Festival de Praia

Questão de suma importância e que não é negligenciada pela comissão organizadora do evento diz respeito ao oferecimento de instalações adequadas de sanitários, além de campanhas de conscientização ambiental, conforme se constata na Figura 17, que apresenta os sanitários químicos que são instalados em área próxima ao Festival, além de evidenciar uma faixa com vistas a conscientizar os participantes da necessidade de se manter a praia limpa.

Da mesma forma, constata-se a presença de profissionais da saúde, com ambulância na entrada da área do Festival, assim como de salva-vidas do corpo de bombeiros e de policiais militares constantemente na praia, de forma que saúde e segurança apresentam-se como uma preocupação constante da organização durante o evento.



Figura 17: Sanitários químicos e faixa de conscientização - Festival de Praia 2007

Para garantir o suporte ao evento e seu conseqüente sucesso, o município conta com a parceria do governo estadual, por meio da Secretaria de Turismo e Polícia Militar, da Assembléia Legislativa, da Polícia Florestal, da Marinha, SEDAM, IBAMA, além da importante participação da Polícia de Fronteira da Bolívia.

3.4.2 Campeonato de pesca

A pesca esportiva também é chamada de pesca de lazer ou pesca amadora, apesar de que a mesma representa uma evolução da pesca amadora. Constitui um dos nichos em desenvolvimento em Rondônia e, nos Rios Guaporé e Mamoré, onde há restrições à pesca comercial, apresenta-se como alternativa de atuação, mediante a absorção inclusive de pescadores como piloteiros ou guias. No entanto, a mesma demanda regulamentação, haja vista ser praticada em áreas Unidades de Conservação (UC). O Campeonato de Pesca de Pimenteiras, em sua segunda edição atraiu cerca de 1.500 pessoas ao município em 2007. Há uma tendência ao aumento gradativo do número de participantes, principalmente por tratar-se de uma clientela específica e que busca tais eventos como alternativa de lazer e contato com a natureza. Pelas regras do Campeonato, a participação se dá por prazer e recreação, uma vez que os peixes capturados são devolvidos às águas do Guaporé, após serem tomadas as devidas anotações quanto a peso e tamanho, além do registro fotográfico.

Tais conferências e anotações são efetuadas por membros da equipe de fiscais designados para dar suporte durante o evento. Estes percorrem o trecho delimitado previamente para a pesca em pequenos barcos (voadeiras), munidos de aparelhos de comunicação e demais instrumental necessário para a conferência. O Campeonato dispõe de um Regulamento que é seguido pela comissão organizadora e participantes. O próprio regulamento prevê sanções para possíveis infrações que possam ser cometidas. Pela organização verificada, constata-se que nestes eventos a pesca esportiva vem sendo fomentada com seriedade e tem tido boa aceitação entre os participantes. Neste cenário, Doria et. all. (2004) destaca a rica ictiofauna do Rio Guaporé, onde a diversidade de espécies e seus respectivos tamanhos atraem sobremaneira os interessados na pesca praticada como esporte ou hobby.



Figura 18: Campeonato de Pesca de 2006

A Figura 18 registra a largada do Campeonato de Pesca, realizado nos dias 29 e 30 de junho de 2006, assim como um momento de conversa do pesquisador (de boné) com participantes do referido evento.

3.4.3 Festa do Divino e demais eventos realizados

Representa uma manifestação religiosa que objetiva manter a cultura regional. A comitiva de barcos que percorrem os Rios Mamoré e Guaporé conta com cerca de 40 famílias ribeirinhas bolivianas e brasileiras, que mantêm viva a tradição ao participarem da anual Festa do Divino Espírito Santo. A cada ano um

município ou localidade sedia a festa em si, sendo que em 2008, no período de 05 a 11 de maio a mesma foi realizada em Pimenteiras do Oeste. A festa, trazida de Portugal há 114 anos, foi sendo oficializada em terras brasileiras com as peregrinações cristãs da Imperatriz Izabel, de Portugal.

O cortejo leva uma coroa, símbolo da festa, que foi trazida originalmente da Vila Bela Santíssima Trindade, no Estado do Mato Grosso, por uma família descendente de escravos para a Ilha das Flores em Rondônia, e desde então passou a fazer parte do cerimonial da Festa do Divino. A peregrinação das famílias ribeirinhas que moram nas margens dos rios Mamoré e Guaporé, que fazem divisa entre o Brasil e a Bolívia, são de Surpresa, Costa Marques, Pedras Negras, Rolim de Moura do Guaporé, Pimenteiras do Oeste, Versalhes, Remanso e Piso Firme, sendo as três últimas na Bolívia.

Além dos eventos relacionados, outros vêm galgando espaço ao longo do ano, sendo que todos estão inseridos no Calendário de Eventos do Estado de Rondônia, mantido pela Secretaria Estadual de Turismo. São eles: Carnaval em Pimenteiras; Festa do Peão (normalmente em junho); Festa da Soja (julho); *Triathlon* (agosto); *Fest Cross* e *Fusca Cross*. Para 2008 estes dois últimos acontecerão simultaneamente ao Festival de Praia, aumentando assim as atrações do evento, o que deve atrair um número maior de turistas.

Pimenteiras do Oeste apresenta-se como um Município que, por suas características naturais, tem forte inclinação para o turismo, quer seja de eventos ou o ecoturismo. Investimentos nestes segmentos representam possibilidades de alavancagem da economia local, haja vista que a atividade turística tem grande capacidade de gerar receitas nos núcleos receptores. Dentre as possibilidades de fomento ao ecoturismo têm-se a riqueza e biodiversidade do Parque Estadual Corumbiara (PEC), descrito a seguir.

3.5 O PARQUE ESTADUAL CORUMBIARA E SEU POTENCIAL PARA O ECOTURISMO

O PEC é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Com uma área de 424.239,11 hectares, possui cerca de 70% de sua área inundada na época da chuva e situa-se na zona de transição entre Cerrado, Amazônia e o Pantanal Matogrossense, apresentando elementos da biota destes três biomas.

Neste tópico são abordados alguns elementos componentes do PEC, o qual representa uma possibilidade de desenvolvimento do ecoturismo para o Município de Pimenteiras do Oeste e região circunvizinha, devido à suas potencialidades e características naturais.

3.5.1 Caracterização e particularidades do Parque

Compreendido entre os paralelos 12°54'20" e 13°30'52" de latitude sul e os meridianos 61°46'12" e 62°14'11" de longitude oeste. O Parque Estadual Corumbiara está situado nos municípios de Pimenteiras do Oeste, Cerejeiras, Alto Alegre dos Parecis e Alta Floresta do Oeste, ao sul do Estado de Rondônia. Com o objetivo de preservar amostras representativas do ecossistema da região abrangida, foi criado pelo Decreto Estadual nº 4576, de 23 de março de 1990, e modificado pela Lei Estadual nº 690, de 27 de dezembro de 1996 (RONDÔNIA, 1998).

Sua criação, somada a existência ao norte da Reserva Biológica do Guaporé e a sudoeste do Parque Nacional Noel Kempff Mercado, da República Federativa da Bolívia, formam um complexo de unidades de conservação de extrema relevância, totalizando mais de 1, 8 milhões de hectares de áreas protegidas. A região de entorno do Parque, colonizada em passado recente, caracteriza-se pela intensa atividade agropecuária e abundância das florestas que por muito tempo impulsionou o setor madeireiro na região, com reflexos negativos no parque (SANTOS, 2007).

Com cerca de 40% de sua área dentro dos limites de Pimenteiras do Oeste, o Parque fica à margem esquerda do Rio Guaporé, acompanhando a foz do Rio Corumbiara. Embora tenha sido criado em 1990 com a extensão de 586.031 ha, a emissão de contratos de promessa de compra e venda (CPCVs) pelo INCRA, em 1991, resultou na redução de sua área em 152.215 ha, desprotegendo exatamente as cabeceiras dos rios que drenam para a Unidade de Conservação (UC).

O Parque conta com três bases de apoio, constituídas ao longo do Rio Guaporé, além de uma outra na área urbana de Pimenteiras. A administração da área do Parque é de responsabilidade da unidade da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDAM) de Cerejeiras. Porém, não há pessoal

permanente na unidade e a fiscalização é esporádica. Usos conflitantes como a caça e os incêndios periódicos são uma constante e ameaçam o ecossistema.

Cerca de 70% do PEC é composto por áreas periodicamente inundáveis e a diversidade de ambientes encontrados no Parque e seu estado de conservação justificaram a implantação da unidade de conservação. No entanto, a representatividade de algumas formações, aliada à pressão antrópica a que estão sujeitas, são fatores reflexivos que levaram à propositura de ampliação dos limites do Parque, conforme argumentos exarados no Plano de Manejo, elaborado por uma equipe constituída pela SEDAM, em 1995.

Enquadram-se neste aspecto as áreas ao sul da unidade de conservação que abrigam as formas de Floresta Ombrófila Densa Aluvial com Dossel Emergente, formações florestais inundáveis às margens do rio Guaporé que configuram à região o aspecto de pantanal, formando lagoas, corixos, meandros abandonados e uma série de feições com composição florística própria e representativa fauna associada. As porções de Floresta Ombrófila Aberta das Terras Baixas têm sua área ampliada com os novos limites propostos, abrangendo parcelas ao norte, no rio Verde, e a sudeste do Parque. Estas áreas, além de abrigarem sítios arqueológicos e monumentos geológicos, constituem-se em formação que pouco é afetada pela dinâmica das cheias. Este motivo leva à especulação destas terras e à ameaça de descaracterização da sua vegetação, onde espécies como a cerejeira e o mogno, outrora abundantes, hoje são raras (RONDÔNIA, 1995, p. 14).

De forma geral, o PEC representa região de características florísticas peculiares e de alto valor científico, graças aos aspectos transacionais entre os domínios Amazônicos, do Cerrado e do Pantanal. Ainda de acordo com o referido Plano de Manejo:

A forte correlação entre as unidades geomorfológicas e a cobertura vegetal, e conseqüentemente os respectivos ecossistemas, face as suas características (especialmente as hidrodinâmicas), indicam que as unidades de maior fragilidade ecológica são aquelas sob maior influência de ação da dinâmica fluvial, compreendendo ambientes extremamente significativos para o Parque (RONDÔNIA, 1995, p. 14).

Segundo Olmos et. all. (1998), a fauna é rica e diversificada, ao passo que foram registradas no local 57 espécies de mamíferos, 173 de aves (entre mais de 500 prováveis) e 20 de répteis, incluindo 26 espécies consideradas raras, vulneráveis ou ameaçadas de extinção. Dados como estes são significativos quando se toma como parâmetro para análise, o estado de conservação das florestas brasileiras e o ritmo acelerado de destruição ao qual estão sujeitas, o que

faz com que se busquem mecanismos objetivando a preservação das espécies. Em Rondônia (1995, p. 19) encontra-se ainda a afirmação de que:

Encontram-se no Parque espécies extremamente restritas às condições do ambiente local e que não tolerariam bruscas alterações por apresentarem exigências ambientais específicas, as quais são oferecidas nesta unidade de conservação. Citam-se como exemplo o cervo-do-pantanal, a onça-pintada, o lobo-guará, os botos, a ariranha, o macaco barrigudo, a harpia, o mutum-cavalo, as aves migratórias em geral, a tartaruga tracajá e os jacarés, os quais reproduzem-se na área do Parque.

De acordo com os estudos e levantamentos realizados para confecção do Plano de Manejo do PEC, publicado em 1995, de maneira geral, é notória a preocupação de se estabelecer unidades de conservação em áreas inundáveis, de modo que as matas de várzea e igapó sejam preservadas, permitindo a manutenção da fauna associada e dependente destes ambientes.

Há de se considerar ainda a existência de sítios de interesse histórico, arqueológico e cultural, tanto no Parque quanto em seu entorno, onde está a maioria dos 34 sítios já mapeados, basicamente em áreas não sujeitas a inundação sazonal. À luz da arqueologia, a ocupação antrópica na região é antiga, havendo indícios de que esta é anterior a três mil anos (OLMOS et. al., *op. cit.*). Tal fato abre uma nova perspectiva para o turismo na região, tão logo sejam estabelecidos os parâmetros para o uso racional do Parque.

No entanto, enquanto são desenvolvidos os trabalhos de levantamento para se proceder aos ajustes necessários no Zoneamento da área do Parque, cumpre destacar alguns objetivos estabelecidos pelo Plano de Manejo apresentado em 1995, a saber:

- 1 - Preservar a diversidade biológica e recursos genéticos da região;
- 2 - Proteger espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção existentes na área;
- 3 - Proteger áreas significativas do ecossistema de transição dos domínios amazônicos e do cerrado;
- 4 - Proteger amostras representativas dos ecossistemas de floresta de terra firme, utilizadas como refúgio da fauna regional nos períodos de inundação;
- 5 - Proteger amostras significativas dos ecossistemas aquáticos de rios, corixos, lagos, baías, campos e florestas inundáveis, buritizais e pantanal do Médio Guaporé;
- 6 - Contribuir para a manutenção dos estoques pesqueiros do rio Guaporé e seus afluentes;
- 7 - Conservar e investigar os sítios históricos e arqueológicos existentes no Parque e no seu entorno;
- 8 - Preservar e investigar monumentos geológicos existentes no Parque e no seu entorno imediato;

- 9 - Promover a pesquisa científica e o monitoramento ambiental;
- 10 - Promover programas de educação ambiental que auxiliem no desenvolvimento de atitudes de respeito e proteção aos recursos naturais e culturais do Parque;
- 11 - Garantir a integridade dos ecossistemas protegidos através do estabelecimento de um sistema de fiscalização integrada;
- 12 - Prover o Parque de infra-estrutura logística necessária ao cumprimento dos objetivos da Unidade de Conservação (RONDÔNIA, 1995).

O PEC tem uma importância estratégica para o Município de Pimenteiras do Oeste, ao passo que, em sendo regulamentado o uso racional e sustentável de seu espaço e reservas naturais para atividades voltadas ao ecoturismo, o mesmo tende a contribuir significativamente para com a economia local, via geração de emprego e renda, além de ser fator contributivo para a manutenção das condições dos recursos naturais, uma vez que para o desenvolvimento do turismo se faz necessário a adoção de meios efetivos de controle e fiscalização da área do Parque.

Neste ambiente, políticas públicas de incentivo e fomento, quer seja por meio de isenções fiscais, abertura de linhas de crédito com taxas diferenciadas de juros e mesmo o aporte direto de recursos para o setor devem ser estabelecidas no Estado de Rondônia e no município de Pimenteiras do Oeste. Demanda, portanto, parcerias entre os governos federal, estadual e municipal, cabendo a este a iniciativa de buscar mecanismos de apoio à atividade, assim como deve-se buscar estabelecer parcerias entre os demais atores envolvidos, o que pode ser efetivado por meio das denominadas “redes estratégicas” ou “alianças”.

4 PESQUISA DE CAMPO E RESULTADOS

Conforme especificado no item 1.4, que trata da metodologia da pesquisa, este capítulo apresenta os dados levantados junto a dois segmentos no Município de Pimenteiras do Oeste: população residente e população flutuante. Com base em questionários adaptados de Beni (1998), que se encontram nos Apêndices A e B (páginas 142-6) obteve-se dados acerca da população local e dos turistas, os quais são apresentados ao longo deste capítulo.

4.1 TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Estes trabalhos foram realizados em três momentos. O primeiro ocorreu nos dias 29 e 30 de junho de 2006, durante a realização do “I Campeonato de Pesca de Pimenteiras”, mediante a aplicação do questionário com 82 visitantes que participavam do evento. Em uma segunda fase, 170 pessoas foram ouvidas, dentre os participantes do “XVII Festival de Praia de Pimenteiras”, realizado no período de 07 a 10 de setembro de 2006. Em ambos os casos as pessoas foram escolhidas aleatoriamente, sendo convidadas a responder ao questionário as que se identificaram como oriundas de outras localidades.

No que tange à população local, nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2008 foram aplicados questionários de múltipla escolha, com predominância de questões fechadas, além de se proceder a entrevistas informais com alguns moradores, escolhidos aleatoriamente, ocasião na qual o pesquisador teve a oportunidade de enriquecer os conhecimentos acerca de particularidades do município, captando informações não perceptíveis ao longo da aplicação dos questionários e que em muito contribuíram para a avaliação final e sugestões propostas com vistas à valorização e impulso da atividade turística de maneira sustentável. Para estas atividades, em cada uma das fases foram capacitados dez alunos do ensino médio da Escola Estadual Inácio de Castro. Estes receberam previamente informações quanto à finalidade da pesquisa, além de serem orientados quanto à metodologia aplicada e a forma de abordagem aos potenciais participantes da pesquisa, sendo-lhes fornecido todo o material necessário para a realização da mesma, a qual contou com o acompanhamento pessoal do pesquisador na fase de campo propriamente dita.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E PERCEPÇÃO ACERCA DO TURISMO

4.2.1 Características sócio-econômicas da população residente

Foram entrevistados, por meio dos questionários, noventa e cinco pessoas do município, dos quais 52% do universo pesquisado são do sexo masculino e 48% do feminino, conforme evidenciado no gráfico a seguir.

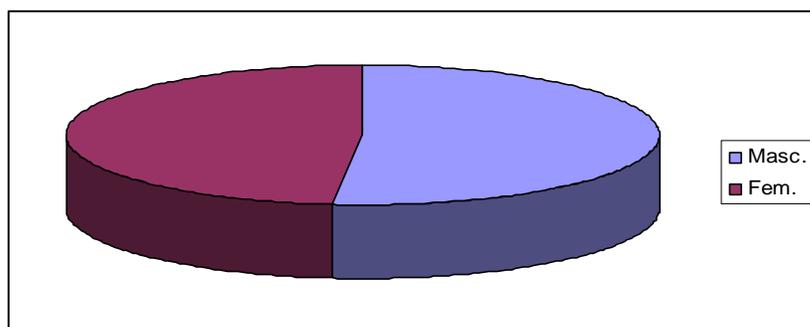


Gráfico 1: Classificação da população de Pimenteiras quanto ao sexo

Assim, observa-se que há equilíbrio entre o número de homens e mulheres, sendo que a maioria é solteira, seguidos pelos casados, conforme se constata do gráfico 2.

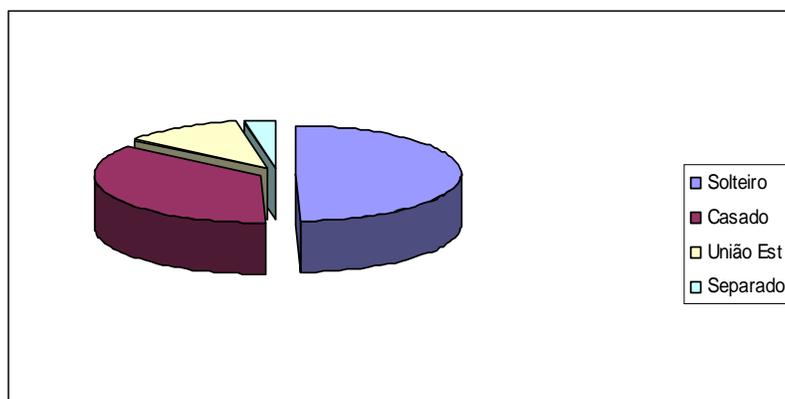


Gráfico 2: Classificação da população de Pimenteiras quanto ao estado civil

Os solteiros representam 49% da população pesquisada, enquanto 35% são casados e 11,57% afirmaram viver em regime de união estável. Apenas 0,03% declararam-se separados.

No que tange a idade dos munícipes, há um número significativo de jovens na faixa etária compreendida entre os 15 e os 24 anos, o que corresponde a 28% do universo pesquisado, enquanto 44% deles enquadram-se entre 25 e 44 anos, sendo esta a parcela mais expressiva. Dos demais, 22% está na faixa etária de 44 a 65 anos e apenas 6% acima de 65 anos. Isto demonstra a predominância de pessoas em faixa etária economicamente ativa no município.

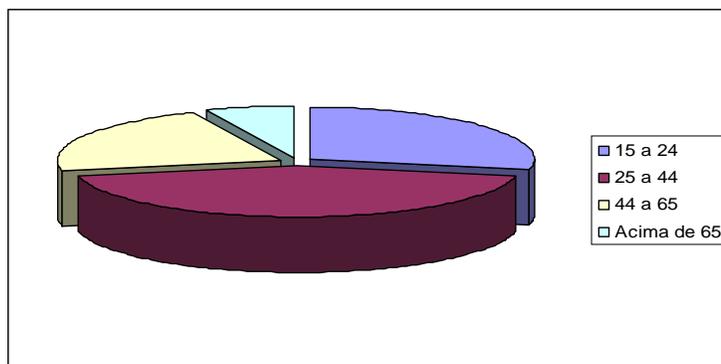


Gráfico 3: Classificação da população de Pimenteiras quanto à faixa etária

No item escolaridade, observa-se que a maioria é alfabetizada, enquanto os que se declararam não alfabetizados representam apenas 6% da amostra. Nesse universo, 41% dos entrevistados possuem o ensino fundamental 42% deles concluíram ou estão cursando o ensino médio e 11% possuem diploma de curso superior.

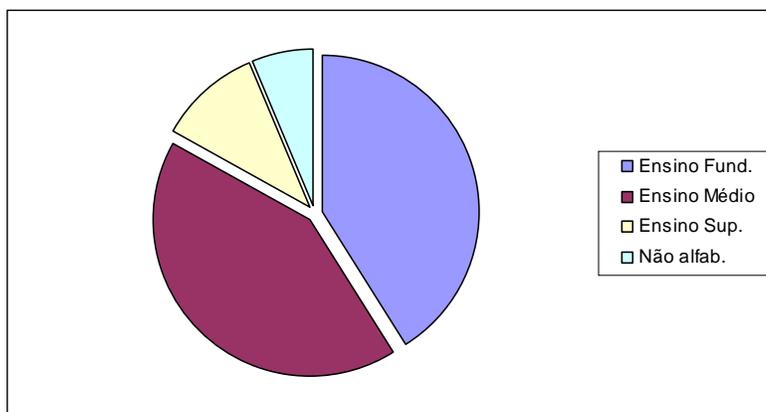


Gráfico 4: Classificação da população de Pimenteiras quanto à Escolaridade

Quanto a renda familiar, 60% dos respondentes declarou ser de até dois salários mínimos. Na faixa de 2 a 4 salários mínimos enquadraram-se 25% do total. A partir de 4 salários mínimos há uma queda significativa, uma vez que 10 respondentes enquadraram-se na faixa de 4 a 6 salários e apenas 04 declararam renda entre 6 a 8 salários, ao passo que nenhum informou renda superior a esta. Desta feita, afere-se que apenas 15% da população tem uma renda familiar superior a 4 salários mínimos, conforme se constata no gráfico 5.

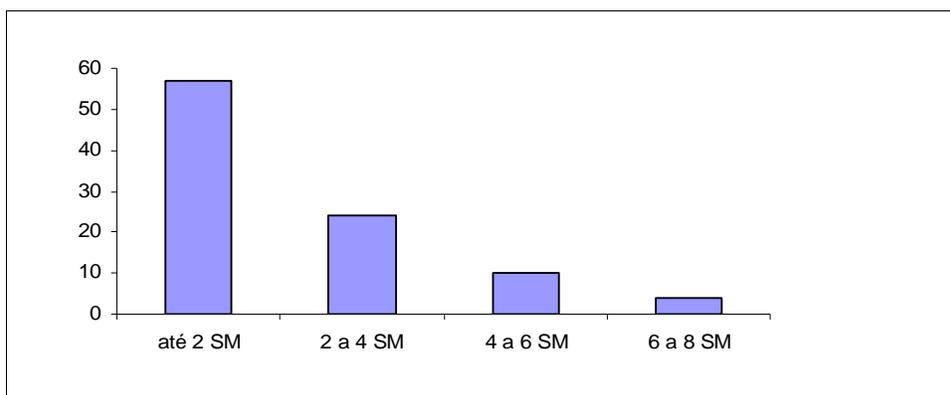


Gráfico 5: Classificação da população de Pimenteiras quanto à renda familiar

Do universo amostral apenas 18% é estudante. Os demais exercem alguma atividade remunerada, sendo que 38% são servidores públicos, seguidos de 23% de pescadores, enquanto 13% declararam-se profissionais liberais (ou autônomos). Apenas 8% dos respondentes são trabalhadores do comércio.

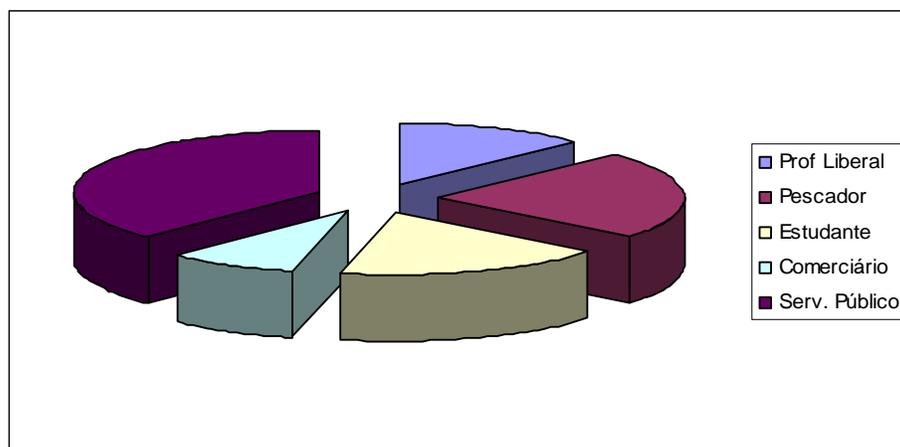


Gráfico 6: Ocupação principal dos munícipes de Pimenteiras

Pimenteiras do Oeste é formada por uma população jovem, conforme se constata no Gráfico 3. Questionados sobre o tempo de residência no Município, 47% deles informaram ter fixado residência há mais de 10 anos. Os que responderam ter se mudado para o Município entre os últimos 5 e 10 anos representam 21% do total.

Destaca-se que 17% dos respondentes nasceram em Pimenteiras, enquanto 15% dos respondentes se estabeleceram nos últimos cinco anos, sendo que duas delas mudaram-se para Pimenteiras há menos de um ano.

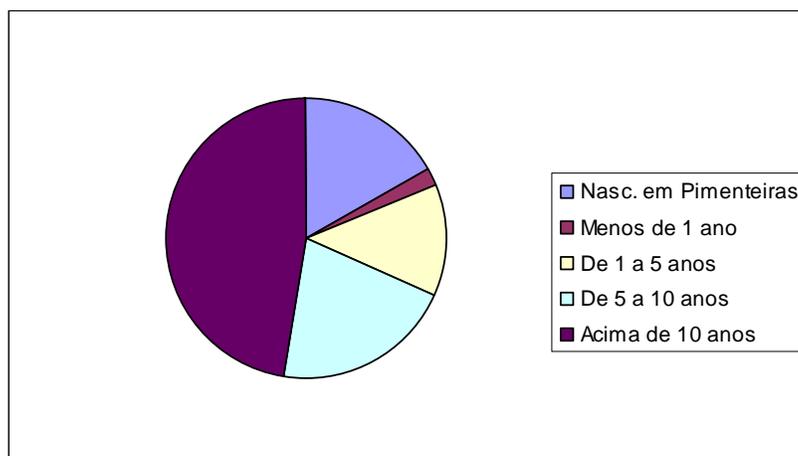


Gráfico 7: Tempo de residência no município de Pimenteiras

4.2.2 Percepção da população local acerca do turismo

Os entrevistados, quando questionados acerca de sua visão sobre a contribuição da atividade turística desenvolvida no Município para a economia local e suas expectativas acerca da mesma, 39% deles responderam que a contribuição ocorre por meio da geração de emprego e renda, ainda que pese a inexistência de dados indicativos de tal contribuição.

Ainda, para 37% das pessoas do universo pesquisado o turismo deve contribuir para a atração de novos investimentos, enquanto 24% apontam a contribuição como a possibilidade de diversificação de atividades no Município, conforme evidenciado no gráfico 8.

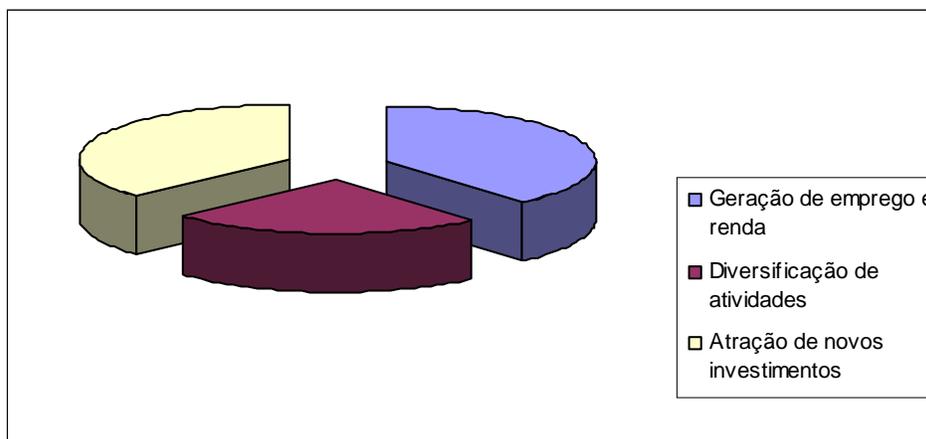


Gráfico 8: Contribuição do turismo para o desenvolvimento do município

No tocante aos obstáculos ao desenvolvimento do turismo no município, têm-se os seguintes resultados: 59% dos entrevistados apontam a dificuldade de acesso ao município, o que sinaliza para a ausência de pavimentação asfáltica nos 51 km que ligam Pimenteiras do Oeste a Cerejeiras, pela Rodovia RO-399. Neste trecho, apesar do cascalho, existem pontos críticos, além da poeira. Na óptica dos munícipes, o asfalto tende a contribuir significativamente para com o desenvolvimento da atividade turística em Pimenteiras.

A falta de capacitação de pessoal é apontada como o segundo obstáculo, ao passo que 22% dos entrevistados sinalizaram para este item. Na seqüência, a ausência de incentivos foi identificada como um entrave ao desenvolvimento do turismo por 19% dos respondentes.

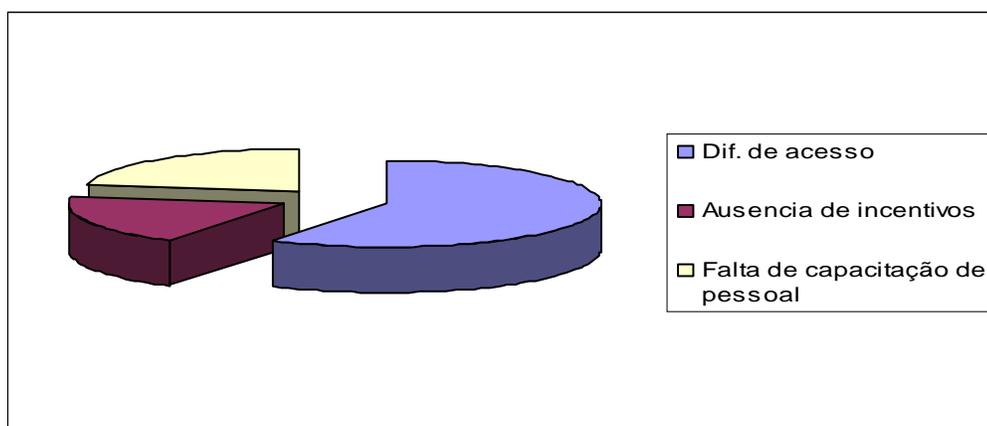


Gráfico 9: Obstáculos ao desenvolvimento do turismo

Outro questionamento diz respeito às possíveis interferências ou impactos do turismo na comunidade local, ao que se tem que 73% dos respondentes entendem que contribui para com a melhoria da qualidade de vida. Apenas 14% das pessoas apontam possíveis danos ambientais e 9% referem-se à preocupação quanto à interferência na cultura local. Para 4% dos entrevistados o turismo tende a acarretar mais benefícios que danos. Percebe-se aqui a aceitação do turismo por parte da comunidade, o que constitui fator importante para qualquer iniciativa que vise promover e fomentar a atividade.

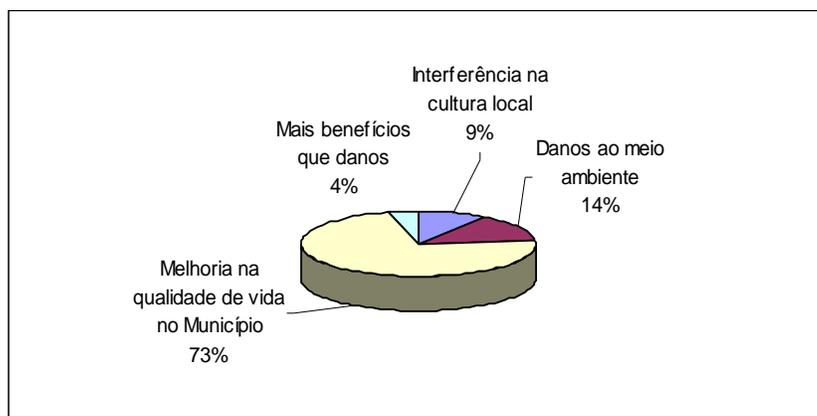


Gráfico 10: Interferências ou impactos do turismo

Considerando-se que a população local convive com os eventos promovidos há longa data no município, urge a necessidade de investigar qual a percepção dos munícipes em relação aos mesmos. Neste quesito, ao serem questionados sobre sua percepção acerca da contribuição dos eventos para o desenvolvimento local, percebe-se uma clara divisão de opiniões, ao passo que para 47% das pessoas há uma efetiva contribuição, enquanto 29% entendem que a contribuição não é significativa para o desenvolvimento local, seguidos de 24% respondentes que não tem opinião formada a respeito.

É de se considerar que a ausência de políticas públicas para o setor contribui sobremaneira para com o desconhecimento da realidade acerca do mesmo, fator este que inibe o desenvolvimento da atividade no município. Esta realidade não difere muito da encontrada na maioria dos pequenos municípios brasileiros onde se constata a existência de potencial para o turismo, porém, o mesmo não galga espaço, via de regra, pela omissão das autoridades constituídas e também pela falta de iniciativa da própria população.

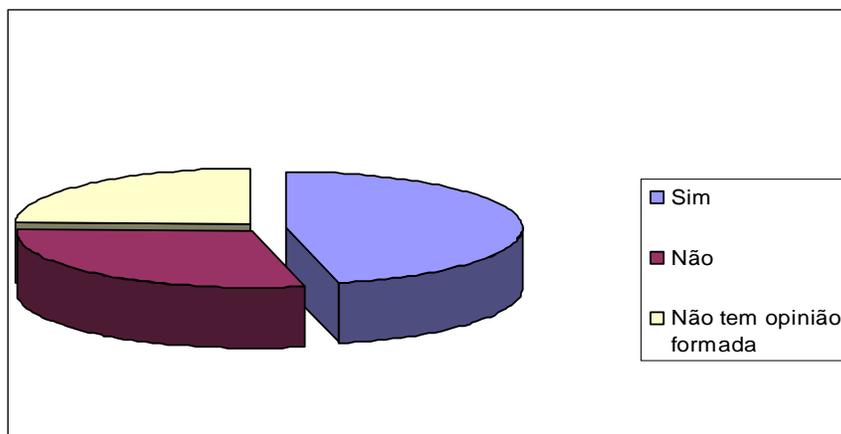


Gráfico 11: Contribuição do turismo de eventos para o desenvolvimento

Uma vez que a realização de eventos como o Festival de Praia atraem um número cada vez maior de turistas ao município a cada edição, fazendo com que a capacidade de carga local seja extrapolada (isto não só em relação a instalações e hospedagem, compreendendo também os serviços públicos), é de se esperar que ocorram transtornos aos próprios moradores e demais componentes do ecossistema, por mais que estes sejam receptivos à atividade. Neste trabalho, a percepção de tal contribuição fica restrita à óptica do entrevistado, haja vista que não há dados relativos aos recursos efetivamente injetados no município durante o período de realização dos eventos e de seus reflexos econômicos para o município.

Foi solicitado aos 95 respondentes do questionário que apontassem sua principal preocupação em relação aos impactos dos eventos no meio ambiente, mediante a pergunta: “Algo o preocupa em relação aos referidos eventos e a conservação ambiental?” Ao que 47% responderam que a geração de lixo e sua conseqüente destinação é um problema. Outros 39% demonstraram preocupação em relação a alterações no ecossistema em si, enquanto apenas 14% apontaram como maior preocupação o barulho excessivo durante os dias em que são realizados os eventos.

É de se considerar que a questão do barulho, que caracteriza a poluição sonora, tem reflexos não só nos seres humanos, mas também nos demais componentes da fauna do entorno e se faz presente em qualquer localidade que se proponha a promover determinadas modalidades de eventos. Nem por isto deixa de ser uma preocupação legítima.

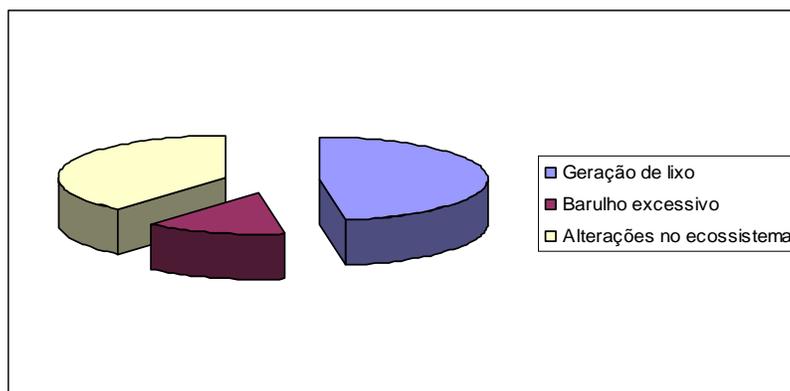


Gráfico 12: Preocupação quanto aos impactos de eventos no meio ambiente

Em relação às ações desenvolvidas em âmbito local com vistas à conservação ou preservação ambiental, lançou-se a seguinte pergunta: “Tem conhecimento de ações voltadas para a preservação ambiental no Município?”. O percentual de pessoas que apontaram os mutirões de limpeza como uma ação desenvolvida no município importou em 43%, enquanto 31% atestaram a distribuição de material para a coleta de lixo (trabalho desenvolvido pela Prefeitura Municipal e por órgãos como SEDAM e IBAMA, durante a realização dos Eventos). Outros 26% dos respondentes destacaram ser conhecedores de atividades de educação ambiental desenvolvidas.

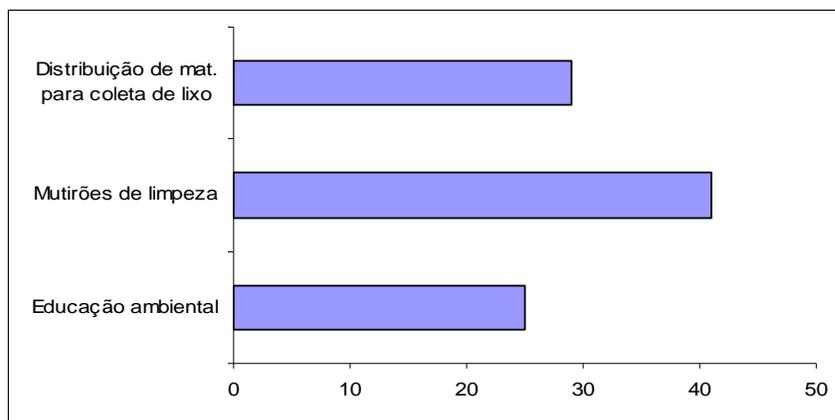


Gráfico 13: Ações voltadas à preservação ambiental

Uma vez conhecidas algumas das condições que dificultam a expansão do turismo no município, um questionamento se faz necessário no que tange às políticas públicas de incentivo à instalação de novos empreendimentos e a divulgação

dos atrativos locais. Neste item, para 42% dos entrevistados a principal contribuição diz respeito à atração de mais turistas para o município. Não menos importante e como conseqüência da resposta anterior, 33% das pessoas responderam que podem contribuir para gerar mais empregos, enquanto que para 25% dos entrevistados, tanto os incentivos quanto a divulgação tem peso importante para impulsionar a atividade turística e conseqüentemente atrair novos investimentos.

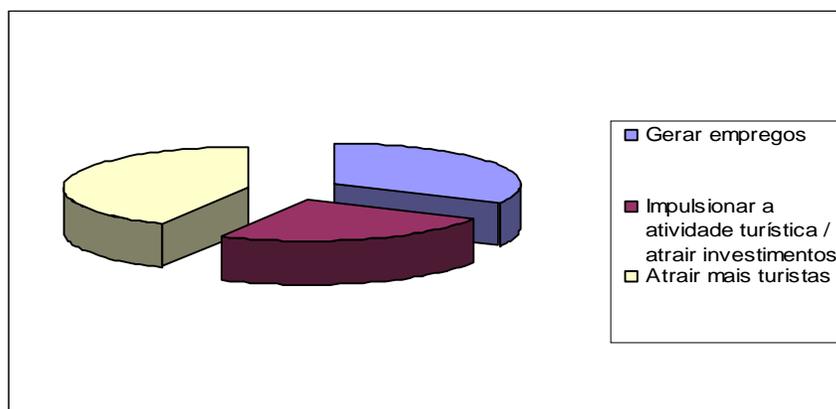


Figura 14: Importância das políticas públicas para o turismo local

Ao serem questionados sobre as potencialidades latentes do município para o desenvolvimento do turismo (pergunta para a qual obteve-se mais de uma resposta por entrevistado), os mesmos reforçaram a importância do Turismo de Eventos, que contou com a indicação de 77% dos respondentes. Na seqüência têm-se a pesca esportiva, ao passo que 67% pessoas a apontaram como sendo de grande potencial.

Por outro lado, 53% das pessoas optaram por enfatizar os passeios de barco, seguidas de 33% que destacaram as caminhadas por trilhas, 30% defenderam o potencial da fauna e flora propícia aos safáris fotográficos e 23% apontaram como possibilidade a prática do arborismo, que constitui uma modalidade que vêm galgando espaço nestes ambientes, 18% sugeriram o mergulho e apenas duas disseram ter outras sugestões, embora não as tenham declinado.

Logo, a este quesito foram apontadas várias opções pelos participantes da pesquisa, totalizando assim 288 sugestões de atividades passíveis de exploração no município, segundo a percepção dos entrevistados, o que nos dá uma média de 3 sugestões por pessoa.

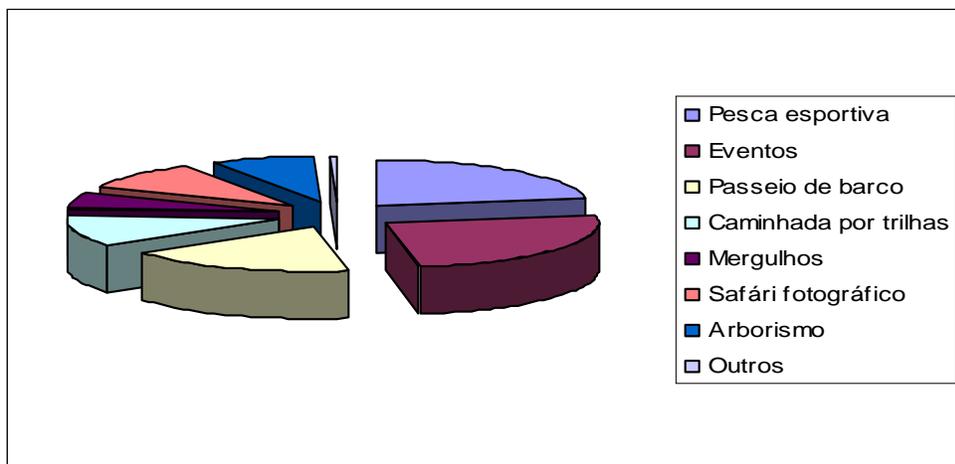


Gráfico 15: Atividades passíveis de serem desenvolvidas

4.2.3 Síntese dos resultados da pesquisa junto à população residente

Quando da análise dos dados para traçar o perfil sócio-econômico dos munícipes de Pimenteiras do Oeste observa-se que há equilíbrio entre o número de homens e mulheres, sendo que a maioria é solteira, seguidos pelos casados. Quanto à idade, a faixa etária de 25 a 44 anos é a mais representativa com 44%, seguidos de 28% entre 15 e 24 anos, o que representa uma população bastante jovem. Outro importante destaque é dado à escolaridade, haja vista que a maioria das pessoas é alfabetizada, sendo que 42% delas possuem o ensino médio, enquanto 41% o ensino fundamental. Apesar das poucas oportunidades de emprego existentes no município, principalmente pela ausência de indústrias ou pela baixa expressividade do comércio local, cerca de 60% da população pesquisada declara uma renda familiar de até 2 salários mínimos, enquanto uma minoria (4%) apresenta um rendimento familiar entre 6 e 8 salários mínimos vigentes no País.

Referida população é formada em número expressivo por servidores públicos (concursados e/ou comissionados), representando estes 38% da amostra, seguidos de 23% de pescadores, atividade esta de vital importância para o município, mas que encontra-se com sérias dificuldades em virtude da legislação de pesca em vigor no Estado, principalmente para esta área de abrangência. Ainda, objetivando identificar o tempo de residência da população no município, constatou-se que um número expressivo reside há mais de 10 anos em Pimenteiras.

No que tange à percepção da população local quanto à atividade turística desenvolvida, constatou-se que 37% da amostra consideram que esta tende a contribuir para com a geração de emprego e renda, com a possibilidade de atrair novos investimentos. Em relação aos obstáculos existentes, 59% apontam a dificuldade de acesso ao município como o principal. Questionados sobre os impactos da atividade na comunidade local 73% respondeu entender que a mesma contribui para com a melhoria da qualidade de vida, sendo que a realização dos eventos periódicos que são promovidos no município é considerada benéfica para 47% das pessoas.

A geração de lixo e sua conseqüente destinação foram apontadas como as principais preocupações por parte de 47% da amostra, ao passo que 43% deles enfatizam que ações como os mutirões de limpeza são importantes ações desenvolvidas no município atualmente em prol da preservação ambiental, seguido da educação ambiental promovida pelas escolas e pelo denominado “Grupo de Trabalho em Educação Ambiental”, composto por representantes de diversos segmentos da sociedade. As políticas públicas são vistas como importantes para atrair mais turistas e, por via de conseqüência, ampliar o mercado de trabalho, na opinião de 42% e 33% da amostra, respectivamente. Quanto os eventos realizados no município, 25% entendem que devem ser mantidos e ampliados. No quesito “potencialidades”, os entrevistados têm uma visão imediatista, o que faz com que enfatizem sobremaneira a realização dos eventos como importante fonte de renda.

No entanto, demonstram desconhecer a possibilidade de exploração racional dos recursos naturais por meio do ecoturismo. É relevante que aos mesmos seja levado o conhecimento de que existe um potencial enorme no próprio rio Guaporé e que vai além da pesca como meio de subsistência, além da expressiva biodiversidade existente no Parque Estadual Corumbiara e seu entorno, que o credencia como local de grande potencialidade para o ecoturismo caso sejam implementadas políticas condizentes com sua exploração racional. Ao responderem sobre o que entende ser possível desenvolver com base nestas potencialidades, têm-se, além dos já mencionados eventos, a pesca desportiva, os passeios de barco, as caminhadas por trilhas e o safári fotográfico.

Em face às respostas, observa-se ser reconhecida e legitimada a atividade turística pela população local, o que representa um ponto importante a ser considerado quando da elaboração de políticas públicas voltadas ao turismo. É de

ressaltar que para a viabilização de quaisquer atividades neste segmento, principalmente as que envolvam recursos naturais, as ações devem ser pautadas na busca da sustentabilidade e comprometimento da população local, sob pena de comprometer sua continuidade.

4.3 ORIGEM, PERCEPÇÃO E PERFIL DO TURISTA DO FESTIVAL DE PRAIA

Considerando-se que dentre os objetivos específicos delineados para a consecução desta pesquisa destaca-se o de “Diagnosticar a percepção do turista acerca das atuais condições e potencialidades a serem desenvolvidas no Município”. Procedeu-se, à aplicação de 170 questionários semi-estruturados, por meio do qual se buscou identificar inclusive o grau de satisfação do turista quanto à infra-estrutura oferecida, suas aspirações para eventos futuros, dentre outros quesitos apresentados na seqüência. O público alvo foram os participantes do XVII Festival de Praia de Pimenteiras, realizado entre os dias 07 e 10 de setembro de 2006.

4.3.1 Do local de origem, meio de transporte e freqüência de visitas ao município

Inicialmente, com vistas a identificar a procedência do visitante foi inserida a pergunta “onde você reside?”, obtendo-se uma rápida noção das diversas localidades de onde os mesmos se deslocaram para participar do referido Festival.

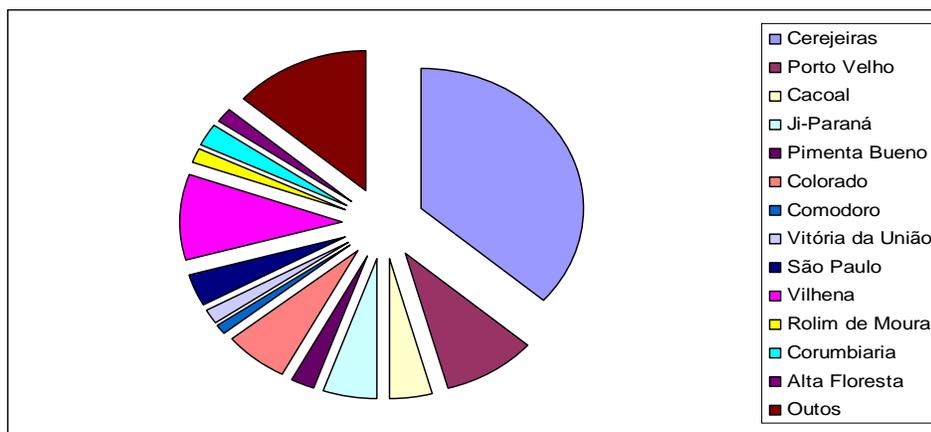


Gráfico 16: Classificação do visitante quanto à procedência

Os resultados apontam para um número representativo de visitantes oriundos do município de Cerejeiras, equivalente a 36% do universo amostral. Esta predominância justifica-se pela proximidade de ambos, o que viabiliza o deslocamento. Outros 64% são representados por visitantes das mais diversas localidades, com destaque para municípios de Rondônia, o que reforça a idéia da abrangência estadual do evento.

No que tange o meio de transporte utilizado foi constatado que a maioria utiliza-se de carro, resposta dada por 52% das pessoas, seguido de 35% que utilizam ônibus. Os 14% restantes deslocaram-se de seus locais de origem por meio de motos, táxis e avião, sendo estes os oriundos de São Paulo.

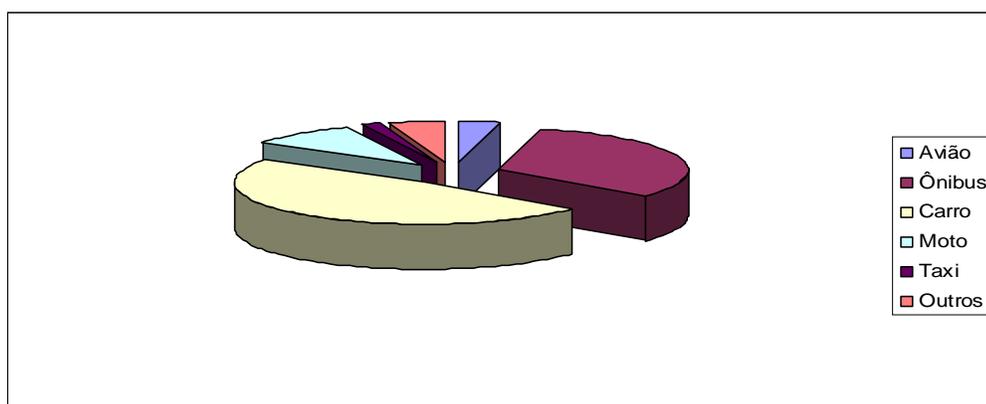


Gráfico 17: Identificação do meio de transporte utilizado pelo turista

Importante destacar que a maioria dos entrevistados declarou não ser a primeira vez que visita o município de Pimenteiras do Oeste, sendo que apenas 18% estavam nesta condição. Predomina os que já estiveram no município por mais de 10 vezes, com 40% dos respondentes terem assim declarado.

Se considerarmos que o Festival de Praia, no ano de 2006 estava em sua 17ª edição, é possível que boa parte destas pessoas tenha participado justamente de tal evento em anos anteriores. No gráfico 18 temos um panorama das demais respostas obtidas a este quesito.

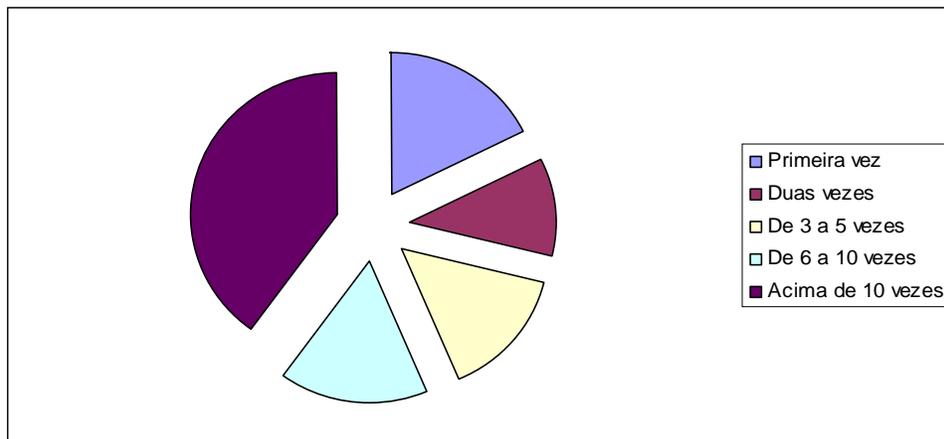


Gráfico 18: Número de visitas do turista ao município

Como forma de identificar quais os meses do ano que o município recebe maior número de visitantes, o item nº 4 constante do questionário contempla a pergunta: “Em que mês (meses) costuma visitar este local?”

Por ser uma questão que dá margem à opção por várias alternativas, considerando-se todos os meses do ano, obteve-se um número de 303 respostas, predominando o mês de setembro, no qual nada menos que 152 pessoas afirmaram freqüentar o município. Corroborando os resultados apontados no item anterior, que diz respeito ao número de vezes que o visitante esteve em Pimenteiras.

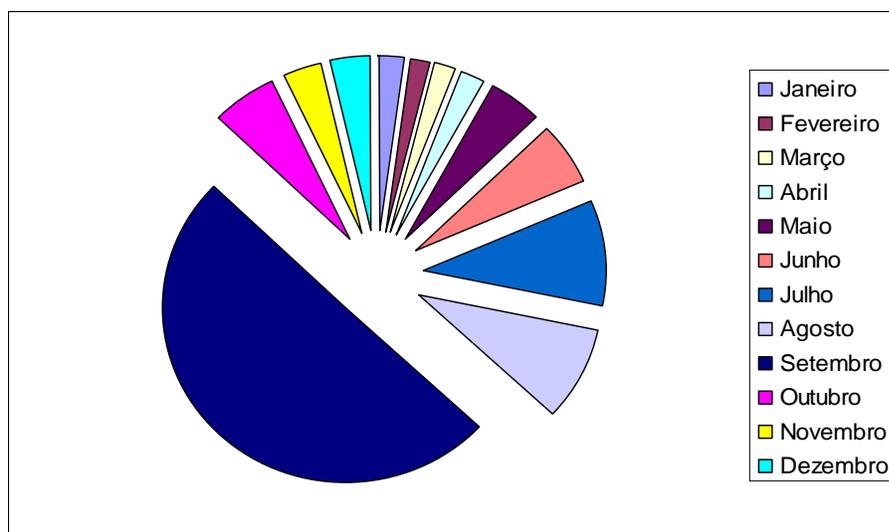


Gráfico 19: Meses em que costuma visitar o município

4.3.2 Da hospedagem, alimentação e gastos do turista do Festival de Praia

Considerando-se as características locais e mediante as conhecidas dificuldades acerca dos meios de hospedagem disponíveis, perguntou-se aos entrevistados “Qual o meio de hospedagem utilizado?”, ao que nas respostas predominou o *camping*, meio este utilizado por 37% do total de entrevistados.

Na seqüência têm-se aqueles hospedados em casa de amigos ou parentes (23%) e em hotéis (21%). A pousada respondeu pela absorção de 11% das pessoas entrevistadas e os 8% restantes haviam locado um imóvel na cidade para passar os dias em que permaneceu no Festival.

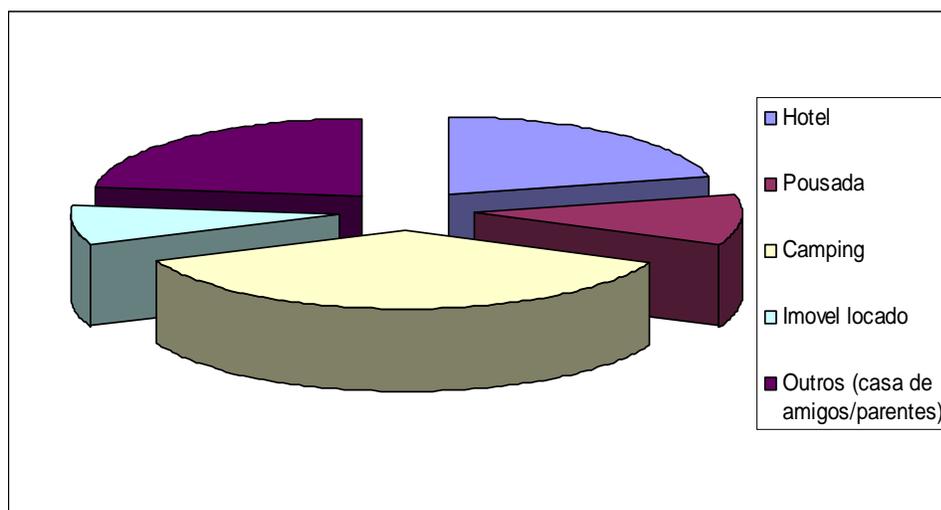


Gráfico 20: Meio de hospedagem utilizado pelo turista

Convém observar que pelas características do próprio Festival, a maioria das pessoas já chega ao local do evento preparada para acampar, sendo esta uma boa oportunidade para os apreciadores do *camping*. A areia da praia serve satisfatoriamente a este propósito, conforme se observa *in loco* ao se percorrer o local destinado ao festival, onde os visitantes contam com a segurança garantida pelo policiamento ostensivo no local.

Outro item importante levantado nesta ocasião diz respeito às refeições, ou seja, “onde o turista costuma fazer as refeições” durante a estada em Pimenteiras do Oeste. Uma vez que ao longo da praia são distribuídas em torno de 20 barracas, as quais servem alimentos e bebidas, e que as atrações estão concentradas no

mesmo local, assim como boa parte da área de *camping*, o número de pessoas que respondeu fazer as refeições em barracas na praia reflete a realidade vivenciada ao longo dos dias do evento. Neste universo pesquisado, 32% apontaram para esta opção, enquanto que 18% afirmaram alimentar-se no próprio local de hospedagem. Outras 21%, alimentam-se no restaurante localizado na Avenida Brasil, a principal da cidade, assim como 19% das pessoas recorrem a bares e lanchonetes da mesma avenida.

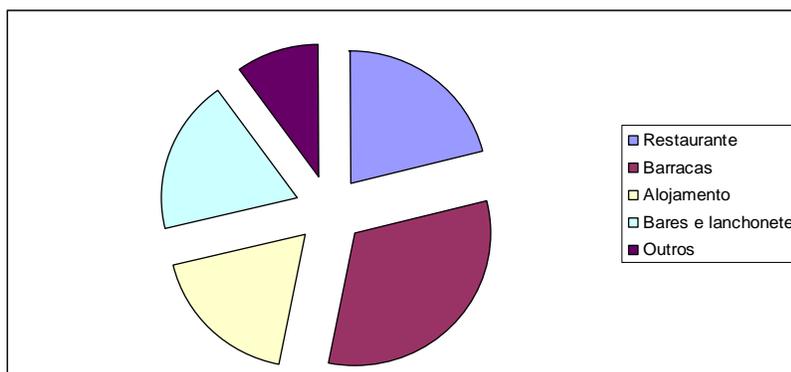


Gráfico 21: Locais utilizados pelo turista para refeição

No que tange aos gastos tidos pelos turistas para participar do Festival, foi perguntado aos mesmos: “Daria para calcular o gasto com sua viagem quanto a: custo da viagem até Pimenteiras e a estimativa de gastos durante a estadia no município?” As respostas obtidas são apresentadas na Tabela 2 a seguir apresentada.

Tabela 2: Gastos com a viagem e estadia - Festival de Praia

Custo da viagem até Pimenteiras (R\$)	%	Gastos durante estadia em Pimenteiras	%
10,00 a 99,00	48	10,00 a 199,00	21
100,00 a 300,00	39	200,00 a 500,00	62
301,00 a 999,00	11	501,00 a 999,00	09
Acima de 1.500,00	02	Acima de 1.000,00	08

Neste quesito confirma-se a proximidade do local de origem dos participantes do Festival de Praia identificada no Gráfico 16, haja vista que a maioria tem um gasto entre R\$ 10,00 e R\$ 99,00 reais, o que denota a proximidade de suas residências do município de Pimenteiras. Em relação aos

gastos do turista durante a estadia no município, 62% estimam gastar entre R\$ 200,00 e R\$ 500,00 reais, o que condiz com a realidade se considerarmos, por exemplo, os meios de hospedam disponíveis e utilizados.

4.3.3 Motivação, atrativos e insatisfações apontados pelo turista

O motivo da viagem foi apontado como sendo de “lazer e turismo” por 77% dos entrevistados. Motivos como o interesse pelo aspecto ecológico do local foram apontados por 2% dos entrevistados, assim como 2% alegaram interesse cultural. O item viagem de caráter desportivo foi apontado como motivação da viagem por 8% dos respondentes, enquanto 11% alegaram outros motivos sem decliná-los, conforme dados do gráfico 22.

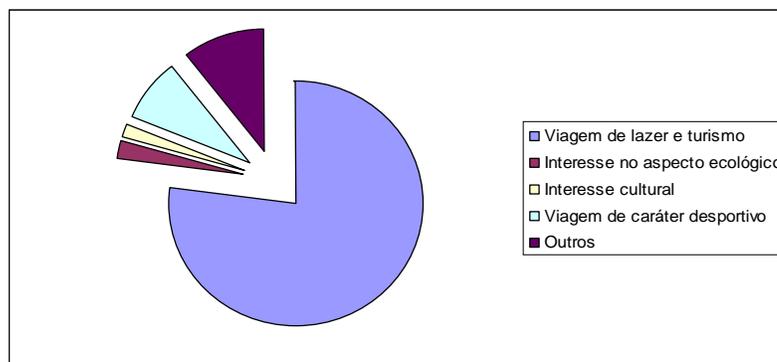


Gráfico 22: Motivação para a viagem a Pimenteiras

Com vistas a identificar o grau de atratividade do local ou das atrações oferecidas para o turista, foi perguntado aos mesmos: “Tem alguma coisa em particular que poderia tornar esta área mais atrativa para você?” O gráfico 23 apresenta as respostas à pergunta sobre a satisfação do turista quanto aos atrativos locais, sendo que 84% das pessoas afirmaram estar satisfeitos com os atrativos oferecidos, ao responderem “não”. Em contrapartida, 16% pessoas disseram “sim”, declinando na seqüência algumas sugestões, dentre as quais destaca-se: parque de diversões para as crianças; opções de restaurantes; atividades culturais e esportivas, além do oferecimento de objetos tidos como “lembranças” de Pimenteiras ou do evento em si.

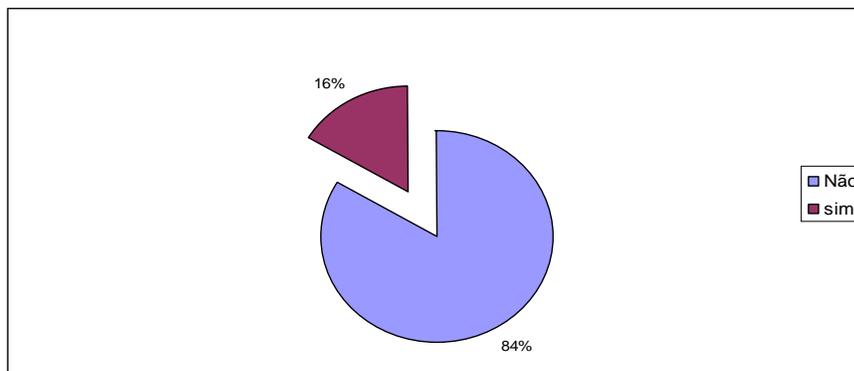


Gráfico 23: Satisfação quanto aos atrativos oferecidos

Ainda nesta linha de satisfação dos visitantes, foi perguntado aos mesmos se “Algo o desagrada aqui?”. As respostas demonstram que, apesar de a maioria (58%) dizer-se satisfeita ao afirmar que “não”, enquanto 42% responderam que “sim”, algo os desagrada. Estes 42% insatisfeitos apontaram como motivos do desagrado, em sua maioria, a ausência de sinal de celular, seguidos da falta de infra-estrutura de hospedagem condizente e da ausência de opções de lazer para crianças. São itens a serem analisados e que demandam soluções, principalmente em relação às duas últimas sugestões, haja vista a maioria dos visitantes deslocarem-se para o município acompanhado de suas famílias e por motivo de lazer.

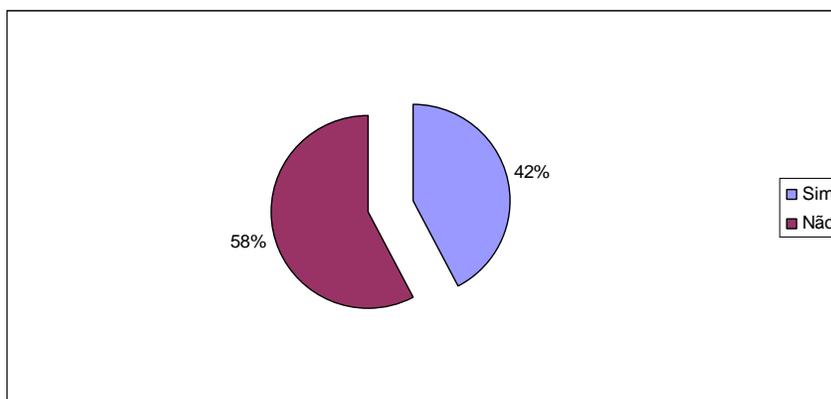


Gráfico 24: Insatisfações apontadas pelos visitantes

Concluída esta sondagem inicial acerca do visitante, os mesmos foram instados a se manifestar acerca de itens como o acesso ao município, questões relativas à administração e urbanismo, instalações de lazer e recepção,

serviços de informação e proteção e equipamentos sociais e serviços auxiliares postos à disposição durante a realização do evento, cujos resultados seguem.

4.3.4 Percepção e grau de satisfação do turista em relação à infra-estrutura de apoio

Os itens estão a seguir distribuídos nos gráficos pertinentes, e o objetivo desta parte do levantamento de campo é evidenciar a percepção do turista ou participante do Festival de Praia em relação aos mesmos, com vistas a subsidiar futuras análises e elaboração de projetos voltados ao desenvolvimento do turismo no município.

Considerando-se que em várias situações apresentadas os respondentes não se manifestaram em relação a alguns itens, não perfazendo assim o total de 170 respostas, e a conseqüente disparidade apresentada entre as alternativas assinaladas, procede-se aqui tão somente o destaque dos itens com resultados mais significativos conforme evidenciado nos gráficos. Os dados apresentados objetivam responder a uma pergunta base, qual seja: “Qual é a sua opinião a respeito de:”

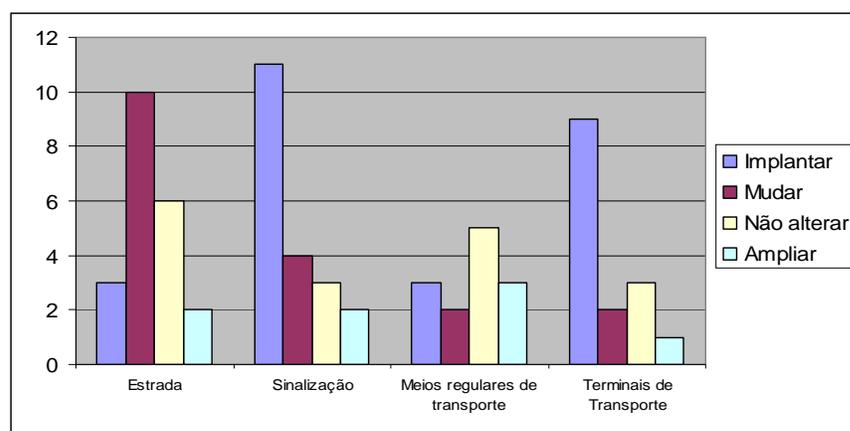


Gráfico 25: Opinião do turista sobre os meios de acesso

Neste item, 84% dos respondentes apontaram a necessidade de mudar ou melhorar a Rodovia de acesso ao município. No tocante à sinalização da referida estrada, o mesmo número de pessoas destacou a urgência de se implantar uma sinalização adequada. Quanto aos meios regulares de transporte,

51% das pessoas acenaram para a necessidade de mudanças ou melhoria. No que tange os terminais de transporte, 49% enfatizaram que demanda implantação, devido às más condições atuais.

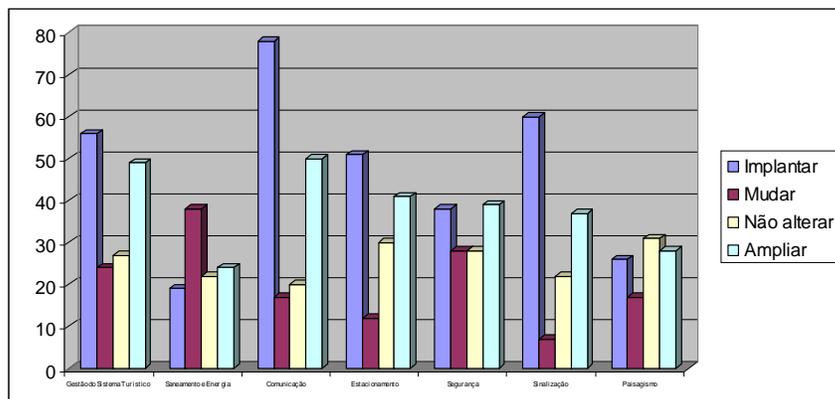


Gráfico 26: Opinião do turista sobre administração e urbanismo

Dados relativos à administração e urbanismo foram abordados neste tópico e as respostas obtidas são evidenciadas no gráfico 26, ao passo que obteve-se informações significativas que permitem identificar as maiores falhas e/ou dificuldades existentes, sob a óptica dos visitantes. No quesito “gestão do sistema turístico”, 33% das pessoas sinalizaram para a necessidade de implantação deste, o que indica que na gestão atual do sistema não é visto como satisfatória. Resultado este corroborado por outras 29% dos entrevistados sugeriram a ampliação do sistema.

Quanto ao saneamento e abastecimento de energia são identificadas como insatisfatórias, ao passo que 39% das pessoas assinalaram o item relativo à ampliação, seguidos de 25% que apontaram a demanda pela implantação. Considerando-se que o fornecimento de energia não costuma sofrer interrupções freqüentes, afere-se que o peso maior para este quesito diz respeito ao saneamento básico, não existente e que se faz necessário tomar providências urgentes, sob pena de comprometimento da qualidade de vida local, além da possibilidade de se inviabilizar o turismo.

Item de fundamental importância apontado pelos visitantes é o relativo à comunicação, haja vista que 49% dos entrevistados assinalaram para a necessidade de implantação, com a ressalva de referirem-se ao sinal de celular, o que seria solucionado com a implantação de antena de alguma operadora. Dos

entrevistados, 29% assinalaram o item “ampliar”, referindo-se principalmente ao oferecimento de mais opções para acesso à internet. É de se ressaltar que esta reivindicação já foi considerada no ano de 2007, mediante a instalação de mais uma *lan house*, atendendo aos visitantes no período do Festival. Na mesma linha, aponta-se a predominância dos itens “implantar” e “ampliar” quando se trata dos quesitos: estacionamento, segurança, sinalização da área urbana e paisagismo, conforme se constata no gráfico 26.

O gráfico 27 evidencia o que pensa o turista em relação às áreas destinadas ao lazer e recreação existentes. Para 50% das pessoas, há necessidade de se implantar áreas para esta finalidade quando se trata de práticas desportivas, enquanto 32% assinalam para a necessidade de ampliação de parques e áreas verdes.

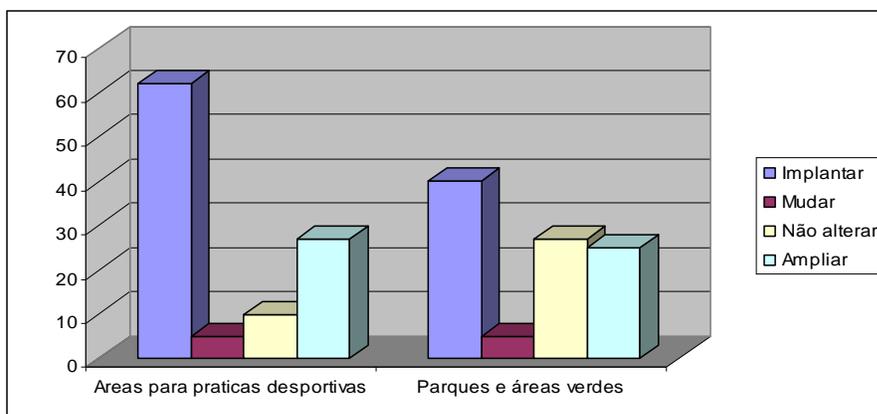


Gráfico 27: Opinião do turista quanto às instalações de lazer e recreação

Já o gráfico 28 reflete a opinião do turista quanto aos “serviços de informação e proteção”, dos quais 36% sinalizaram para a necessidade da implantação de serviços de guias locais. A importância de distribuição de documentação informativa sobre o local e as opções disponíveis foi apontada como desejável por 62% dos respondentes.

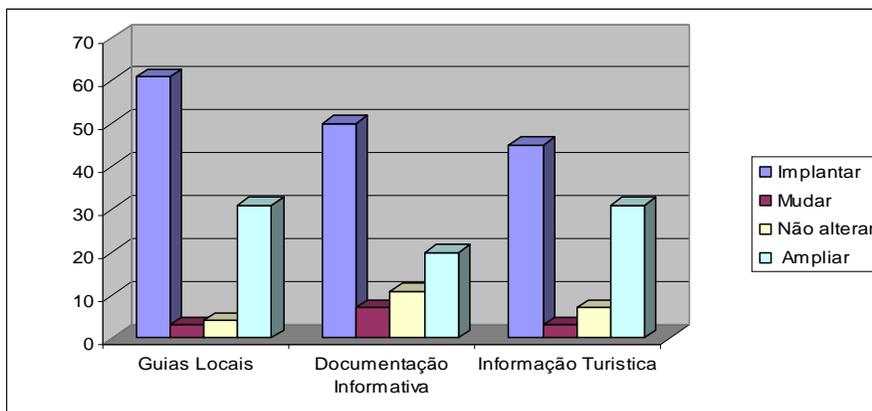


Gráfico 28: Opinião do turista quanto aos Serviços de informação e proteção

No gráfico 29 destacam-se as questões relativas aos equipamentos sociais e serviços auxiliares, com vistas ao atendimento ao turista disponíveis no município, ao que 25% dos respondentes manifestaram pela necessidade de ampliar os serviços de atendimento médico-hospitalar, ao passo que 28% assinalaram que não há necessidade de mudanças neste sentido. Quanto à farmácia, 29% dos respondentes disseram não ser necessário quaisquer alterações, contra 18% que solicitaram a ampliação.

Há ainda uma demanda por opções para lavagem de roupas, uma vez que 40% pessoas falaram da necessidade de oferecimento ou ampliação deste serviço. O serviço de salvamento, realizado pelo Corpo de Bombeiros foi apontado como quase satisfatório, recebendo 21% das respostas pela ampliação, enquanto 14% disseram não ser necessário alterar. Quanto aos sanitários públicos e os serviços de vigilância, foram avaliados como satisfatórios.

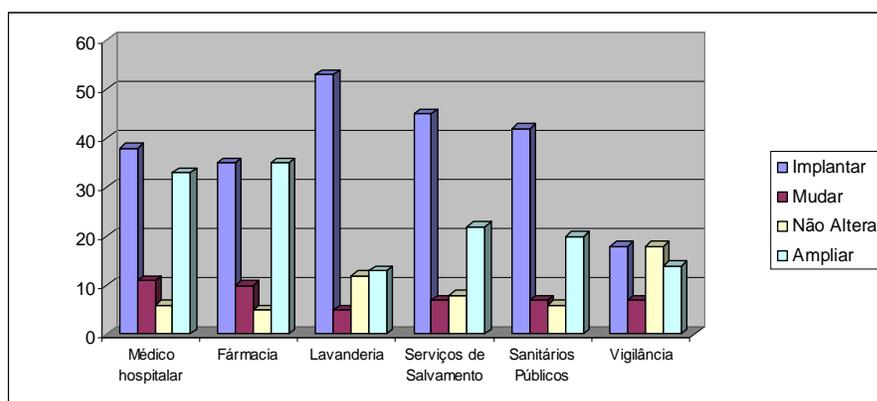


Gráfico 29: Equipamentos sociais e serviços auxiliares

4.3.5 Características sócio-econômicas turista do Festival de Praia

A amostra utilizada é composta por 113 homens e 57 mulheres, correspondendo a 66 e 34%, respectivamente, conforme evidencia o gráfico 30.

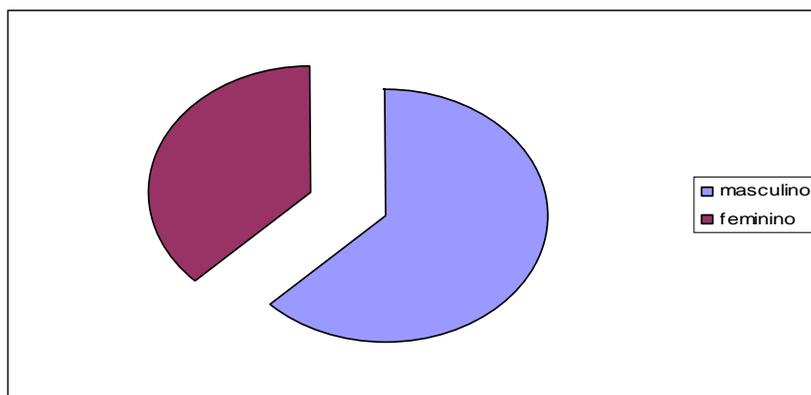


Gráfico 30: Classificação da população flutuante quanto ao sexo

A população flutuante que participa do evento, em sua maioria, está na faixa etária compreendida entre 15 e 44 anos, o que corresponde a 85% do total. Destes, 42% tem entre 15 e 24 anos e 43% entre 25 e 44. O gráfico 31 evidencia estas características.

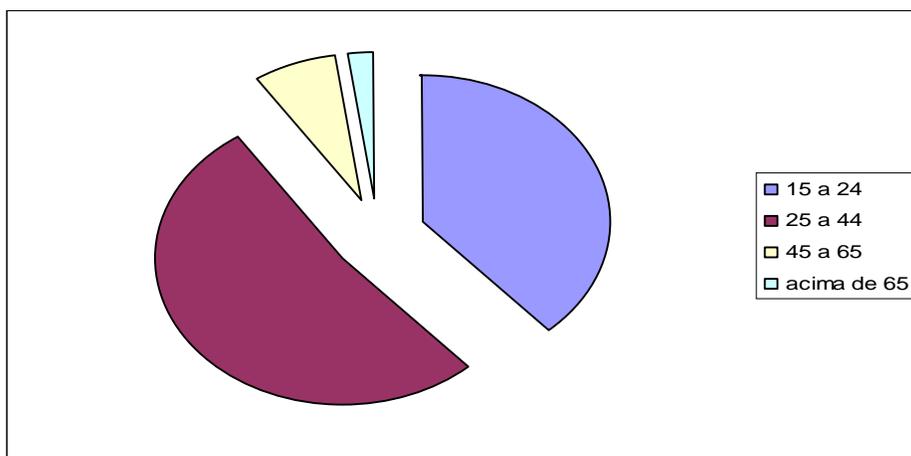


Gráfico 31: Classificação do turista por faixa etária

Compondo o perfil do turista deste evento observa-se que a maioria concluiu ou está cursando o ensino médio, o que corresponde a 60% dos respondentes. Os outros, ou tem o ensino fundamental (19%), ou o ensino superior (20%).

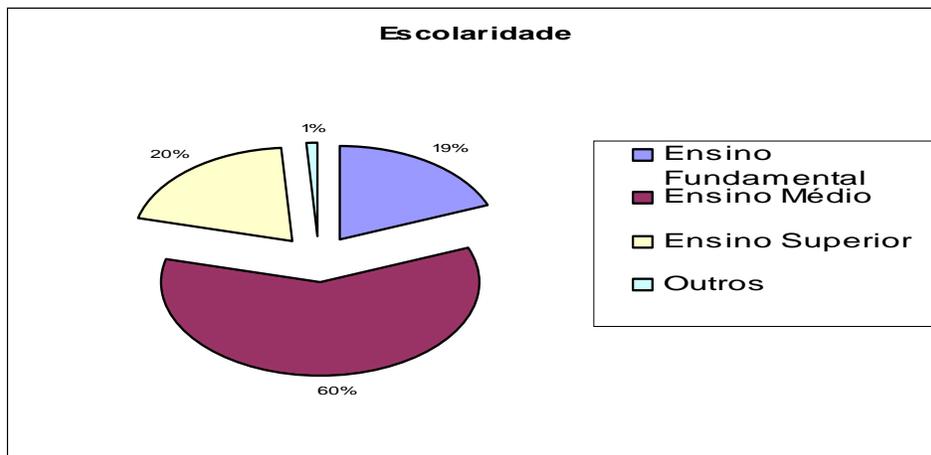


Gráfico 32: Classificação do turista por escolaridade

No que tange à profissão/ocupação do turista, tem-se que 17% deles são profissionais liberais, técnicos ou assemelhados, enquanto 10% declararam-se diretores, gerentes ou proprietários de empresas. O percentual de trabalhadores do comércio que se fizeram presentes no Festival de Praia chegou 23% e a metade dos visitantes desenvolvem outras atividades, com destaque para: representante comercial, autônomo e servidores públicos.

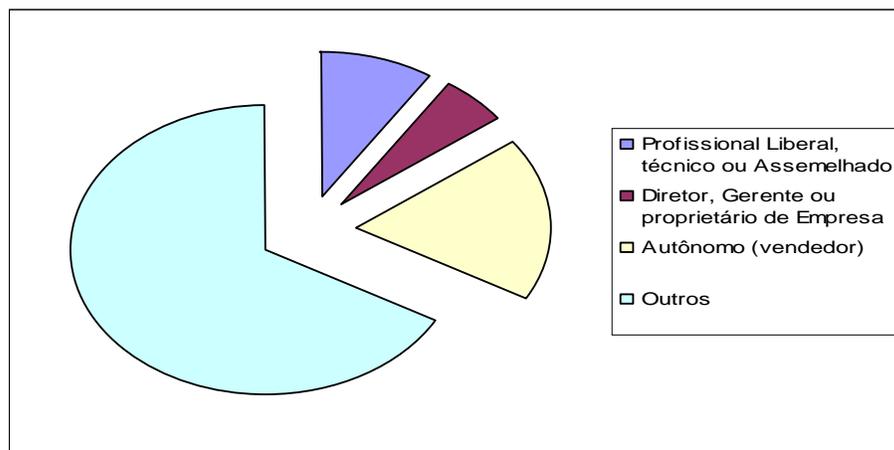


Gráfico 33: Classificação do turista do Festival de Praia quanto à ocupação

4.4 ORIGEM, PERCEPÇÃO E PERFIL DO TURISTA DO CAMPEONATO DE PESCA

No intuito de traçar um perfil do turista que vem em busca de eventos em Pimenteiras do Oeste, procedeu-se igualmente à aplicação do questionário junto

a 82 participantes do Campeonato de Pesca, realizado nos dias 29 e 30 de junho de 2006 para, ao final, termos uma comparação entre dois públicos de eventos distintos.

4.4.1 Da origem, meio de transporte e freqüência de visitas ao município

No Campeonato de Pesca, dos 82 entrevistados predominam os visitantes oriundos de Cerejeiras com 39%, seguidos de 22% dos participantes que são de Vilhena, sendo estes os números mais expressivos. Quanto aos demais, predomina visitantes do Estado de Rondônia, conforme se constata no Gráfico 34.

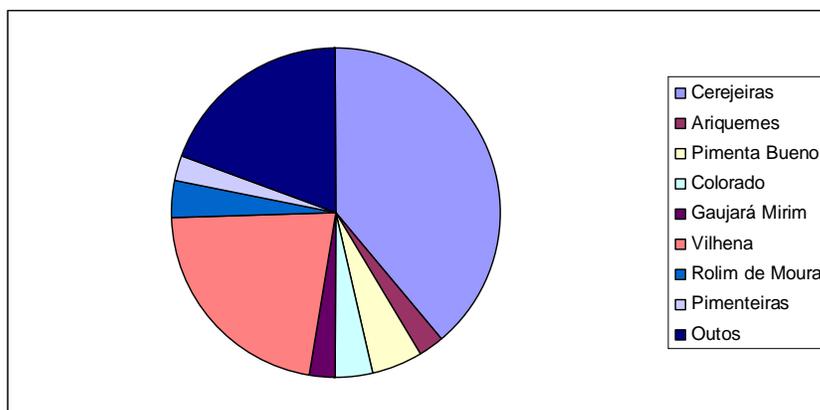


Figura 34: Origem do turista do Campeonato de Pesca

No que tange o meio de transporte predominantemente utilizado, 72% dos entrevistados utiliza-se de carro, seguidos de 12% que tem no ônibus seu meio de transporte.

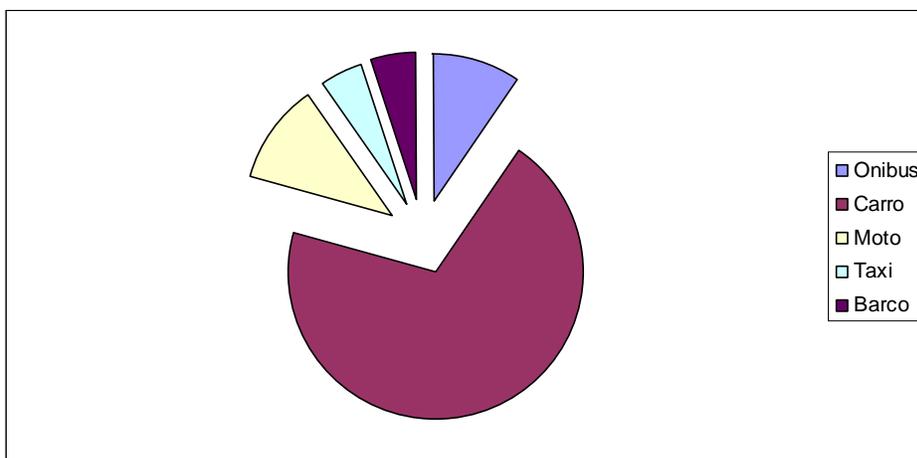


Figura 35: Meio de transporte utilizado pelos turistas

Questionados sobre o número de vezes que já esteve em Pimenteiras do Oeste, incluindo esta visita, 54% dos entrevistados responderam ser mais de dez vezes, o que representa um percentual expressivo, indicando que os atrativos locais são bem recebidos pelos mesmos. Relevante observar ainda que 18% das pessoas estiveram entre três e cinco vezes e 16% entre seis e dez vezes, o que reforça a idéia.

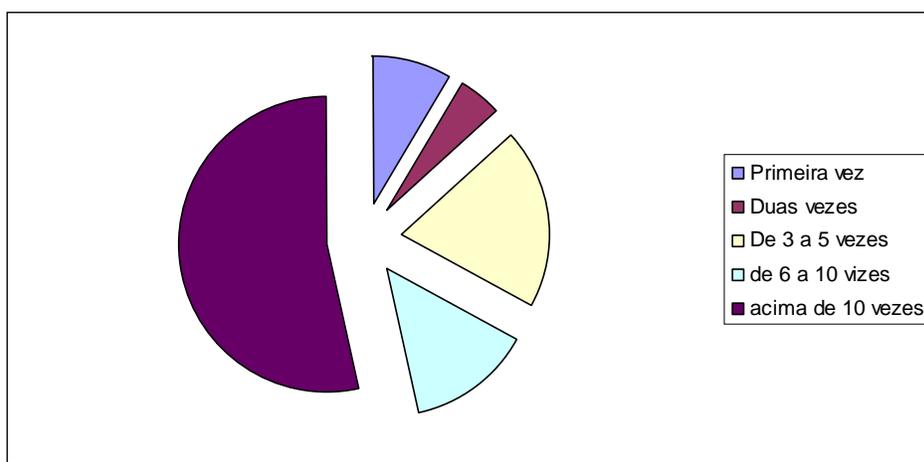


Figura 36: Número de visitas ao município

Em resposta à pergunta relativa aos meses que o turista costuma vir a Pimenteiras, observa-se que o maior fluxo concentra-se nos meses de junho a setembro, conforme estabelecido no gráfico 37.

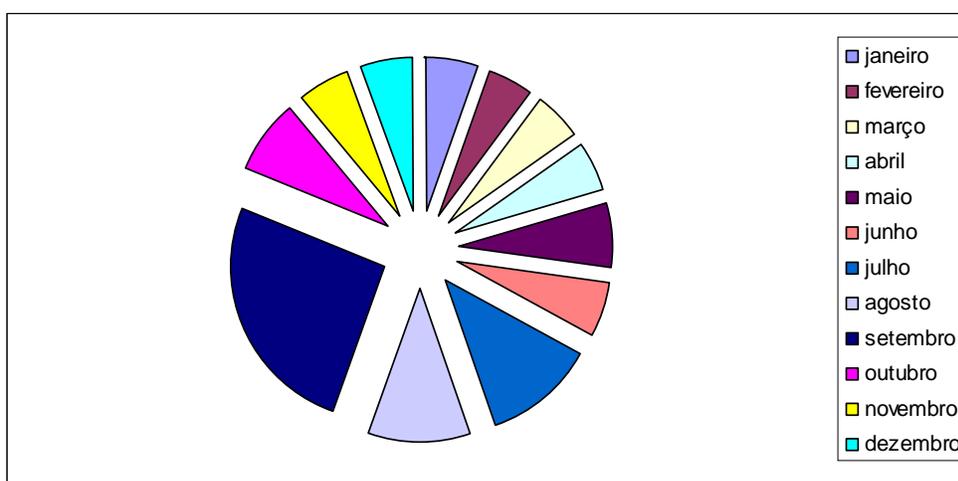


Figura 37: Meses em que visita o município

4.4.2 Da hospedagem, alimentação e gastos do turista

Questionados sobre o meio de hospedagem utilizado, dos respondentes 35% hospedaram-se em hotel, seguidos de 33% que ao responderem “outros” especificaram estar em casa de amigos ou parentes.

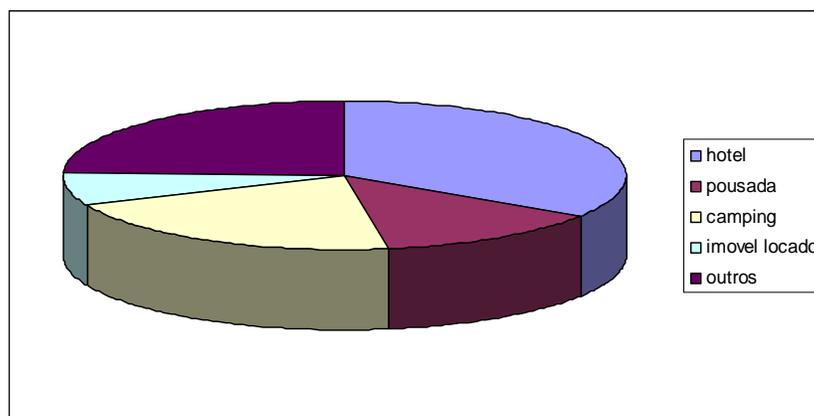


Figura 38: Meio de hospedagem utilizado

As refeições são realizadas em restaurante pela maioria dos visitantes, ou seja, 51% das pessoas, enquanto 29% alimentam-se no próprio local da hospedagem (ressalta-se que a pousada e um hotel servem refeições aos hóspedes).

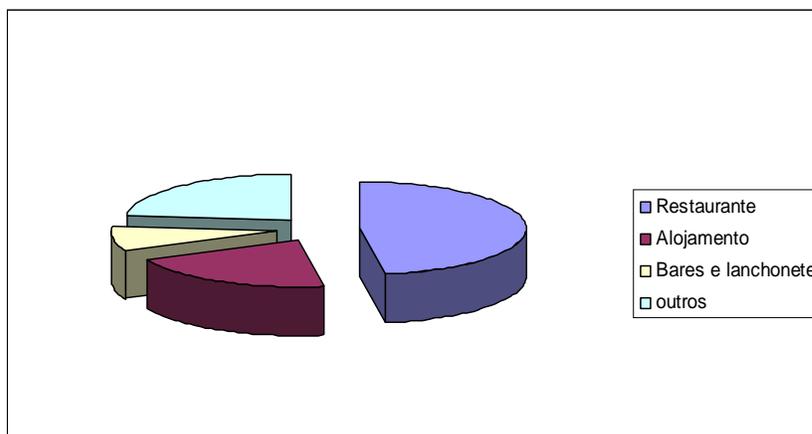


Figura 39: Local das refeições

No que tange aos desembolsos efetuados pelo visitante, tanto relativos ao deslocamento até o município quanto às despesas durante a estadia, os visitantes foram instados a informar, ao que obteve-se os valores apontados na Tabela 3.

Observa-se que a maioria dos participantes do evento teve um gasto em torno de R\$ 300,00, entre transporte e estadia, dado este indicativo de que os participantes do Campeonato de Pesca são oriundos de localidades próximas, caso contrário a despesa tenderia a ser mais elevada, principalmente no quesito transporte.

Tabela 3: Gastos com a viagem e estadia - Campeonato de Pesca

Custo da viagem até Pimenteiras (R\$)	%	Gastos durante estadia em Pimenteiras	%
10,00 a 99,00	67	10,00 a 199,00	55
100,00 a 300,00	28	200,00 a 500,00	45
301,00 a 999,00	05	501,00 a 999,00	-
Acima de 1.500,00	-	Acima de 1.000,00	-

4.4.3 Motivação, atrativos e insatisfações apontados pelo turista

Questionados sobre a motivação para a viagem, 62% dos entrevistados declararam o interesse por lazer e turismo, enquanto 34% revelaram o caráter desportivo do evento como grande atrativo.

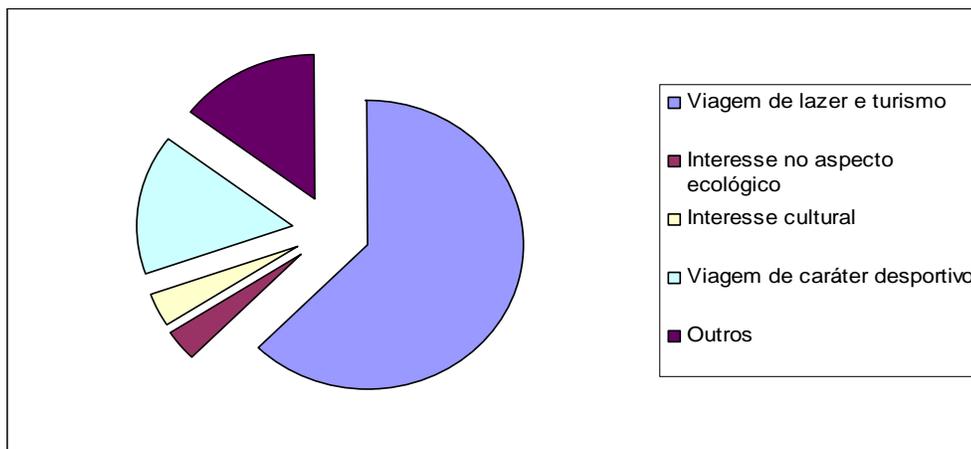


Gráfico 40: Motivo da viagem

Com vistas à identificar o grau de satisfação do turista em relação ao evento e a infra-estrutura em si, foi apresentada a pergunta: “Tem alguma coisa em particular que poderia tornar esta área mais atrativa para você?” As respostas apontam para uma relativa satisfação, haja vista que 39% das pessoas responderam “não” e 61% responderam “sim”, conforme especificado no gráfico 41.

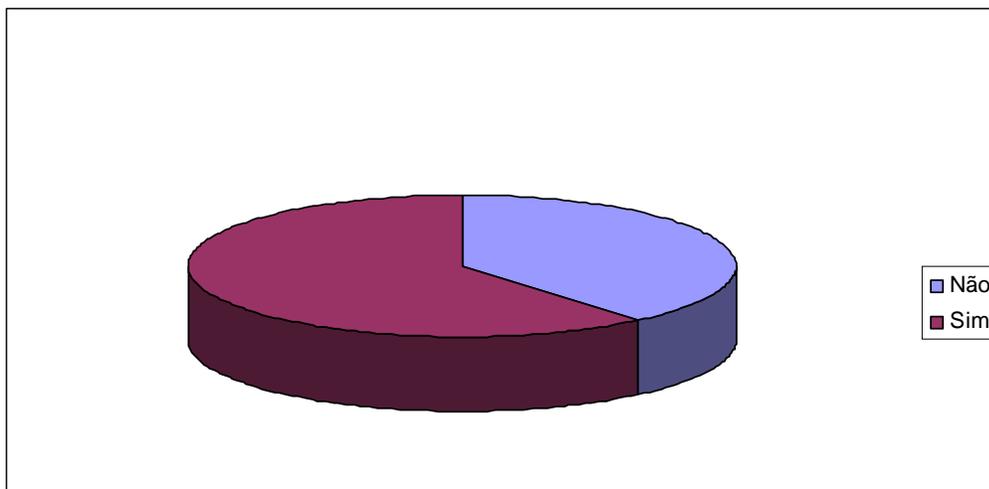


Gráfico 41: Atratividade da área do evento

Nesta linha, ao ser perguntado se “Tem alguma coisa que o desagrada aqui?”, 34% dos respondentes assinalaram “sim” e 66% optaram pelo “não”, o que reforça a resposta dada ao item anterior.

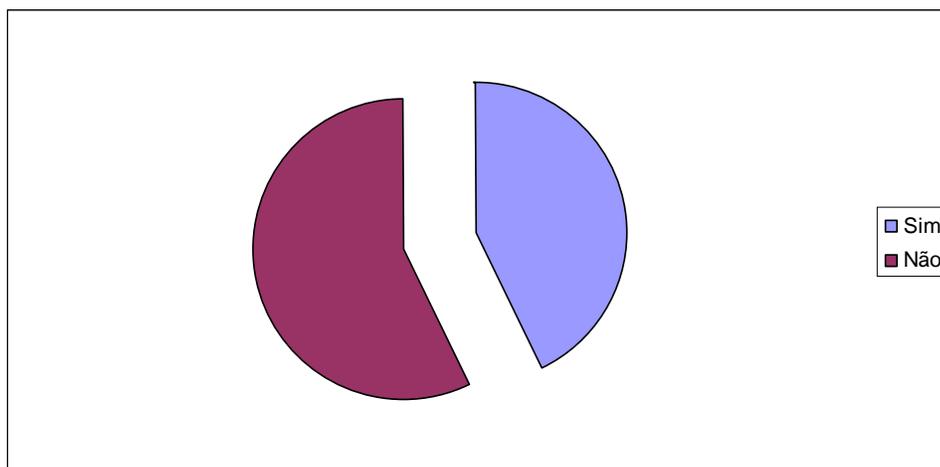


Gráfico 42: Existência de algo que desagrada o turista

4.4.4 Percepção e grau de satisfação do turista em relação à infra-estrutura de apoio

Uma vez que o formulário utilizado durante a pesquisa no Campeonato de Pesca foi o mesmo do Festival de Praia, neste ponto foi solicitado aos entrevistados que emitissem sua opinião a respeito de itens relacionados à infra-estrutura existente no município. Destaca-se a seguir somente as respostas mais representativas da

amostra, sendo que a visualização geral pode ser obtida na análise dos gráficos. No tocante ao Acesso ao município o item “estrada” obteve a maioria das respostas com sugestão de “mudar” e “ampliar”, com 33 e 34 das respostas, respectivamente. O item “sinalização” contou com 43 respostas para “implantar” e 27 para “ampliar”. Quanto aos “meios regulares de transporte” têm-se a resposta de 25 pessoas para “implantar”, enquanto 23 opinaram por “ampliar”.

A predominância pelas ações de “implantar” e “ampliar” manteve-se nas respostas ao item “terminais de transporte”, com 35 e 17 respostas, respectivamente.

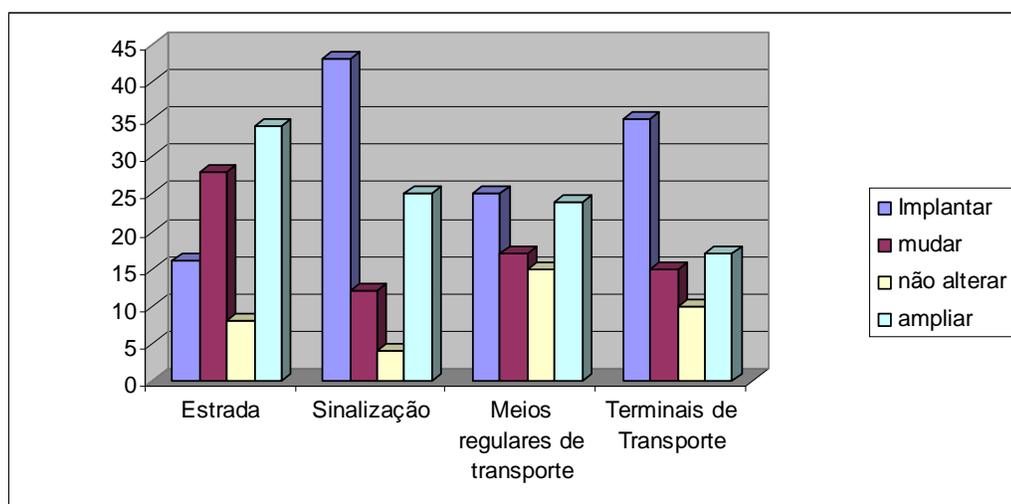


Gráfico 43: Acesso a Pimenteiras

No gráfico 44, observa-se que os itens “implantar” e “ampliar” se fazem presentes também em maioria nas respostas pertinentes a Administração e urbanismo, sendo que no tocante à gestão do sistema turístico foram as opções de 27 e 31 pessoas, pela ordem. Em comunicação manteve-se a ordem, com 37 e 28 respostas, enquanto estacionamento obteve 37 respostas para a primeira e 21 para a segunda. Em relação à sinalização 34 respondentes manifestaram a necessidade de “implantar” e 21 por “ampliar”. Em saneamento e energia registrou-se uma pequena alteração nas respostas, uma vez que 20 pessoas disseram “não ser necessário alterar” nada e, para 23 pessoas se faz necessário “ampliar”. Esta ordem de sugestões se repete no quesito segurança, o qual para 24 pessoas não é necessário alterar e para 22 demanda ampliação.

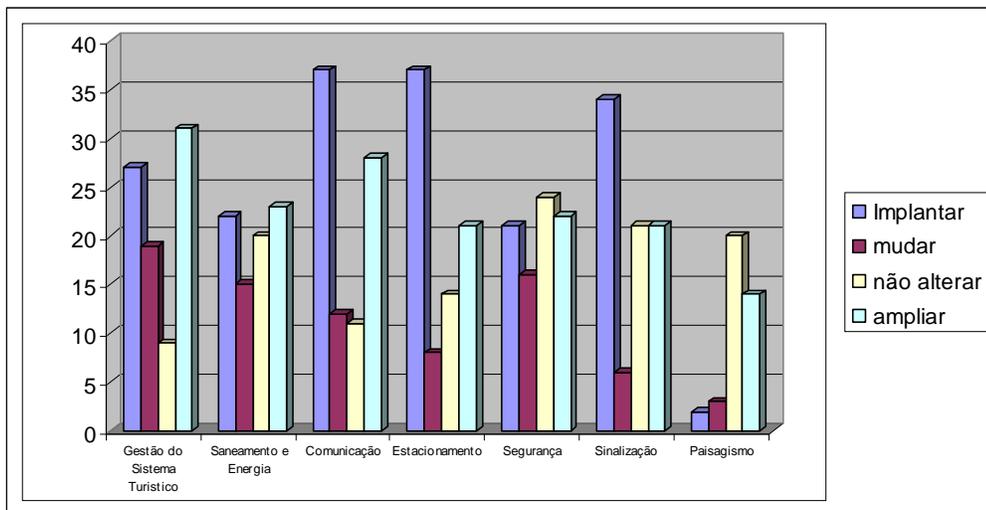


Gráfico 44: Administração e urbanismo

Por tratar-se de evento direcionado ao lazer e recreação, dentre as perguntas apresentadas uma diz respeito às instalações de lazer e recreação, ao que 50 pessoas acenaram para a importância de se implantar áreas para práticas desportivas enquanto 38 assinalaram a necessidade de implantação de parques e demais áreas verdes. A este item a maior referência se faz a ausência de opções de lazer e recreação para as crianças, haja vista muitos dos participantes viajarem com a família.

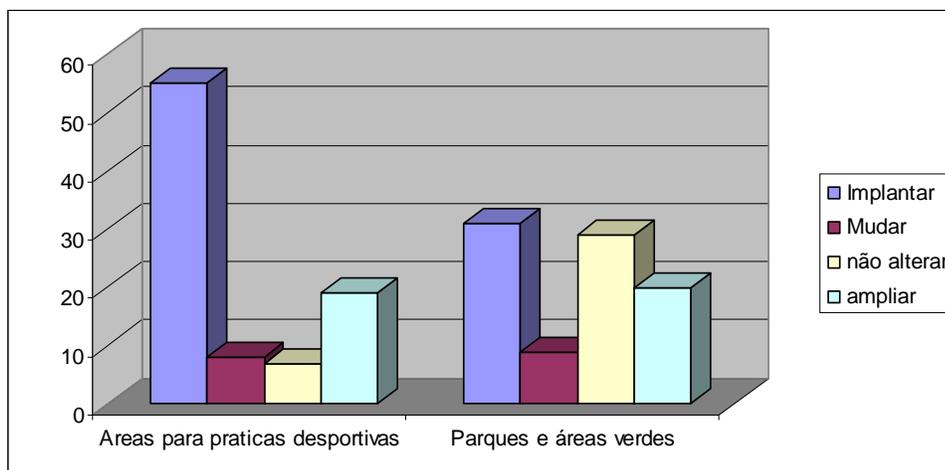


Gráfico 45: Instalações de lazer e recreação

Quanto aos serviços de informação e proteção, 22 pessoas acenaram para a necessidade de implantação de sistemas de guias locais, enquanto para 44 se faz necessária a distribuição de documentação informativa para os turistas

e para 46 há certa carência de informações verbais ao turista, por meio de pessoas capacitadas para tal, principalmente como forma de se promover a proteção à fauna e flora locais, uma vez que a informação é imperiosa para esta finalidade.

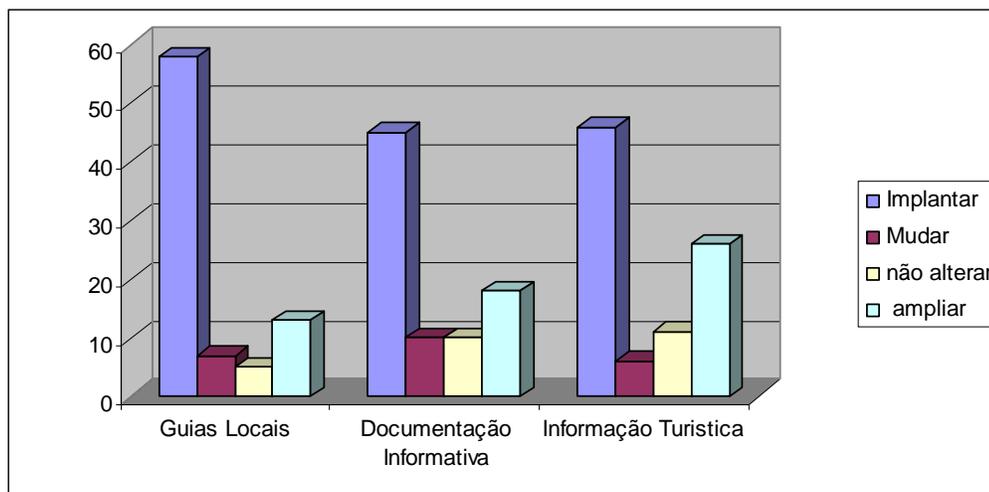


Gráfico 46: Serviços de informação e proteção

Os entrevistados mostraram-se insatisfeitos ainda em relação aos equipamentos sociais e serviços auxiliares oferecidos, ao passo que para 38 pessoas se faz necessário implantar serviço médico hospitalar e para 30 os mesmos precisam ser ampliados. Os percentuais mais elevados para estes mesmos itens (implantar e ampliar) se fazem presentes também no que tange os serviços de farmácia, lavanderia, salvamento, sanitários públicos e vigilância.

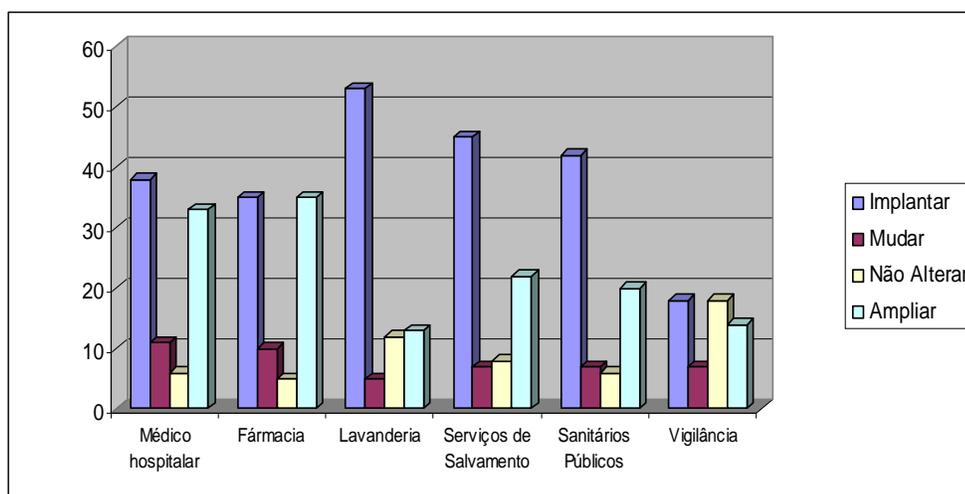


Gráfico 47: Equipamentos e serviços auxiliares

4.4.5 Características sócio-econômicas do turista

Neste tópico busca-se caracterizar o turista interessado em eventos como o Campeonato de Pesca. Afere-se que é composto em 71% de homens e 29% de mulheres, conforme evidenciado no Gráfico 48

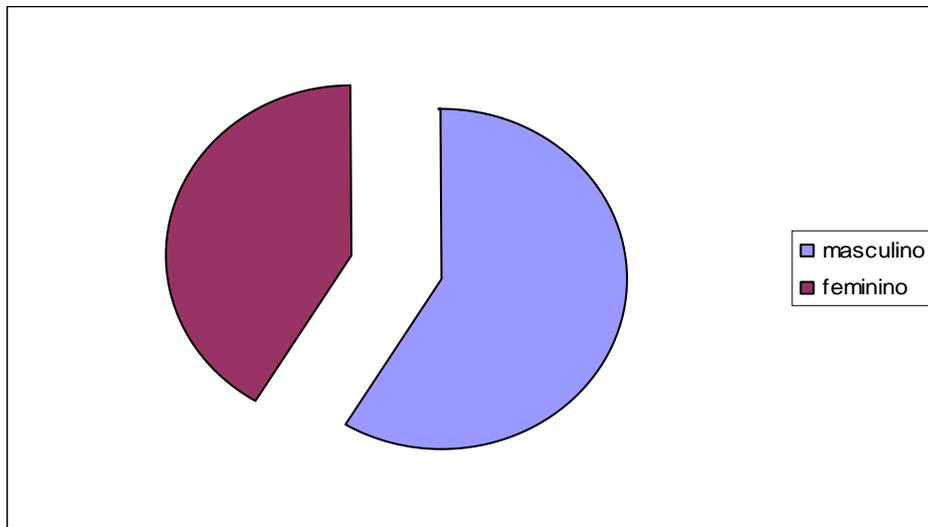


Gráfico 48: Classificação do turista quanto ao sexo

A faixa etária predominante, a exemplo da identificada no Festival de Praia, de 15 a 44 anos, sendo que para a faixa de 15 a 24 têm-se 44% das respostas e na compreendida entre 25 e 44 enquadram-se 47% respondentes.

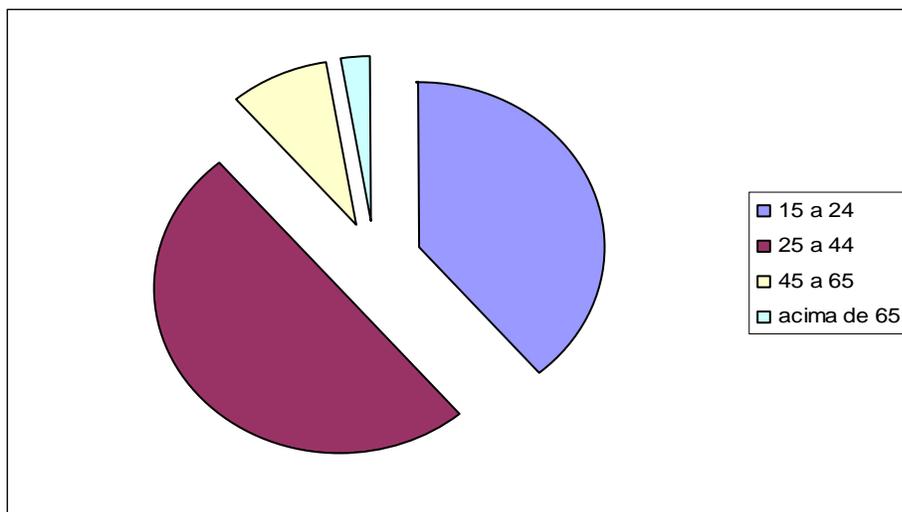


Gráfico 49: Classificação do turista quanto à faixa etária

O item escolaridade também foi incluído na caracterização dos visitantes deste período, ao que se obteve que a maioria concluiu ou está cursando o ensino médio, o que corresponde a 51%. Os demais percentuais são evidenciados no Gráfico 50.

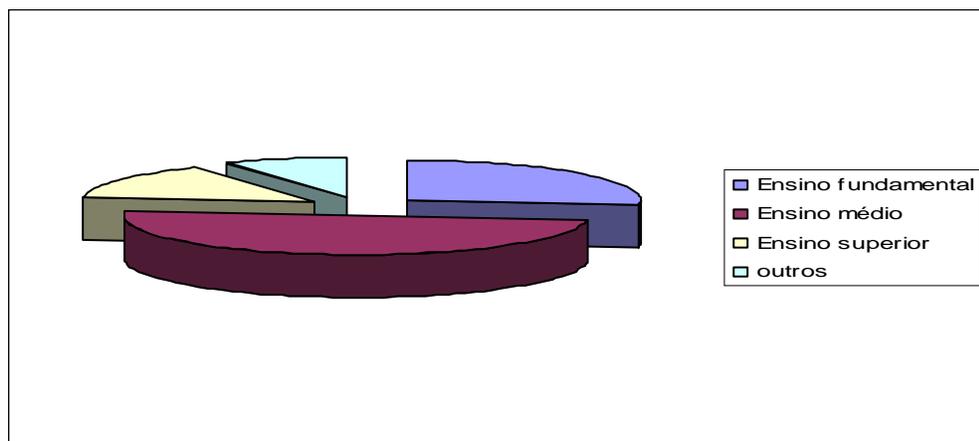


Gráfico 50: Classificação dos turistas quanto à escolaridade

Finalizando, o Gráfico 51 apresenta as respostas quanto à ocupação principal dos visitantes, ao que 21% responderam ser comerciários, 13% profissionais liberais, técnicos ou assemelhados e 7% pessoas apresentaram-se como diretores, gerentes ou proprietários de empresas. Observa-se que um número bem expressivo de pessoas (58%) informou exercer outras atividades, com destaque para os servidores públicos e professores de instituições privadas.

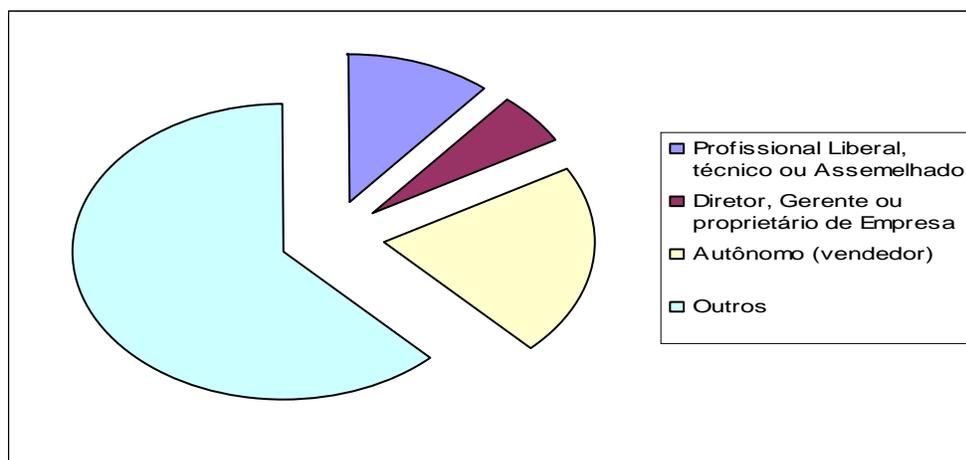


Gráfico 51: Ocupação principal do turista

4.4.6 Considerações finais concernentes ao turista presente nos dois eventos

A pesquisa realizada junto à população flutuante, assim entendida aquela presente no município durante a realização do “Festival de Praia” e do “Campeonato de Pesca”, por estes eventos congregarem o número mais representativo de turistas em Pimenteiras do Oeste, possibilita identificar algumas características predominantes do referido turista, sendo que o perfil do participante dos dois eventos analisados é semelhante, além de os mesmos terem idéias e percepções parecidas quanto às condições locais de Pimenteiras do Oeste em relação à atividade turística, conforme pode-se observar nas constatações a seguir:

- a) A maior parte é oriunda do município vizinho, Cerejeiras. Além destes, há participantes provenientes de outros doze municípios de Rondônia nos eventos, assim como de alguns municípios do Mato Grosso, ainda que timidamente. Isto demonstra que a divulgação dos eventos pode não estar sendo satisfatória haja vista a pouca expressividade destes números em relação aos municípios de Cerejeiras, que corresponde a 37% no Festival de Praia e 39% no Campeonato de Pesca;
- b) Quanto ao meio de transporte utilizado, em ambos os casos predominam os automóveis;
- c) Em relação à frequência de visitas ao município, nos dois públicos pesquisados constata-se já terem estado em Pimenteiras do Oeste por mais de dez vezes, o que ocorre com maior frequência entre os meses de junho e setembro, em ambos os casos;
- d) O turista de Pimenteiras do Oeste utiliza-se com maior frequência do *camping* como forma de hospedagem. Isto se deve, além da própria natureza dos eventos, pela ausência de opções de hospedagem no município;
- e) O turista alimenta-se basicamente em barracas, no Festival de Praia, e em Restaurante, durante o Campeonato de Pesca. É de ressaltar a falta de opções de estabelecimentos do ramo gastronômico no município, fato este apontado como negativo pelos representantes do universo pesquisado;

f) No tocante aos gastos do turista, com deslocamento o participante do Festival de Praia gasta em média R\$ 100,00 e os gastos durante a estadia ficam entre R\$ 200,00 e R\$ 500,00. No Campeonato de Pesca estes valores correspondem a R\$ 100,00 com o deslocamento e cerca de R\$ 200,00 com a estadia;

g) A motivação principal para estarem no município foi apontada como sendo a busca de lazer e turismo pela maioria dos participantes dos dois eventos, ao que responderam também estarem satisfeitos com os atrativos oferecidos e a maioria não identificou itens que os desagradam com maior veemência;

h) Itens como as condições de acesso ao município; administração e urbanismo; instalações de lazer e recreação; serviços de informação e proteção e os equipamentos e serviços auxiliares existentes, observa-se que em ambos os casos são apontadas as mesmas necessidades, conforme especificado anteriormente;

i) Por fim, o perfil do visitante dos dois eventos é basicamente o mesmo. O público é composto em sua maioria por homens da faixa etária entre 15 e 44 anos e com ensino médio. No tocante à ocupação destes, no Festival de Praia 23% são trabalhadores do comércio, seguido de 17% de profissionais liberais. No Campeonato de Pesca predomina igualmente os trabalhadores do comércio, com 21% da amostra, enquanto os profissionais liberais representam 13% do total.

5 PROPOSTA ALTERNATIVA DE AÇÃO

Percebe-se uma boa aceitação por parte da população local ao desenvolvimento da atividade turística, sem, no entanto, haver definição clara por parte desta quanto às possibilidades de exploração racional dos recursos naturais por meio do ecoturismo propriamente dito. O que se constata é uma pré-disposição dos atores locais à manutenção do turismo de eventos, por constituir uma forma de atrair um número expressivo de visitantes sem a necessidade de maiores investimentos. Tal turismo resulta em um público que absorve, por exemplo, gêneros alimentícios e bebidas, ainda que por um curto espaço de tempo, representando uma injeção de recursos na economia local.

Entretanto, considerando-se que o município tem a pesca de subsistência e o turismo como principais atividades há longa data, e que a legislação recente impõe limitações à atividade pesqueira na região onde o município está inserido, é desejável que o turismo passe a receber uma atenção maior, quer por parte do poder público municipal, estadual ou federal e da iniciativa privada, ao passo que fomentar a atividade deve ser o objetivo maior em quaisquer ações e parcerias que venham a ser firmadas com vistas a promover o incremento do emprego e da renda na região, que apresenta um ecossistema rico e diversificado.

Isto fica evidente se considerarmos as potencialidades apresentadas pela exuberância do Rio Guaporé, a diversidade biológica do Parque Estadual Corumbiara e seu entorno, ou pela proximidade do Parque Nacional Noel Kempff Mercado com suas cachoeiras e biodiversidade, no lado boliviano. Pimenteiras do Oeste, que tem como limite natural com a República Federal da Bolívia o Rio Guaporé, do lado brasileiro e o Rio Iténez, do lado boliviano, constitui-se em local estratégico para acesso aos atrativos do Parque, considerado Patrimônio Natural da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas (UNESCO).

Porém, as visitas são ainda restritas por este acesso, limitando-se a ocasiões de visitas oficiais ou de exploração científica, mediante autorização prévia, haja vista que a legislação da Bolívia impede a exploração direta do turismo por agências brasileiras e, conseqüentemente, impede que grupos de visitantes, ainda que pequenos, adentrem o Parque sem autorização e o acompanhamento de guia turístico boliviano. Ou seja, toda excursão programada para a área demanda a contratação de

pacote junto a alguma agência de viagens da Bolívia, o que inviabiliza sobremaneira as viagens, até pela burocracia existente.

Neste quesito, segundo informações obtidas junto à diretoria do Departamento de Turismo e Meio Ambiente de Pimenteiras, na pessoa do Sr. Rubert Estenssoro Ronssendy, e juntamente com o Sr. Fernando Becerra, guarda do Parque Noel Kempff Mercado, observa-se que estão sendo envidados esforços no sentido de viabilizar parcerias entre os dois países, de forma a possibilitar que o acesso seja mais fácil e menos oneroso, o que pode culminar por atrair uma gama maior de turistas interessados nos encantos do parque, mas que, para ali chegar, passarão necessariamente por Pimenteiras do Oeste e ali poderão consumir alimentos, hospedar-se e/ou adquirir *souvenirs* produzidos por artesãos locais, além da possibilidade de contratação de guias turísticos e roteiros no município.

Apesar de toda uma gama de fatores positivos à atividade que evidenciam sua viabilidade, destaca-se a baixa capacidade do município em atrair investimentos voltados ao ecoturismo, o que compromete sobremaneira as condições e qualidade de vida no município, altamente dependente de repasses do Estado e da Federação para a manutenção de sua estrutura, conforme evidenciado no Capítulo 3.

As ações voltadas ao incentivo do turismo em Pimenteiras do Oeste concentram-se no turismo de eventos, considerado pelos atores locais como um importante segmento gerador de divisas, ainda que de maneira sazonal.

Na prática, observa-se que os resultados de tais eventos não têm sido muito satisfatórios, principalmente para o comércio local, haja vista que a concentração de barracas na areia da praia faz com que os turistas ali permaneçam não consumindo nos estabelecimentos comerciais legalmente constituídos. Ainda, grande parte dos membros da associação de feirantes, responsáveis pelas barracas montadas nos eventos adquire os produtos que comercializa em outros municípios, principalmente em Cerejeiras, o que faz com que não haja um incremento real na renda local, em um primeiro momento.

Trata-se de um ciclo vicioso, para o qual nos propomos a apresentar alternativas de ações com vistas a subsidiar futuras discussões e conseqüentemente a adoção de políticas públicas condizentes com a realidade vivenciada em Pimenteiras do Oeste e que possam alavancar o ecoturismo e fortalecer o turismo de eventos, tradicionalmente desenvolvido.

Considerando-se que o turismo de eventos é uma realidade no município, e que este é passível de ser praticado paralelamente ao ecoturismo, a proposta reside em incentivar uma forma de “Rede Estratégica” de ação com vistas ao desenvolvimento do ecoturismo e a conservação dos recursos naturais, cuja identificação proposta é: “Rede de Ecoturismo e Conservação de Pimenteiras do Oeste”. As atividades tendem inclusive a impulsionar a expansão dos eventos já realizados, uma vez que as atrações do ecoturismo podem ser ofertadas inclusive aos participantes dos eventos e vice-versa, propiciando ganhos mútuos aos envolvidos.

Ainda, faz-se necessário, inicialmente, entender a importância da formação de redes, do estabelecimento de parcerias ou de alianças estratégicas como alternativas de ações em prol do fortalecimento do segmento turístico de maneira sustentável. Uma vez identificadas as potencialidades, perspectivas e os obstáculos existentes, buscou-se apresentar um modelo de ação passível de ser implementado e que possibilite o envolvimento da população local.

Tal envolvimento é imprescindível para que a comunidade desperte para a importância do desenvolvimento da atividade de maneira sustentável. Isto pode ser possível com a formação de uma rede estratégica de ação cujos componentes tendem a participar no intuito de se fortalecerem, alavancando o desenvolvimento do ecoturismo de maneira sustentável. Referida proposta baseia-se nos preceitos apresentados por autores constantes do referencial teórico do presente estudo, com destaque para Amato Neto (2000), Iglioni (2001), Penna (2001), Santini et al. (1995), Valarelli (1999), dentre outros.

5.1 RECONHECIMENTO DO CAMPO DE POTENCIAL

Ao discorrer sobre o “campo de potencial”, Zalenski (2000) argumenta que este decorre do modo que cada comunidade em particular definirá seus próprios pontos fortes: por meio de associações, de escolas técnicas, entidades de apoio e outros. Diversas experiências registradas em literatura específica apontam para a pertinência da formação de redes como forma de solucionar problemas comuns entre os envolvidos nos mais diversos ramos de atividade.

Uma vez que a idéia comum nas regiões que alimentam a formação de redes estratégias é a de que, tendo-se por meta aproveitar oportunidades ou

solucionar problemas, as pessoas tendem a envolver várias entidades do “campo potencial” para cooperarem na realização desse objetivo. Como em qualquer outro segmento ou região, o início pode ser difícil, mas, uma vez constatadas as primeiras experiências de sucesso, os membros da comunidade entendem ser este um modo prático e natural de resolver problemas comuns fortalecendo-se mutuamente.

5.2 PROBLEMAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Os problemas ou obstáculos ao desenvolvimento da atividade turística apontados no Capítulo 4, mediante a opinião de dois públicos distintos: a população residente e os turistas. Foi possível a constatação *in loco* de alguns dos problemas pontuados, durante observação e conversas mantidas com representantes de diversos segmentos da sociedade ao longo de cinco estadias no município. Além dos problemas locais identificados na pesquisa de campo, cumpre destacar itens como a:

- a) Falta de capacitação da população local em gestão, *marketing* e negócios turísticos;
- b) Falta de conhecimento do governo local sobre a gestão de recursos naturais sustentáveis e políticas sobre o envolvimento comunitário em turismo;
- c) Insuficiência de incentivos fiscais e financeiros para o fomento da atividade;
- d) Insuficiência de infra-estrutura de hospedagem e alimentação;
- e) Desconhecimento do potencial ecoturístico do município;
- f) Insuficiência de divulgação dos atrativos naturais e dos eventos realizados;
- g) Ausência de um Plano de Manejo aprovado que possibilite a exploração racional e sustentável do Parque Estadual Corumbiara;
- h) Baixa capacidade de atrair investimentos.

Uma vez identificados os problemas, parte-se para a propositura de soluções viáveis, dentre as quais contempla-se:

- a) Identificação das habilidades locais e individuais e treinamentos de gestão e prestação de serviços ecoturísticos. Os treinamentos podem ser viabilizados

mediante parceria com entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e outros;

- b) Realização de seminários e *workshops* para tomadores de decisão sobre gestão de ecoturismo e manejo sustentável dos recursos naturais. Estas atividades podem ser viabilizadas inclusive por meio de parcerias com agências governamentais e principalmente com universidades, que podem contribuir sobremaneira para com o desenvolvimento da atividade;
- c) Estabelecimento de parcerias com universidades e outras instituições no intuito de viabilizar a elaboração de projetos;
- d) Investimentos em divulgação das opções oferecidas no município, com vistas a atrair um número maior de visitantes. Também neste quesito a parceria com universidades é salutar.

5.3 PARCERIAS: caminho para o desenvolvimento e a sustentabilidade

Em época de globalização, para se tornar ou manter-se competitivo é necessário “reforçar o local”. Significa que as particularidades locais precisam ser potencializadas e divulgadas, como forma de promover o local ou a atividade em foco. Isto se dá inclusive com o fortalecimento de laços de solidariedade criados pela proximidade. De acordo com Pomier (2001), trata-se de um imperativo econômico e social.

Destaca-se que um projeto de estruturação setorial com esta finalidade visa promover formas de engajamento dos agentes locais em “áreas de projetos”, que nada mais são do que pequenas regiões que, não necessariamente correspondem a espaços administrativos e que escondem riquezas que consistem em seus próprios habitantes, se eles souberem se organizar, mais do que em seus recursos físicos e naturais. Neste caso, as próprias residências podem destinar-se a hospedagem, desde que haja uma canalização de esforços neste sentido. A proposta a seguir apresentada tem como aspectos sustentáveis a promoção de atividades com vistas a impulsionar as atividades turísticas no Município e que visem:

- a) **Contribuição para a conservação de áreas naturais:** o desenvolvimento de atrativos ecoturísticos visa conservar o meio ambiente natural de Pimenteiras

do Oeste e região circunvizinha onde o ecoturismo venha a ser praticado. As caminhadas nas florestas criam valor econômico em função do interesse de turistas pelas espécies da fauna e flora locais;

- b) **Benefícios econômicos gerados pelo projeto para organizações, autoridades ou comunidades que administram áreas naturais com o objetivo de conservação:** desde que organizadas por membros da comunidade e devidamente conservadas, as trilhas e passarelas estarão aptas a receber dos turistas taxas de ingressos para as caminhadas na floresta, os passeios pela copa das árvores ou ainda pelas regiões alagadiças. A renda pode ser periodicamente dividida entre os membros do grupo que a administra. Além disto, os membros envolvidos nas atividades podem ter uma renda extra mediante a venda de artesanato produzido na própria comunidade. As autoridades, por sua vez, passam a receber impostos e renda regional, enquanto os benefícios do setor privado são provenientes dos serviços de hospedagem, da gastronomia e do transporte.

- c) **Participação e benefícios comunitários:** no modelo proposto a comunidade local recebe os lucros provenientes da condução de grupos, dos ingressos para os atrativos, dos transportes por eles realizados, da alimentação e hospedagem de turistas em suas casas e chalés, uma vez que é desejável que se organizem para tal.

- d) **Educação e interpretação:** baseado no conhecimento local, placas interpretativas e normativas deverão ser instaladas nos pontos de interesse do município. Reforçando a idéia do envolvimento da comunidade nas ações em prol da conservação ambiental, a visão dos moradores sobre a gestão dos recursos naturais deve ser inserida nos impressos para visitantes;

- e) **Práticas ambientais intrínsecas às atividades:** deve-se primar pela manutenção das condições naturais existentes na localidade e, para as áreas já degradadas, ações mitigadoras devem ser implementadas, de forma que os danos não perpetuem. As caminhadas, por exemplo, devem ser praticadas utilizando-se as trilhas já existentes, tradicionalmente utilizadas pelos

moradores locais para extrair produtos da floresta, quando existentes. Da mesma forma, o artesanato deve ser feito com base na reciclagem de madeira encontrada flutuando nos rios ou caídas na floresta.

5.4 AÇÃO PROPOSTA: FORMAÇÃO DA “REDE DE ECOTURISMO COMUNITÁRIO E CONSERVAÇÃO DE PIMENTEIRAS DO OESTE”

A presente proposta de desenvolvimento ecoturístico por meio de rede estratégica contempla o envolvimento de grupos da comunidade local, do setor privado, do poder público municipal, de agências governamentais relacionadas, de organizações não governamentais (ONG's) locais e de universidades. Suas ações devem contemplar ações voltadas à administração comunitária, o *marketing* do produto turístico e sua promoção, a capacitação dos investidores e da mão-de-obra local, e a revisão de diretrizes.

A rede estratégica proposta têm a função de oferecer oportunidades à comunidade e aos tomadores de decisão, bem como de capacitar os envolvidos para administrar o desenvolvimento do ecoturismo de maneira sustentável, aliando-o à realização do turismo de eventos, enquanto o governo tem a função de estabelecer diretrizes e viabilizar o acesso a recursos com vistas ao fomento das atividades. Isto posto, a proposta tem como objetivos e estratégias:

- I. Minimizar a degradação da biodiversidade e do *habitat*, impulsionando a geração de emprego e renda;
- II. Desenvolver atrativos turísticos administrados por grupos da comunidade local, com destaque para: trilhas para caminhada em florestas e passarelas em áreas alagadas, tanto em propriedades onde a floresta está preservada quanto no Parque Estadual Corumbiara, tão logo seja possível o manejo sustentável de sua área; infra-estrutura para exploração do arborismo; promover a produção de artesanato;
- III. Otimizar a geração de renda dos negócios ecoturísticos que beneficiam a comunidade;
- IV. Instituir um fundo para restauração ambiental;

- V. Conduzir programas de capacitação sobre aspectos técnicos e gerenciais de negócios turísticos para operadores locais e membros da “Rede de Ecoturismo e Conservação de Pimenteiras do Oeste”;
- VI. Promover o ecoturismo para aumentar o mercado, atraindo investimentos;
- VII. Incentivar a cooperação entre os moradores locais, empreendedores e governo.

Na seqüência, apresenta-se uma proposta de ações propostas a serem desenvolvidas no intuito de viabilizar a implementação da “Rede de Ecoturismo e Conservação de Pimenteiras do Oeste”, a qual contempla a realização de oito etapas, conforme segue:

1ª Etapa: **SENSIBILIZAÇÃO INICIAL E APRESENTAÇÃO DA IDÉIA DE REDE ESTRATÉGICA:** esta primeira fase envolve a apresentação por meio de palestras ou reuniões informais com representantes de diversos segmentos da sociedade, em especial com aqueles que desenvolvem atividades turísticas e que tem interesse no fortalecimento das mesmas. Mediante o estabelecimento de uma agenda, deve-se levar ao conhecimento do maior número possível de interessados, para que os mesmos possam entender os objetivos e funcionamento da Rede e a perspectiva de resultados da mesma. Assim como nas demais etapas, nesta fase a participação do poder público é imprescindível.

2ª Etapa: **VALIDAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO:** considerando-se que na etapa de levantamento de dados e pesquisa de campo as informações foram obtidas por meio de documentos, entrevistas com membros da comunidade e do poder público, empresários, além da aplicação de questionários e visitas a propriedades e estabelecimentos voltados para o ecoturismo, quando da apresentação da idéia pode-se validar aos resultados obtidos, ao passo que os participantes e componentes potenciais da “Rede de Ecoturismo e Conservação de Pimenteiras do Oeste” tomarão conhecimento das ações individuais desenvolvidas e que possa contribuir para o desenvolvimento do setor. Essa troca de informações por si só contribui para quebrar a idéia de competição e reforçar a de cooperação. Ainda nesta fase, serão cadastrados os atores interessados a integrar a Rede, os quais passarão a ter um acompanhamento para orientação e verificação das

mudanças efetivadas, como forma de alimentar o sistema de controle da Rede e subsidiar o estabelecimento de diretrizes.

3ª Etapa: **ELABORAÇÃO DE UMA PAUTA DE AÇÕES:** após verificação do número inicial de envolvidos na atividade turística do Município deverá ser elaborada uma pauta de ações plausíveis de serem efetivadas de imediato, definindo-se pessoas ou órgãos a serem contactados para fomentar a ação. Nesta fase a participação de representantes de classes organizadas da sociedade civil, como associações, sindicatos e ONG's é importante, como forma de inseri-los ativamente no processo, sendo componentes potenciais da Rede.

4ª. Etapa: **IDENTIFICAÇÃO DE INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS E LINHAS DE CRÉDITO DISPONÍVEIS PARA O FOMENTO DAS ATIVIDADES:** objetiva identificar políticas públicas de incentivo e fomento ao turismo, em especial ao ecoturismo e ao turismo de eventos, bem como as linhas de crédito disponíveis e que possam viabilizar a implantação de novos projetos ou a expansão dos existentes. Faz parte desta ação também a busca de apoio inclusive do Poder Legislativo das três esferas, o qual pode viabilizar por exemplo, emendas ao orçamento para fomentar a atividade no município.

5ª. Etapa: **DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS E VIABILIZAÇÃO DE RECURSOS:** nesta etapa os participantes da rede deverão ter adquirido conhecimento sob o seguimento e suas potencialidades para então delimitarem as áreas prioritárias de ação, as quais serão inicialmente contempladas com a elaboração de projetos de viabilidade econômica para implantação ou ampliação das atividades.

6ª. Etapa: **CAPACITAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA O SETOR:** consiste no oferecimento de cursos que visem capacitar os membros da Rede e possíveis funcionários de estabelecimentos envolvidos com o ecoturismo e o turismo de eventos. De acordo com as carências e demanda, os mesmos serão viabilizados, de modo que possa-se contar com pessoas aptas a desenvolver as atividades pretendidas.

7ª. Etapa: **ACOMPANHAMENTO E VERIFICAÇÃO DE RESULTADOS:** após a efetivação de projetos procede-se o acompanhamento dos resultados, verificando-se o atendimento das expectativas iniciais quanto à geração de emprego e renda e a promoção da sustentabilidade dos recursos envolvidos. Ressalta-se que ainda que as instalações sejam rústicas deve-se primar pela qualidade do atendimento, pela diversificação dos atrativos oferecidos aos visitantes e a análise dos reflexos da atividade no Município, tendo-se um *feedback* em fluxo contínuo que permita alterações sempre que necessário, visando a melhoria e consolidação das atividades.

8ª. Etapa: **DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS – INVESTIMENTO EM MARKETING PARA REFORÇAR A “REDE DE ECOTURISMO COMUNITÁRIO E CONSERVAÇÃO DE PIMENTEIRAS DO OESTE”:** de posse dos resultados iniciais da Rede, será possível a promoção conjunta dos serviços e produtos oferecidos. Essa fase demandará o investimento conjunto em *marketing* visando tornar os atrativos locais conhecidos em outros mercados, ainda que regionais, em um primeiro momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo representa importante meio de geração de emprego e renda na maioria das localidades onde é desenvolvido. Em Pimenteiras do Oeste não poderia ser diferente. No entanto, a ausência ou insuficiência de mecanismos de ação e de políticas públicas condizentes com a realidade e as necessidades locais faz com que este não se desenvolva de maneira satisfatória.

Diversos aspectos da atividade turística foram analisados ao longo da pesquisa, os quais subsidiaram a propositura de ações mediante o conhecimento das condições locacionais que se apresentam como obstáculo ao desenvolvimento e expansão do turismo de maneira sustentável no Município, haja vista que as potencialidades existem, conforme registrado nos Capítulos 3 e 4, e se constituem, dentre outras, na beleza cênica do Rio Guaporé, na floresta preservada em alguns pontos, locais estes passíveis de se desenvolver de maneira sustentável atividades como a trilha ecológica, o arborismo e o safári fotográfico, aliados a observação da fauna e flora, abundante e diversificada. Por outro lado, registra-se a ictiofauna local, que viabiliza a pesca esportiva e atrai a tantos visitantes para o Município. Conta ainda com a diversidade biológica do Parque Estadual Corumbiara, o qual está situado em sua maior parte dentro do município. Além destes potenciais, há de se considerar ainda a proximidade e facilidade de acesso ao Parque Nacional Noel Kempff Mercado, na Bolívia, que conta com uma área de 1.523 hectares e uma rica diversidade de espécies animais e vegetais.

Uma vez caracterizado o município e identificadas as potencialidades e obstáculos que se apresentam para o desenvolvimento da atividade turística, há de se considerar que para a implantação das ações propostas se faz necessário que os atores comunguem da idéia de parceria ou rede estratégica de ação, por envolver um

número expressivo de atores locais, os quais constituem diversos elos da referida Rede. Da mesma forma, caracterizada está a necessidade de um amplo processo de conscientização e sensibilização de todos, o que constitui um entrave potencial para a alavancagem das ações, se fazendo necessário quebrar a idéia de competição e individualismo, tão presentes em qualquer segmento da economia.

É necessário entender que por meio da cooperação e troca de experiências, fica mais fácil atingir e manter o equilíbrio do tripé formado pela produtividade, qualidade e competitividade. Uma vez superada a fase inicial, unindo forças os atores tendem a viabilizar melhorias significativas, aumentando seu poder de comercialização, no caso, de atrativos turísticos, promovendo a expansão de mercados e aumentando seu poder de barganha, quer seja em relação a fornecedores ou a clientes, melhorando a divulgação, a qual deve estar pautada na qualidade.

Ainda, com base na pesquisa realizada, constatou-se ser o interesse dos atores locais na realização dos eventos, porém, observa-se a necessidade de investimentos no ecoturismo, no qual se encontra o maior potencial de Pimenteiras do Oeste. Notadamente, por mais que as condições econômicas atuais não favoreçam a atividade, suas potencialidades surgem como fator de alavancagem da mesma, com vistas a promover retorno a médio e longo prazo, desde que haja a convergência de ações neste sentido.

Durante o desenvolvimento da pesquisa surgiram alguns temas possíveis de serem investigados em trabalhos futuros, dentre os quais destaca-se:

1. O acompanhamento da implantação da “Rede de Ecoturismo Comunitário e Conservação de Pimenteiras do Oeste”, com a conseqüente análise dos resultados inicialmente obtidos;
2. Avaliação dos impactos da Rede na economia local (ou regional);
3. Análise dos impactos de implantação do ecoturismo em unidade de conservação, no caso o Parque Estadual Corumbiara.

REFERÊNCIAS

ABIH. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTÉIS. **Turismo: histórias e estatísticas**. Disponível em: <<http://www.abih.com.br/site.php>>. Acesso em: 14 Mar. 2008.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 191 p.

AMATO NETO, João. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2000. 164 p.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar**. In: BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARRETO, Margarita. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papyrus, 2001. Cap. 1. p. 21-47. (Coleção Turismo).

_____; BARRETO, Margarita (Org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papyrus, 2001. (Introdução). 208 p. (Coleção Turismo).

BARBOSA, Luiz Gustavo M. **Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: o caso do município de Macaé-RJ, Brasil**. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002. Acesso em 14 Mar. 2008. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044545.pdf>>

BARREIRA, Carmem. **Uma Questão para Pensar: Parcerias e alianças**. (2002) Disponível em: http://rits.org.br/gestão_teste/ge_mat01_parc_parctxtpag00.cfm. Acesso em 17 Maio 2008.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papyrus, 1995. 164 p.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998. 556p.

_____. **Como certificar o turismo sustentável?** Revista Espaço Acadêmico, São Paulo, v. 37, [Não paginado], 02 jun. 2004. Mensal. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/37ebeni.htm>>. Acesso em: 11 Out. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 13. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 351 p. (Antonio de Paulo, editor).

_____. Ministério a Saúde. **Portaria 1469/2000**: Aprova o controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Brasília: FNS, 2001.

_____. **Lei nº 6938/1981**: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7804/1989**: altera a lei nº 6938/1981 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente.

_____. **Lei nº 9605/1998**: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

_____. MICT. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994. 48 p. (Grupo de Trabalho EMBRATUR/IBAMA).

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 518/2004**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 28 p.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004. 32 p.

_____. Ministério do Turismo. **MTur trabalha com destaques para o fortalecimento do turismo interno e a geração de emprego e renda**. Disponível: <http://www.mtur.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/acontce/gramado/mtur_trabalha_com_destaque_para_o_fortalecimento_do_turismo_interno.html>. Acesso em: 12 Nov. 2007.

_____. **Decreto nº 60.224**: Regulamenta o Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.

_____. **Decreto-Lei nº 55/1966**: Define a política nacional de turismo, cria o

Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Revogado pela Lei nº 8.181, de 1991.

_____. **Lei nº 8.181/1991:** Dá nova denominação - Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União de 01 de Abril de 1991, Seção I, págs. 5765/6.

_____. **Lei nº 9985/2000:** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

CASSIMIRO FILHO, Francisco. **Contribuições do turismo à economia brasileira.** 2002. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Aplicada, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Universidade de São Paulo, Campinas, SP, 2002. Cap. 2.

CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função social e ambiental da propriedade.** Florianópolis: Visualbooks, 2003. 190 p.

DE MARI, Juliana. **Todos por um.** Você S.A., São Paulo : Abril, ano 5, nº 43, p. 38-41. Jan. 2002.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.

DORIA, Carolina R. C. AZEVEDO-RAMOS, Claudia. **Ecoturismo na Amazônia:** alternativa de renda para comunidades locais? Porto Velho: EDUFRO, 2007. 184 p.

FERREIRA, Leila da Costa. **A questão ambiental:** sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. 154 p.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico:** elaboração e formatação. 14 ed. Porto Alegre: s.n. 2005. 307 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOOGLE EARTH. **Localização de Pimenteiras do Oeste – RO.** Acesso em 02 fev. 2008. Disponível em: <http://earth.google.com/intl/pt/>

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Turismo e o "resgate" da cultura pataxó.** In: BANDUCCI JUNIOR, Álvaro; BARRETO, Margarita. Turismo e identidade local: uma

visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001. Cap. 6, p. 127-148. (Coleção Turismo).

HADDAD, Paulo R. *Clusters e Desenvolvimento Regional no Brasil*. Disponível em: <http://www.cresceminas/artigo/clusters>. Acesso em 01 Maio 2008.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Cultrix, 2002. 358 p. (Título original: *Natural Capitalism*).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pimenteiras do Oeste – RO: população e domicílios 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 13 Out. 2007.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pimenteiras do Oeste - RO: ensino - matrículas, docentes e rede escolar 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 13 Jan. 2008.

IGLIORI, Danilo C. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento**. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2001. 103 p.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma Nova Compreensão do Lazer e Viagens**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005. 232 p.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002. 187 p.

MATIAS, Francisco. **História de Rondônia**. [S.d.] Disponível em: <http://www.pedreiroslivres.com.br/historiarondonia.htm>. Acesso em: 20 Dez. 2007.

MEDEIROS, João Bosco de. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEIRELLES FILHO, João. **O equilíbrio entre a atividade econômica e a sustentabilidade socioambiental**. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. *Ecoturismo no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2005. Cap. 3, p. 41-60.

MENDONÇA, Rita. **Educação ambiental e ecoturismo**. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. *Ecoturismo no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2005. Cap. 7, p. 154-

169.

_____; NEIMAN, Zysman (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. 296 p.

MERIGUE, Geancarlo de Lima. **A gestão do turismo para o desenvolvimento local**. [S.d.]. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/geancarlo.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

NEIMAN, Zysman. **Natureza e cultura brasileiras**: matérias-primas do ecoturismo. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. Cap. 2, p. 17-40.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 287 p.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **Geografia de Rondônia**: espaço e produção. 2. ed. Porto Velho: Dinâmica, 2003. 185 p.

OLMOS, Fábio; QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de; LISBOA, Celi Arruda. **As unidades de conservação de Rondônia**. Porto Velho: PNDU, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT (São Paulo) (Comp.). **Desenvolvimento sustentável do ecoturismo**: uma compilação de boas práticas. São Paulo: Roca, 2004. 245 p. [Trad. técnica Gleice Regina Guerra, Daniel Souza Carletto].

_____ - OMT. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

OSEKI, Jorge Hajime; PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. **Paisagem, sociedade e ambiente**. In: PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Comp.). **Curso de gestão ambiental**. Barueri, Sp: Manole, 2004. Cap. 14, p. 485-523. (Coleção Ambiental, 1).

PENNA, João C. **Clusters Lucros e Crescimento** (2001). Disponível em : <<http://www.cresceminas/artigo/cluster>>. Acesso em 01 Maio 2008.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia**: evolução histórica, a criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

PIRES, Ewerthon Veloso. **Impactos sócio-culturais do turismo sobre as comunidades**

receptoras: uma análise conceitual. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p.14-18, 02 abr. 2004. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=60&layout=abstract>>. Acesso em: 28 Jan. 2008.

POMIER, Paulette. **Os poderes franceses e os sistemas produtivos locais**. 2001. Disponível em: <<http://www.cresceminas/artigo/spl>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE. **Plano Plurianual: PPA / 2006 - 2009**. Pimenteiras do Oeste: PMP, 2005.

RONDÔNIA. SEAPES/SETUR. **Plano estadual de turismo**. Porto Velho: Setur, 2003. 29 p.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. **Políticas públicas e desenvolvimento sustentável em Rondônia: situação atual e abordagem para um planejamento participativo para o Estado**. Porto Velho: Planaflo, 1998. 112 p. (Projeto BRA/94/007.)

_____. **Plano de Manejo do Parque Estadual Corumbiara**. Porto Velho: s.n., 1995. 165 p.

RICCIARDI, L. & LEMOS, R. J. **Cooperativa, a Empresa do Século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**. São Paulo: Papirus, 1997. 200 p. (Coleção Turismo).

SANTINI, Cláudio et alli. **Manual do Associativismo para Empresas**. Porto Velho: SEBRAE/RO, 1995. 23p.

SANTOS, Carlos. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 2007. 202p.

SEBRAE. **Como constituir alianças estratégicas e associativismo econômico**. Curitiba:FAE/CDE, 1994. 76 p.

SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997. 151 p. (Coleção Turismo).

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Nova dinâmica espacial da cultura e do turismo na Bahia: base para planejamento do desenvolvimento turístico fundamentado nos**

conceitos e práticas de cluster econômico. 2001. Disponível em:
<<http://www.na.fib.br/observatorio/documentos/artigo4.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

SILVA, Nilza Costa da. **Turismo de eventos**. Revista Turismo, Brasília, v. 3. p. 01-06. Maio 2003.

TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. **O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. 154 p.

TEIXEIRA, Marco Antonio Domingues. FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia**. Porto Velho: Rondoniana, 2001. 232p.

VALARELLI, Leandro L. **Parcerias** – Noções Gerais. Disponível em :
http://rits.org.br/gestão_teste/ge_mat01_parc_parctxtpag00.cfm. Acesso em 02 Maio 2008.

VAL, Nilton Soares. **Turismo, sustentabilidade e a paisagem**. [S.d.]. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/301/boltec301f.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2008.

WAHAB, Salah-adin Abdel. **Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estratégicos e operacionais do turismo internacional: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

ZALESKI NETO, João. **Formação e desenvolvimento de redes flexíveis no contexto do progresso regional**. 2000. 242 p. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Cap. 2.

OBRAS CONSULTADAS

AGNES, Diane. **A importância do planejamento para a prática da atividade turística em áreas de proteção ambiental.** Revista Turismo, São Paulo, p.1-8, 02 jun. 2003. Mensal.

CORREIA, José de Anchieta Santos. **Fortaleza do Abunã:** perspectivas de um vilarejo diante da atividade turística e a alternativa do desenvolvimento sustentável. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIR. Porto Velho, 2006. 106p.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 428 p.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do Direito Ambiental.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. 317 p.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Turismo:** entre consumo, resgate psíquico e choques culturais, um objeto de estudo em construção. [S.d.]. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/joseclertonmartins-turismo.htm>. Acesso em: 23 fev. 2008.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 181 p.

VIATE CIVILIS E WWF-BRASIL. **Sociedade e ecoturismo:** na trilha do desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica. São Paulo: Peirópolis, 2003. 144 p.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO



Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR
 Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA
 Projeto: **Potencialidades e obstáculos ao ecoturismo no município de Pimenteiras do Oeste – RO.**
 Aluno: **Silvério dos Santos Oliveira** - Orientador: **Prof. Dr. Carlos Santos**

PESQUISA DE CAMPO – POPULAÇÃO RESIDENTE

1. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONOMICAS

1.1 SEXO

- Masculino Feminino

1.2 ESTADO CIVIL

- Solteiro Casado
 Outro -Especificar _____

1.3 IDADE

- 15 a 24 anos 25 a 44 anos
 45 a 65 anos Acima de 65 anos

4 ESCOLARIDADE

- Ensino Fundamental
 Ensino Médio
 Superior completo
 Outro – Especificar _____

1.5 **RENDA FAMILIAR:** Em que faixa você enquadraria a renda mensal de sua família? (Base = Salário mínimo do país).

- até 2 SM de 2 a 4 SM de 4 a 6 SM de 6 a 8 SM acima de 8 SM

1.6 **OCUPAÇÃO:** Qual é a sua ocupação?

- Profissional liberal, técnico ou assemelhado Diretor, gerente ou proprietário de empresa
 Pescador, artesão, operário ou servente Comerciante
 Estudante Outros - Especificar _____

1.7 **TEMPO DE RESIDÊNCIA:** Há quanto tempo reside no Município?

- Nasceu em Pimenteiras do Oeste Menos de 1 ano De 1 a 5 anos
 De 5 a 10 anos Acima de 10 anos

2. PERCEPÇÃO ACERCA DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO

2.1 A atividade turística contribui para com o desenvolvimento município de Pimenteiras do Oeste por meio de:

- Geração de emprego e renda
 Diversificação de atividades / maiores opções no comércio local
 Atração de novos investimentos
 Outro – Especificar _____

2.2 Dentre os obstáculos a seguir, quais dificultam mais a atração de novos investimentos voltados para o turismo, no município?

- Dificuldade de acesso (ausência de asfalto, de opções de transporte, ausência de telefone celular)
- Ausência de incentivos governamentais para atrair investimentos
- Falta de opções de capacitação para trabalhadores na área de turismo
- Outro – Especificar _____

2.3 Entende que o desenvolvimento da atividade turística pode acarretar:

- Interferência na cultura local
- Danos ao meio ambiente e/ou aumento da violência
- Melhoria da qualidade de vida no município
- Outro – Especificar _____

2.4 Em relação aos eventos realizados em Pimenteiras, como o “Campeonato de Pesca” e o “Festival de Praia”, em sua opinião, os mesmos tem contribuído para com o desenvolvimento econômico e social da população local:

- Sim - por garantir uma renda extra às famílias e movimentar o comércio local.
- Não – Por quê? _____
- Não tem opinião formada

2.5 Algo o preocupa em relação aos referidos eventos e a conservação ambiental?

- A geração de lixo em excesso (resíduos sólidos)
- O barulho excessivo – poluição sonora pode prejudicar a fauna local
- Outro – Especificar _____

2.6 Tem conhecimento de ações voltadas para a conservação ambiental realizadas no município?

- Educação ambiental
- Mutirões de limpeza
- Distribuição de material para coleta de lixo

2.7 Políticas de incentivo e de divulgação de atrativos do município podem contribuir para:

- Gerar emprego, renda e a aumentar a arrecadação do município.
- Impulsionar a atividade turística.
- Melhorar a qualidade de vida da população.

2.8 Quais atividades podem ser desenvolvidas no município, de acordo com as condições atuais?

- Pesca esportiva
- Festas, Festivais, Campeonatos, e/ou
- Passeio de barco
- Caminhadas por trilhas
- Mergulhos
- Safári fotográfico
- Arborismo (travessia entre as copas das árvores, por meio de equipamentos especiais)
- Outros – Especificar: _____

8) Qual foi o motivo principal que o fez vir para Pimenteiras?

- Viagem de lazer e turismo Viagem de caráter desportivo
 Interesse no aspecto ecológico e cênico – paisagísticos
 Interesse cultural Outros - Especificar_____

9) Tem alguma coisa em particular que poderia tornar esta área mais atrativa para você?

1. Não 2. Sim - O que?_____

10) Tem alguma coisa que lhe desagrada aqui?

1. Não 2. Sim - O que?_____

11) Qual é a sua opinião a respeito de:**a) ACESSO:**

1. Estradas.
2. Sinalização
3. Meios regulares de transporte
4. Terminais de transporte

Implantar	Mudar	Não alterar	Ampliar

b) ADIMINISTRAÇÃO E URBANISMO:

1. Gestão do sistema turístico
2. Saneamento e Energia
4. Comunicação
5. Estacionamento
6. Segurança
7. Sinalização
8. Paisagismo

Implantar	Mudar	Não alterar	Ampliar

c) INSTALAÇÃO DE LAZER E RECEPÇÃO:

1. Áreas para práticas desportivas
2. Parques e áreas verde
3. Outros - Especificar_____

Implantar	Mudar	Não alterar	Ampliar

d) SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO:

	Implantar	Mudar	Não alterar	Ampliar
1. Guias locais				
2. Documentação informativa				
3. Informação turística				

e) EQUIPAMENTOS SOCIAIS E SERVIÇOS AUXILIARES

	Implantar	Mudar	Não alterar	Ampliar
1. Médico hospitalar				
2. Farmácia				
3. Lavanderia				
4. Serviços de salvamento				
5. Sanitários públicos				
6. Vigilância				
7. Outros				
Especificar: _____				

12) CARACTERÍSTICAS SOCIOECONOMICAS DO ENTREVISTADO

a) **SEXO:** Masculino Feminino

b) **IDADE:**

- 15 a 24 anos 25 a 44 anos
 45 a 65 anos Acima de 65 anos

c) **ESCOLARIDADE:**

- Ensino fundamental Ensino médio Ensino superior Outro _____

d) **Qual é a sua ocupação? Você é (ou foi):**

- Profissional liberal, técnico ou assemelhado
 Diretor, gerente ou proprietário de empresa
 Autônomo (vendedor)
 Outros - Especificar _____

ANEXO A – GOVERNO ANUNCIA PAVIMENTAÇÃO NO ACESSO AO GUAPORÉ

EXTRA

Vilhena-RO, 25 a 31/01/2008

GER
PROGRESSO

Governo anuncia pavimentação no acesso ao Guaporé

Pimenteiras – Um dos grandes projetos que vão fazer a diferença para o desenvolvimento do município foi anunciado esta semana pelo governo estadual. Trata-se da pavimentação da rodovia RO 399, no trecho que liga a cidade a Cerejeiras. “Será um grande avanço para o nosso município, que trará desenvolvimento aos mais diversos setores da economia”, comentou o prefeito Carlos Rogério Rodrigues (PPS).

Segundo informações, o projeto para licitação da obra já tramita no DER, e os trabalhos devem se iniciar assim que terminar o período chuvoso. O trecho tem cerca de 80 quilômetros, e o governo pretende trabalhar em ritmo acelerado para concluir o serviço no mais breve período de tempo. O anúncio do projeto criou uma enorme expectativa positiva entre a população, e todos acreditam que a estrada trará a redenção da economia local.

O prefeito disse que, quando estiver concluída, a pavimentação será o mais importante instrumento para alavancar setores como o turismo e o agronegócio. “Com acesso facilitado, tenho certeza que

Mario Quevedo


Carlos Rogério comemora o anúncio da pavimentação da RO 399

Pimenteiras vai se transformar num grande pólo turístico, e finalmente teremos a possibilidade de deixar de ser uma cidade que possui potencial neste sentido, para efetivamente transformar isso em realida-

de”, declarou. Ele também está convicto que a agropecuária terá enorme avanço, com a facilidade de escoamento da produção, assim como para o recebimento de insumos.

Estado regulariza o setor turístico

SERVIÇO ► Em atendimento ao decreto do Ministério do Turismo, Setur realiza cadastro de empresa em todo o Estado

PORTO VELHO
Assessoria

A Superintendência Estadual de Turismo (Setur) está realizando fiscalização

e cadastramento das empresas prestadoras de serviços turísticos, em atendimento ao Decreto do Ministério do Turismo, de março de 2005, que regulamenta essa obriga-

ção. Estão sujeitos ao cadastramento, serviços turísticos como meio de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas e prestadores de serviços que atuam na organização de congressos, convenções, feiras, exposições e eventos congêneres. A intenção desse trabalho é descentralizar as ações do Ministério do Turismo, uma vez que cada Estado do País possui uma Coordenadoria de Serviços Turísticos e que pode atuar como órgão fiscalizador em suas regiões.

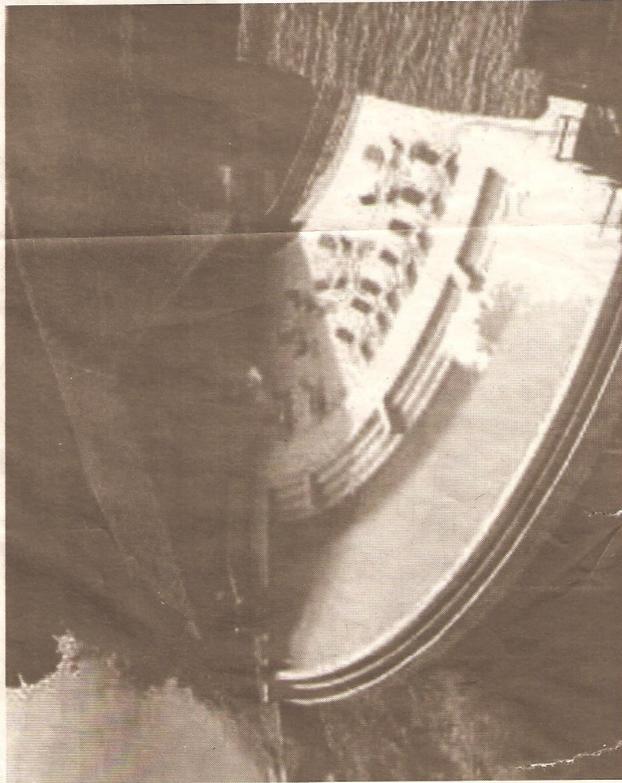
Em Rondônia, a Coordenação Regional de Serviços Turísticos já cadastrou 227 empresas, sendo que em 2005, foram 36, em 2006, 56 e no ano passado, 179. "No ano de 2007 a nossa atuação foi bem promissora, para uma equipe de apenas dois fiscais. Conseguimos visitar

17 municípios do interior e agora estamos retomando nossas atividades para cobrirmos a pendência nos demais municípios que não foram fiscalizados pela Setur", explicou Débora Cavalcante, coordenadora regional.

Para se cadastrar, as empresas precisam procurar pela Setur, preencher uma ficha, pagar uma taxa de R\$ 100, válida por dois anos, e apresentar alvará ou licença de funcionamento e o contrato social. "A empresa que for pega atuando no ramo de forma irregular será notificada e terá um prazo de regularização estipulado", disse Débora, acrescentando que caso isso não ocorra, o estabelecimento sofrerá atuação e ainda corre o risco de fechamento.

A coordenadora regional explicou que o cadastramento se estende também aos profissionais da área, que são os bacharéis em turismo e guias turísticos. A taxa é de R\$ 10, com validade de dois anos.

A empresa que for pega atuando de forma irregular será notificada para atender à norma



◀◀
Prestadores de serviços turísticos, como hotéis, estão sendo cadastrados pela Setur em todo o Estado

ANEXO C – FESTA DO DIVINO

Porto Velho, 21 e 22 de abril de 2008

DIÁRIOcultura

DIÁRIO DA
AMAZÔNIA C-3

ENTREVISTA

Dionísio Faustino

114 anos da Festa do Divino no Vale do Guaporé

O ápice da Festa do Divino Espírito Santo, deste ano, acontece no próximo dia 11 de maio, na cidade de Pimenteiras que fica a mais de 900 quilômetros da cidade de Porto Velho por via terrestre, e a alguns dias de viagem de barco, de Guajará-Mirim.

Visando o apoio do governo estadual para o evento, o presidente do Conselho Geral da Irmandade do Divino Espírito Santo Dionísio Faustino, esteve na Secel, onde deu entrada no projeto solicitando apoio junto a Gerência de Cultura.

Seu Dionísio Faustino nas-

ceu em Costa Marques cidade onde existe a igreja “Santuário do Divino” e onde a Irmandade tem sua sede. Filho de Adão Faustino e de dona Vitoriana Quintã, Dionísio, é casado com dona Ana Delinda Braga Vieira Faustino. Quando criança foi cantor do Divino e na adolescência, remador do Batelão que transporta a Coroa durante 40 dias pelo rio Guaporé até chegar à cidade sorteada para ser a sede da festa.

A festa do Divino Espírito Santos é uma tradição de origem portuguesa, bastante cultuada em Rondônia.

“Trata-se de um verdadeiro ato de fé e religiosidade entre cristãos e visitantes dos mais diversos lugares do Brasil”. A festa consegue reunir centenas de fiéis nos meses de abril, maio e junho num memorável e belo espetáculo. Segundo moradores, o Divino é festejado desde 1894, mas a origem está em Portugal, sendo oficializada pela rainha Dona Isabel, em peregrinações feitas por cristãos que carregavam uma bandeira com o símbolo do Divino, a Pomba. Adaptada aqui no Brasil, a festa tem como principal meta de peregrinação,

a coleta de donativos em benefício da comunidade, mas tem também a parte profana, com muita alegria, música e apresentações. “Uma grande e emocionante manifestação de fé em pleno Vale do Guaporé”.

A festa do Divino no Vale do Guaporé é a única no Brasil que é realizada por via fluvial. O Batelão que transporta a Coroa do Divino chega a Pimenteiras no dia 11 de maio e a festa vai até o dia 22 Corpus Christi (Dia do Divino Espírito Santo). Vamos acompanhar a entrevista do seu Dionísio Faustino



Zk – Desde quando os remadores estão no rio Guaporé?

Dionísio – Os remadores estão conduzindo Batelão desde o dia 24 de março, saindo de Rolim de Moura do Guaporé no rumo de Surpresa de onde passaram a subir o rio Guaporé rumo a Pimenteiras.

Zk - Desde quando existe essa festa?

Dionísio – Começou em 1894. A festa está completando 114 anos.

Zk – Como a coroa veio parar no Vale do Guaporé

Dionísio – Ela foi trazida de Vila Bela da Santíssima Trindade por um grupo de pessoas descendente de escravos. A Coroa veio primeiro para Ilha das Flores. Naquele tempo a festa era realizada entre as famílias que moravam na Ilha.

Zk - Quando foi que passou a ser

fluvial?

Dionísio – Só depois de alguns anos foi que eles passaram a levar a coroa de barco, primeiramente da Ilha das Flores para Rolim de Moura do Guaporé.

Zk - Quem faz parte do batelão que leva a coroa?

Dionísio – Os 12 remadores; o encarregado do batelão; o encarregado da Coroa; o mestre dos meninos cantores que toca o violão.

Zk – Quantos são os meninos?

Dionísio - Sempre seis ou oito meninos. São chamados de Os Meninos Cantores. Também faz parte da tripulação do Batelão, o Alferes da Bandeira; o Caixeiro; o Ronqueiro.

Zk – Esse ronqueiro faz o que na comitiva?

Dionísio – Ele é quem opera a

ronqueira que é carregada com pólvora e outros materiais que servem de bucha. Ao chegar em frente à localidade onde a festa vai acontecer o Batelão faz três voltas e o ronqueiro dispara o Rojão, avisando aos fiéis que a Coroa do Divino Espírito Santo está chegando. Há seis anos vai no batelão um Padre que é o Capelão e mais quatro mensageiros.

Zk - Como atuam os mensageiros?

Dionísio – São eles que cuidam do barco e quando esse barco se aproxima de qualquer localidade eles vão na frente, avisar que a Coroa do Divino está chegando.

Zk – Como é decidido o local onde a festa será realizada?

Dionísio – O estatuto da Irmandade, já consta que a realização da festa ou da cidade escolhida para a realização da festa maior, deve obedecer um rodízio. Esse rodízio é decidido em Assembléia Geral.

Zk – Como se escolhe o Imperador e a Imperatriz?

Dionísio – São escolhidos por sorteio. É o seguinte: na localidade onde a festa vai ser realizada, a sua comunidade indica o nome de 12 homens e 12 mulheres e no último dia da festa são sorteados quem será a Imperatriz; o Imperador; o Alferes da Bandeira; Capitão do Mastro; e quatro Mordomos. Os nomes são colocados dentro de um copo (de

onde são tirados).

Zk – E os meninos cantores como são selecionados?

Dionísio – Quem seleciona é o Mestre. Muitas vezes as mães querem que seus filhos sejam cantores porque fizeram promessas, mas, o menino não tem voz boa e assim não é selecionado.

Zk – Quantos dias a festa acontece em cada lugar?

Dionísio – Depende muito do tamanho da localidade, por exemplo, em Pimenteiras a festa vai acontecer durante seis dias. Ano passado em Rolim de Moura do Guaporé foram apenas três dias.

Zk – É verdade que a Irmandade assume as despesas dos convidados.

Dionísio – É sim! A Irmandade do Divino se responsabiliza por toda a despesa. A pessoa só tem que dar um jeito de chegar onde a festa está sendo realizada, daí pra frente é por conta da Irmandade. É proibida a venda de comida na localidade onde a festa está sendo realizada.

Zk – Como se chega a Pimenteiras?

Dionísio – Vai de barco, de ônibus e até de avião. De Porto Velho a Pimenteiras são dois dias de ônibus, de barco de Guajará-Mirim pra lá são oito dias e de Costa Marques quatro dias.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)